

**PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE DIRIGENTES E MILITANTES
DA CUT SÃO PAULO - 2001-2002**

CADERNOS DE FORMAÇÃO I

“SINDICALISMO CUT – 20 ANOS”

**REDE ESTADUAL DE FORMAÇÃO DA CUT
ESCOLA SINDICAL SÃO PAULO**

Coordenação do Programa: **Artur Henrique da S. Santos** (secretário de formação da CUT-SP)

Pesquisa e elaboração dos textos: **Roberto Vêras** (Escola São Paulo)

Composição do Álbum de Fotos: **Vera Gianninni** (Escola São Paulo)

Apoio: **Sindicato dos Metalúrgicos do ABC**

ÍNDICE

- 00 – Apresentação Geral
- 00 – Apresentação do Caderno
- 00 – Congressos da CUT em Imagens
- 00 – Congressos e Plenárias da CUT:
 Temas, Polêmicas e Resoluções
- 00 – Cronologia

APRESENTAÇÃO GERAL

A nova Direção Estadual da CUT/SP, eleita em julho do ano passado, definiu como uma de suas prioridades ampliar e fortalecer a formação sindical para dirigentes e militantes. Assim, propiciou um novo impulso à Secretaria Estadual de Formação, de modo que pudesse iniciar um trabalho de reestruturação da Rede Estadual de Formação.

O Programa de Formação de Dirigentes e Militantes, como parte do Plano de Formação da CUT/SP, para o triênio 2001-2003, é o resultado desse investimento. Compõem ainda o Plano de Formação os seguintes Programas: Formação de Educadores, Elevação de escolaridade (Semear e Intercategorias), Gestores em Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Solidário, entre outros.

Através de percursos formativos distintos, o Programa de Formação de Dirigentes e Militantes pretende atingir 3 públicos principais: i) os dirigentes e militantes que têm uma atuação centrada no seu sindicato ou na sua subsede (Subprograma-A); ii) os dirigentes e militantes que se encontram centrados nas questões mais diretamente ligadas à relação capital-trabalho, como negociação coletiva e organização no local de trabalho (Subprograma-B); e iii) os dirigentes e militantes cuja atuação está mais diretamente voltada para as instâncias estaduais e nacionais da CUT (Subprograma-C).

O Subprograma-A constitui um desafio à parte, visto que será realizado de forma descentralizada, nas 17 Subsedes da CUT e na Capital. Pretendemos, com isso, atingir um tipo de dirigente e militante que se encontra situado no universo de atuação das Subsedes, sobretudo orientando-se por uma perspectiva *local/regional*, nem sempre tendo uma atuação mais efetiva nas instâncias estaduais e nacionais da CUT.

A necessidade de descentralizar os programas de formação de dirigentes e militantes baseou-se no entendimento de que, dessa maneira, tanto a ação formativa estaria contribuindo para fortalecer as Subsedes e a Rede Estadual de Formação, como a estratégia formativa estaria apontando para uma interação

maior entre *formação* e *ação*, ao possibilitar uma discussão mais próxima das questões regionais.

O processo de construção dessa proposta teve início ainda no ano 2000, através das reuniões do Coletivo Estadual de Formação. E seguiu nos primeiros meses deste ano, com diversas reuniões do Núcleo Estadual de Gestão da Formação, com o Encontro Estadual de Formação (ENESFOR), que aprovou o Plano de Formação para 2001 – 2003, e com uma rodada de reuniões que fizemos em cada uma das 17 Subsedes e na Capital.

Um dos aspectos mais importantes dessa trajetória tem sido a participação efetiva dos dirigentes da CUT/SP, mostrando na prática o quanto é fundamental e imprescindível voltar a discutir as origens, a história, a concepção e a prática cutista, pois só assim conseguiremos formar quadros sindicais capazes de disputar a hegemonia na sociedade brasileira.

A publicação deste Caderno só foi possível graças ao empenho da Executiva da CUT/SP e ao apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Com o Cadernos de Formação I pretendemos propiciar aos públicos envolvidos um material de suporte para o Módulo I do Subprograma-A. Mas pretendemos também incentivar o debate sobre a continuidade do projeto da CUT, tanto no Estado de São Paulo, como no conjunto do país. Com tal recurso, será possível desenvolvermos resgates da história da CUT em diversas perspectivas. Por exemplo: sob o ângulo da participação das mulheres, dos ramos, das principais resoluções, das polêmicas etc. Bom proveito!

São Paulo, abril de 2001

Artur Henrique da Silva Santos
Secretário Estadual de Formação da CUT/SP

APRESENTAÇÃO DO CADERNO

O presente Caderno procura reconstituir os principais momentos da história da CUT. Não se trata de um estudo exaustivo. Seu propósito é apenas o de oferecer um *mapa* com indicações dos temas, polêmicas, desafios, que foram delineando sua trajetória.

Com este número a Rede Estadual de Formação da CUT São Paulo abre uma série de publicações voltada para subsidiar o Programa de Formação de Dirigentes e Militantes da CUT, em particular o Subprograma A, direcionado aos que atuam fundamentalmente no âmbito das Subsedes. Mas também tem o objetivo de contribuir para uma reflexão de maior fôlego sobre o projeto da CUT, principalmente em um momento em que apresentam-se novos cenários e ensaiam-se novas práticas sindicais.

A sua elaboração baseou-se sobretudo nos textos de debate e nas resoluções dos Congressos e Plenárias da CUT realizados em âmbito nacional, além de textos acadêmicos e outros escritos. Contou também com importantes comentários da parte de Gustavo Codas (assessor da CUT Nacional). O esforço foi o de apresentar, da maneira mais clara possível, as principais divergências que vêm permeando a vida da CUT. A responsabilidade pelo texto, no entanto, é de quem o escreveu.

Este Caderno está estruturado em 3 partes. Na primeira, estão dispostas fotos de todos os Congressos Nacionais, inclusive da 1ª Conclat, realizada em 1981, que criou a Pró-CUT. Acompanham as fotos declarações de alguns militantes que participaram desses momentos. Na Segunda parte, encontram-se sistematizadas várias informações sobre cada um dos Congressos e Plenárias Nacionais, que fizeram a história da CUT (desde a 1ª Conclat até o VII Concut, realizado em 2000). Em cada caso há sempre um quadro sinóptico, com dados iniciais, uma apresentação de elementos do contexto do momento, os principais temas tratados e resoluções aprovadas, uma síntese das principais polêmicas e janelas onde são

apresentados temas com ênfase na ocasião. Na terceira e última parte, há uma cronologia dos principais acontecimentos da história da CUT e do cenário nacional, com início no final dos anos 70.

CONGRESSOS DA CUT EM IMAGENS

1ª CONCLAT – 81

“A primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora foi o primeiro grande enfrentamento nacional dos trabalhadores contra a ditadura. Com a CUT, os trabalhadores passaram a ter vez e voz.”

Gilmar Carneiro dos Santos, bancário, ex presidente dos sindicatos dos bancários SP, ex secretário geral da CUT (94-97) e atual diretor da Confederação Nacional dos Bancários - CNB

“A CONCLAT realizada na Praia Grande foi o primeiro momento de unidade de classe após o golpe de 64. Lá estavam presentes vários sindicatos e várias categorias, com forte presença de representantes do campo, e não só de trabalhadores urbanos que haviam deflagrado as históricas greves de Osasco e Contagem. Começava aí a histórica presença dos trabalhadores brasileiros na reconquista democrática.”

Cândido Hilário Garcia de Araújo (Bigode), na época membro da Oposição Metalúrgica de São Paulo, depois diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (gestão 81-87) e atualmente assessor da presidência da CUT/SP

1º CONCLAT – 83

“A ditadura tentava atropelar a democracia! Nós resistíamos!!

A Classe Trabalhadora exigia uma organização nacional que representasse seus anseios de liberdade, de direitos e de organização sindical.

Corria o ano de 1983, duas categorias deflagram greve política contra o regime autoritário: Petroleiros (Paulínia/SP e Mataripe/BA) e Metalúrgicos do ABC.

O 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, realizado em agosto de 1983, solda o sindicalismo combativo e cria as condições políticas e as

estratégias para a fundação de uma Central Classista, de luta e construída pela Base.

Nasce a CUT!

Outras duas categorias se levantam e são igualmente reprimidas, Bancários (São Paulo e Rio Grande do Sul) e Metroviários de São Paulo.

A Luta não parou mais!”

Antônio Carlos Spis é petroleiro e presidente da CUT Estadual de São Paulo

“A organização dos trabalhadores foi decisiva na redemocratização do Brasil. Em 83 nascia a primeira central orgânica brasileira”

Gilmar Carneiro dos Santos, bancário, ex presidente dos sindicato dos bancários SP, ex secretário geral da CUT (94-97) e atual diretor da Confederação Nacional dos Bancários - CNB

I CONCURTO - 84

“Esse congresso foi a arrancada final no enfrentamento ao regime militar brasileiro, que agonizava naquele momento. As decisões foram fundamentais no sentido de contribuir para a redemocratização do país. Nossa participação foi importantíssima, seja na luta pelas ‘Diretas já’, que estava tomando as ruas do país inteiro, seja na luta pela anistia geral de todos sindicatos que estavam sob intervenção. No dia 1º de março de 1985 foi publicado no jornal O Estado de São Paulo uma lista com centenas de sindicalistas e dezenas de sindicatos que tinham sido anistiados. O meu nome estava nesta lista. O momento histórico em que o 1º Congresso da CUT aconteceu marcou a vida de toda uma geração de sindicalistas e da própria sociedade brasileira, que retoma o seu processo de construção democrática”

Jorge Luís Martins é do Sindicato dos Sapateiros de Franca e membro da Executiva Nacional da CUT.

2º CONCURTO - 86

“Os Congressos da CUT construíram significativos momentos de reflexão e avanços na organização da classe trabalhadora. O 2º CONCURTO, em particular, foi um marco no debate sobre a nossa organização sindical por local de trabalho. Aprofundou-se duas vertentes: delegados sindicais, fortalecendo a representação do Sindicato, e as comissões de fábrica, como representação mais geral. Além disso, começamos a consolidar a constituição dos ramos dentro da estrutura da CUT”

José Lopez Feijóo é metalúrgico, foi presidente da CUT Estadual da CUT SP e é atualmente secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

3º CONCURTO - 88

“Muitas coisas me marcaram nesse congresso, entre elas a tese 10 da Articulação Sindical. Era estimulante ouvir e ver o coro do refrão que dizia: ‘tese 10 é um tesão’. Também me marcou muito a divisão das tendências em cores, cada tendência usava camiseta de uma cor e no plenário ficava visível a organização por correntes. Ainda me marcou a má qualidade da comida. Fiquei, na realidade, muito decepcionada, pois era a primeira vez que estava indo para Minas e esperava comer comidinha mineira, porém foi ao contrário, tive uma tremenda dor de barriga”

Maria Mendes da Silva

**Coordenadora da Comissão Estadual
sobre a Mulher Trabalhadora da CUT/SP**

“O 3º CONCURTO foi o único congresso de massas e marcou uma mudança profunda na trajetória de construção da Central. Prevaleceu uma visão restrita de Central Sindical, que se propõe a representar apenas uma parte da classe

trabalhadora, a dos sindicalizados, deixando para as gerações futuras a tarefa de organização dos desempregados, dos trabalhadores do mercado informal, recuperando a vocação de representação do conjunto da classe”

Rafael Freire Neto

Secretário Nacional de Organização da CUT

“Decisões essenciais para o futuro da CUT foram tomadas neste Congresso. Foram muitos os momentos de tensão e disputa em torno do papel da CUT, se seríamos uma Central Sindical ou uma Central de Movimentos. Ganhou a tese de Central Sindical que permanece até hoje”.

Eliane Cruz, do SindSaúde/SP e presidente da CNTSS

4º CONCUR - 91

“Neste Congresso aprovamos a posição da CUT pela legalização do Aborto e debatemos a política de quotas na direção da Central que só veio a ser aprovada na Plenária Nacional, posterior ao 4º CONCUR”

Eliane Cruz, do SindSaúde/SP e presidente da CNTSS

5º CONCUR - 94

“O 5º CONCUR foi um marco na história da CUT. Foi um momento em que tivemos a oportunidade de promover uma grande renovação em nossos quadros dirigentes e, adequando a Central aos novos tempos, demos um salto de qualidade em nossa formulação política. Ampliamos nossa prática, até então marcadamente reivindicativa, para uma ação mais propositiva, deixando de ver o trabalhador como uma extensão do local de trabalho, para entendê-lo como cidadão pleno, no maior grau que o conceito de cidadania exige”

João Felício é professor e presidente nacional da CUT.

“Enquanto sindicalista, considero os congressos da CUT de extrema importância para os trabalhadores do país, pois independente das divergências políticas existe um consenso quanto ao rumo das lutas em defesa dos trabalhadores, visando uma sociedade justa e igualitária”

Claudete Alves da S.Souza, presidente do SINDSEP/SP.

6º CONCURTO – 97

“No congresso de 97 a grande discussão era a estratégia de luta da CUT. Avaliamos essa experiência política de participação institucional, com especial destaque para a participação na reforma da previdência e, apesar de a maioria ter aprovado uma avaliação positiva destas políticas, ao somarmos as abstenções e os votos contrários, ficou evidenciada a desaprovação do plenário com relação à ‘CUT do sim’. Esse debate entre a ‘CUT propositiva’ e a ‘CUT de lutas’ acirrou-se e expressou-se através da constituição da chapa do bloco de esquerda, que se propunha a resgatar a CUT de lutas e de resistência e avaliava a participação da CUT nas reformas neoliberais como desastrosa para a classe trabalhadora”

Dirceu Travesso (Didi), bancário de São Paulo e membro da Direção Executiva da CUT Nacional

7º CONCURTO – 2000

“A vontade de debater idéias sobre a situação política e os desafios do movimento sindical, as muitas divergências e, finalmente, as resoluções aprovadas demonstraram que a democracia deu a tônica deste Congresso e, no retorno aos estados de origem, levamos a certeza do dever cumprido”

Pascoal Carneiro é do sindicato dos metalúrgicos da Bahia e secretário de políticas sociais da CUT Nacional

“Este foi o Congresso do ‘Fim do Banco de Horas’, do ‘Não à flexibilização de direitos’ e do ‘Fora FHC e o FMI’”

Celso Lavorato, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e Secretário de Organização da CUT do Estado de São Paulo

“O VII CONCURTO ficou marcado por vários momentos, onde eu destacaria três deles: a) o discurso emocionante do companheiro LULA ‘chamando à responsabilidade’ os trabalhadores ao dirigirem a mais importante central sindical da América Latina; b) o desfecho de um processo de disputa pela presidência da CUT, que envolveu três candidaturas só na corrente majoritária; c) a acirrada disputa pelas cadeiras em frente ao palco, onde durante duas horas ficamos dando “passinhos” para trás e para o lado. Apesar de tudo, foi um Congresso que, unitariamente, aprovou importantes deliberações e um Plano de Lutas para o próximo período, remetendo no entanto as questões das políticas permanentes para a próxima Plenária”

Artur Henrique da Silva Santos, é secretário geral do SINERGIA – CUT e secretário de formação da CUT/SP

CONGRESSOS E PLENÁRIAS DA CUT: TEMAS, POLÊMICAS E RESOLUÇÕES

1. 1ª CONCLAT

1.1 – SINÓPSE...

Evento: 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – Conclat

Data: 21 a 23 de agosto de 1981

Lugar: Praia Grande – Litoral de São Paulo

Número de Participantes: 5.036 mil delegados (de 22 estados mais o DF)

Entidades presentes: 1.091 (832 sindicatos, 176 associações pré-sindicais, 32 associações de funcionários públicos, 43 federações e 5 confederações)

Delegação internacional: 11 delegados

1.2 - CONTEXTO...

Várias foram as tentativas anteriores de criar uma central sindical no Brasil. A primeira foi a Confederação Operária Brasileira (COB), que durou de 1908 a 1920. Em 1929, sob influência do PCB, foi criada a Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), que teve curta duração. Em 1935 foi criada a Confederação Sindical Unitária Brasileira, logo abortada pela ditadura de Getúlio Vargas. Nesse período foi implantada uma estrutura sindical sob a tutela do Estado. Com a queda do Estado Novo, em 1945, houve outra tentativa de recriação da CGTB, mas também, como nos casos anteriores, não conseguiu afirmar-se. Entre as décadas de 50 e 60 foram criadas várias articulações intersindicais, tais como: o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962. Com o Golpe Militar, em 1964, iniciou-se um processo de intervenções governamentais nos sindicatos, tendo por base a legislação sindical do Estado Novo, que se mantinha intacta. Principalmente a partir da edição do Ato Institucional Número 5 (AI-5), em 1968, o sindicalismo brasileiro passou a sofrer

um controle ainda mais rigoroso por parte do Regime. Os sindicatos viviam sob o risco iminente de intervenções governamentais e cassações de dirigentes, a Lei de Greve praticamente impedia o direito de greve, era terminantemente proibido qualquer tipo de organização intersindical, os estatutos sindicais eram padronizados e o reconhecimento das entidades sindicais passava pelo crivo do Ministério do Trabalho.

Com a “distensão política”, iniciada no Governo Geisel, em resposta ao processo de reorganização da sociedade civil (Movimento pela Anistia, Movimento Contra a Carestia, campanhas de reposição salarial - ao vir a público a manipulação dos índices inflacionários pelo governo), criou-se um ambiente mais favorável para a retomada das articulações intersindicais. Um fato que impulsionou tais iniciativas foi a realização do Congresso Nacional das Classes Produtoras – Conclap, em 1977, reunindo segmentos importantes do empresariado brasileiro. No mesmo ano, uma delegação de sindicalistas de São Paulo foi à Brasília e reivindicou ao presidente Geisel o direito dos trabalhadores realizarem também o seu encontro.

Mesmo tendo sido dado sinal verde - com o condicionante de que o encontro fosse convocado pelas Confederações e desde que não tivesse um caráter de organismo permanente -, o boicote da maioria das confederações inviabilizou o evento naquela ocasião. Se comprometeram com sua realização apenas as Confederações dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Empresas de Crédito (Contec) e em Empresas de Comunicação (Contcop).

O encontro não se concretizou nesse período, mas continuou sendo proposto, defendido e divulgado nos espaços criados pelos sindicatos e oposições sindicais e através da realização de intersindicais em vários estados. Sobretudo continuou sendo demandado com a explosão de movimentos de massa em todo o país, no campo e na cidade, cujo epicentro foram as famosas greves dos metalúrgicos do ABC, em 1978, 1979 e 1980. A partir de 1979, principalmente, as greves se espalharam por todo o país. Surge um sindicalismo combativo e participativo e fortalecem-se as oposições sindicais.

No final de 1980 o contexto político do país havia se alterado profundamente. A “abertura política” do Regime Militar tinha sofrido um forte impacto das lutas dos

trabalhadores de todo o país. O Brasil, com o fim do “milagre econômico”, mergulhava num quadro de recessão econômica, com forte pressão sobre os salários e os empregos. Tal situação afetava o ciclo de greves que se iniciara no final dos anos 70, mas tornava as bases políticas de apoio da Ditadura cada vez mais insustentáveis. Além do mais, as conseqüências políticas da politização dos movimentos de massa haviam chegado a um patamar inimaginável para os estrategistas da “transição”, particularmente com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT). Idéia que vinha germinando desde meados de 1978, entre as novas lideranças sindicais que emergiram com as greves, mas cujo *Manifesto* foi lançado no primeiro semestre de 1979.

As articulações intersindicais não paravam de se multiplicar. Nesse período vão configurando-se dois campos principais no novo momento do sindicalismo brasileiro. De um lado, aglutinam-se os sindicalistas “autênticos” e as oposições sindicais, em torno de iniciativas como o Encontro Nacional das Oposições Sindicais (Enos), realizado em dezembro de 1979, e o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), realizado em setembro de 1980, mas sobretudo através da Articulação Nacional do Movimento Popular e Sindical (Anampos), criada em 1980. De outro lado, articulam-se os sindicatos e federações próximos do PCB, PC do B e MR-8, que criam a Unidade Sindical (US), em 1979, mais os sindicalistas considerados “pelegos” (muitos dos quais antigos interventores).

Num ato público de protesto, realizado em São Bernardo em fevereiro de 1981, contra a cassação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional, cerca de 60 entidades sindicais convocaram uma reunião mais ampla para março do mesmo ano, com o objetivo de discutir a realização da Conclat. Nessa reunião, 183 entidades, de 13 estados, lançaram a convocatória “Aos Trabalhadores Brasileiros”, marcando a Conclat para os dias 21 a 23 de agosto de 1981 e conclamando os trabalhadores para lutarem contra a política recessiva do governo, pela unidade dos trabalhadores da cidade e do campo, pela reforma agrária, entre outras bandeiras.

Estavam à frente da articulação do encontro dirigentes sindicais como Luiz Inácio da Silva, Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo; Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinção, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo; Hugo Perez, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de São Paulo; José Francisco, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, entre outros.

Como atividade preparatória para a Conclat, realizaram-se Encontros Estaduais das Classes Trabalhadoras (Enclats) em 16 estados, mais o Distrito Federal.

1.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário do Congresso:** direito ao trabalho; sindicalismo; saúde e previdência social; política salarial e econômica; política agrária; problemas nacionais;
- **plano de lutas:**
 - a) exigência de um Código Nacional do Trabalho que substitua a CLT, construído com a participação dos trabalhadores e suas entidades sindicais, com direito ao trabalho, estabilidade no emprego, seguro-desemprego, direito de greve, eliminação das horas-extras, redução da jornada de trabalho para 40 horas, devolução das prerrogativas da Justiça do Trabalho para a solução dos conflitos que não possam ser solucionados pelas convenções coletivas de trabalho, democratização da representação classista (eleições diretas e secretas), contrato coletivo de trabalho;
 - b) exigência da revogação de toda a legislação restritiva à autonomia e liberdade sindical, com o direito de organizar a Central Única dos Trabalhadores, de sindicalização para os trabalhadores da administração pública, de filiação a organizações sindicais internacionais, de organização e ação sindical no local de trabalho etc. Entretanto, o princípio da unicidade sindical deve ser preservado;
 - c) por reajustes salariais trimestrais e, na seqüência, automáticos (a nova política salarial de 1979 determinou reajustes semestrais, com base em índice oficial, o INPC), pela unificação das datas-base por categoria e a nível nacional, redução da jornada para 40 horas (prevalciam formalmente

jornadas de 48 horas), salário mínimo real e unificado para todo o país, extensão aos servidores públicos de todos os direitos das demais categorias etc;

d) pelo fim do Governo Militar, pela revogação da Lei de Segurança Nacional, por anistia ampla, geral e irrestrita, por plenas liberdades democráticas e convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte Soberana;

e) por uma Reforma Agrária radical, ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores rurais;

- **plano de ação:**

a) definição de um Dia Nacional de Luta, para o dia 1º de outubro de 1981;

b) indicação de uma Greve Geral (caso não sejam atendidas as reivindicações pelo Governo);

c) criação de uma Comissão Nacional Pró-CUT, para conduzir o plano de lutas e preparar a criação da CUT;

- **organização sindical:** a Comissão Nacional Pró-CUT foi constituída com 56 membros. Dentre os quais, 23 representando a área rural, 14 representando o setor industrial e 19 representando o setor de serviços.

1.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- todo o debate esteve marcado pela polarização entre os dois campos ali presentes. De um lado, um posicionamento mais nítido de independência e de crítica à estrutura sindical, ao governo e ao projeto de transição da oposição institucional. Do outro, mais cautela nas críticas, sob o argumento de não comprometer a transição democrática. Além disso, havia neste caso um apego maior à estrutura sindical. A presença das oposições sindicais era vista por muitos como uma provocação aos dirigentes sindicais;

- entretanto, o momento mais tenso ocorreu quando se discutiu a composição da Comissão Nacional Pró-CUT, ocasião em que se formaram 2 chapas e, com os delegados divididos, se estabeleceu um impasse pela impossibilidade de definir uma chapa vencedora. Ao final, chegou-se a um entendimento e formou-se uma chapa única.

1.5. CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre a composição do setor combativo:

- o setor combativo foi sendo formado a partir de dois campos principais. De um lado, pelos chamados sindicalistas “autênticos”, compostos por dirigentes sindicais que desenvolviam um padrão de ação sindical em contradição com a prática sindical corporativa, colaboracionista e dependente do Estado, disseminada entre a maioria dos dirigentes sindicais. Os principais exemplos eram as diretorias dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, dos Petroleiros de Campinas e Paulínia, dos Bancários de São Paulo, dos Bancários do Rio Grande do Sul, entre outras.
- de outro lado, pelas oposições sindicais, que vão se formando na disputa com os “pelegos” e com os “reformistas” (da Unidade Sindical). Nesse embate vão construindo uma visão crítica em relação à estrutura oficial. Um dos principais exemplos é o da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo, constituída ainda na década de 60, que inicialmente chamava-se OSM-SP e, depois, passou a ser chamada de MOSMSP.

2. 1º CONCLAT

2.1 – SINÓPSE...

Evento: 1º Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras – Conclat

Data: 26 a 28 de agosto de 1983

Lugar: São Bernardo do Campo – São Paulo

Número de Participantes: 5.059 mil delegados (envolvendo mais de 20 mil delegados de todo o país, através dos Enclats estaduais e regionais)

Entidades presentes: 912 (355 sindicatos urbanos, 310 sindicatos rurais, 134 associações pré-sindicais, 99 associações de funcionários públicos, 5 federações, 8 entidades nacionais e 1 confederação)

Delegação internacional: 25 (12 centrais sindicais)

2.2 - CONTEXTO...

O Brasil começa a década de 80 mergulhado numa grave crise social e econômica, caracterizada por uma profunda recessão, pelo crescimento da dívida externa (que se aproximava do patamar de 100 bilhões de dólares), pelo crescimento da inflação (que ultrapassava o índice anual de 150%), pelo crescimento do desemprego e pelo arrocho salarial (ficaram famosos os decretos governamentais 2.012, 2.024, 2.036, 2.037 e 2.045). O decreto 2.045, por exemplo, reduziu para 80% do INPC o reajuste dos salários. A crise brasileira (e latino-americana), administrada sob o ponto de vista das imposições do FMI (ao qual o país recorreu em 1982), penalizava sobretudo os trabalhadores.

O momento era de um certo refluxo nas grandes greves que marcaram o período anterior. Do ponto de vista político, o processo de redemocratização do país seguia agora com as eleições para governadores marcadas para novembro de 1982. No interior da Comissão Nacional Pró-CUT, as divergências se aprofundavam. A maioria dos seus membros, segundo avaliação do setor combativo, não se empenhou efetivamente na condução do Plano de Lutas, nem na realização do congresso de fundação da CUT. O primeiro resultado desse

impasse foi o seu adiamento para 1983, apesar da grande maioria dos Enclats realizados ainda em 82 ter confirmado a data marcada na Conclat.

O argumento utilizado pelo bloco da Unidade Sindical foi o de que, como 1982 era ano eleitoral, a realização do Conclat poderia levar à divisão dos trabalhadores. Argumentava ainda que era preciso preparar melhor a classe trabalhadora para realizar o Congresso. Mas, segundo o bloco combativo, esses argumentos escondiam as verdadeiras causas do adiamento: a) aposta da Unidade Sindical na “abertura política” e receio de que uma maior radicalização por parte dos trabalhadores pudesse provocar rupturas no processo institucional; b) maior valorização da estrutura sindical oficial como espaço de organização dos trabalhadores (especialmente, federações e confederações). Para o setor combativo, as lutas de massa eram o único caminho para ampliar o espaço democrático, assim como deveria ser uma prioridade a luta contra a estrutura sindical oficial. Naquele momento estavam sob intervenção governamental, com suas diretorias cassadas, os Sindicatos dos Petroleiros de Campinas e Paulínia (SP) e de Mataripe (BA), dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SP), dos Bancários (SP) e dos Metroviários (SP).

A maioria dos membros da Comissão Nacional Pró-CUT resolve, além de adiar o Conclat, renovar a sua composição a partir de Enclats ou Plenárias Intersindicais nos Estados. E marca a primeira reunião da Comissão, com a nova composição, para setembro. Diante de tal situação, o bloco combativo realiza uma reunião ainda em agosto, envolvendo intersindicais eleitas nos Enclats e 16 membros da Comissão e resolve participar da reunião de setembro, mas contestando os critérios de favorecimento das confederações.

Na reunião de setembro as tensões chegaram ao nível máximo. Principais pontos de tensão: a) cerca de 30 delegados de vários estados foram impedidos de participar da reunião; b) 9 membros da Comissão, considerando seus mandatos terminados, colocaram seus cargos à disposição; c) os demais membros prorrogaram seus mandatos e incorporaram o presidente da Contag, José Francisco, e as demais confederações, sem que necessitassem ser eleitos nos

encontros estaduais; d) não se definiu nova data para o Conclat e convocou-se uma nova reunião para novembro.

Em resposta, os setores combativos lançam um documento intitulado “Aos companheiros da cidade e do campo”, conclamando os trabalhadores para reagirem, com unidade e através de suas lutas, às políticas do governo. Além disso, denunciam a manipulação dos pelegos e reformistas, que haviam alterado a composição da Comissão Nacional Pró-CUT, aumentando o peso das federações e confederações, e tinham adiado o Congresso. O risco, para o setor combativo, era o de se esvaziar o acúmulo que vinha sendo reunido com as lutas dos últimos anos: “Os trabalhadores não podem deixar que esse novo processo de luta e de organização que está nascendo e se consolidando nas fábricas e nas roças seja esvaziado e controlado pelas forças que compactuam com os projetos dos patrões e do governo utilizando o argumento de que agora não é hora de radicalizar” (Resolução do I Conclat, p. 43). O referido documento convoca, ao final, uma reunião para dezembro de 1982, procurando envolver todas as intersindicais estaduais.

A questão que estava colocada naquele momento relacionava-se ao sentido de **unidade** para cada um dos blocos. Para a Unidade Sindical e seus aliados, a unidade passava necessariamente pela estrutura sindical oficial, pelos seus organismos de cúpula (federações e confederações). Enquanto que, para o setor combativo, o entendimento era conflitante: “a unidade dos trabalhadores se constrói nas lutas! A unidade dos trabalhadores se constrói na organização independente dos patrões, do governo, dos partidos e da estrutura sindical atual” (Resoluções do I Conclat, p. 49).

Os Enclats que se seguiram decidiram, na sua maioria, participar da reunião de novembro, e não na de dezembro, mas de modo a pressionar pela continuidade do processo. Na reunião de novembro, ficou acertada a realização do Conclat em agosto de 1983, tendo havido com isso uma certa acomodação das tensões entre os dois blocos.

No primeiro semestre do ano seguinte iniciam-se os preparativos: campanhas de arrecadação de fundos, distribuição de material de divulgação, elaboração de

propostas divergentes de estatutos (uma de autoria do Secretariado da Pró-CUT e outra do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), criação do Jornal da Pró-CUT, realização dos Enclats, realização de congressos de categorias.

Mas novas tensões começaram a trazer à tona novamente as divergências entre os dois blocos. Para a Unidade Sindical, a realização de uma Greve Geral e a organização do Conclat, do mesmo modo do que em 1982, continuavam sendo fatores de possível desestabilização da “transição democrática” e de questionamento da própria estrutura sindical oficial. O pretexto para o impasse ocorreu em torno do artigo 8º do Regimento Interno, que versava sobre os critérios de escolha de delegados ao Congresso. Os setores da Unidade Sindical não concordavam que os próprios trabalhadores (organizados em Oposições Sindicais ou não) tivessem a prerrogativa de convocar assembléias para eleger delegados ao congresso, nos casos em que as diretorias das respectivas entidades não o fizessem. Entendiam isso como uma afronta à autoridade da diretoria e uma medida de estímulo à constituição de grupos de oposição sindical. Ao passo que, para os combativos, estimular a participação das bases sindicais era uma questão estratégica para renovar o sindicalismo brasileiro. Além do mais, avançar no sentido da Greve Geral e da criação da CUT eram as únicas maneiras de se contrapor à política governamental de arrocho salarial e a um processo de democratização pelo alto, que excluísse os trabalhadores como um sujeito político coletivo e independente.

Foi nesse contexto que ocorreu a Greve Geral de 21 de julho de 1983, envolvendo mais de 2 milhões de trabalhadores. Embora tendo sido coordenada de modo unitário pela Comissão Nacional Pró-CUT, as diferenças entre os dois blocos continuaram se aprofundando.

Em reunião da Pró-CUT no início de agosto, os setores majoritários decidem: a) adiar o Conclat (por um prazo de aproximadamente 60 dias); b) abolir a Comissão, substituindo-a por outra comandada pelas federações e confederações; c) mudar o regimento interno do Congresso; d) e convocar outra reunião ainda em agosto. O tom do argumento usado é de necessidade da preservação da unidade da classe trabalhadora.

Diante dessa situação, os setores liderados pelo bloco combativo resolveram retirar-se da reunião e manter o Congresso na data prevista. Em seguida divulgaram uma convocatória onde reafirmam a sua realização “conforme deliberação de mais de cinco mil trabalhadores na Conclat de 1981 e marcado definitivamente na plenária de novembro de 1982 pela Comissão Nacional Pró-CUT, em Brasília, e reafirmado em todas as plenárias nacionais, bem como na quase totalidade dos Enclats ou Conclats estaduais” (Resoluções do I Conclat, p. 60). E, ainda: “diante da necessidade da realização do Conclat, repudiamos qualquer tentativa divisionista de impedir a sua realização na data prevista por considerarmos que nenhuma instância tem legitimidade para passar por cima das decisões já tomadas. Neste sentido, conclamamos todos os trabalhadores delegados do campo e da cidade a participarem deste Conclat” (idem, p. 61).

Em paralelo a esse processo, os setores articulados em torno da Unidade Sindical marcaram o Conclat para os dias 4 a 6 de novembro de 1983.

A criação da CUT representou a consciência de um novo momento na história da classe trabalhadora no país: “A realização do I Congresso da Classe Trabalhadora e a criação da CUT abrem a possibilidade de uma política de novo tipo, que rompa com os padrões políticos do passado e permita aos trabalhadores se expressarem como sujeitos políticos independentes na vida nacional. A CUT representa muito mais que a criação de uma entidade centralizadora. Por seu caráter democrático, livre e autônomo, é uma opção histórica à estrutura sindical fascista e uma alternativa inédita de representação política da classe trabalhadora” (Resoluções do I Conclat, p. 08). A CUT significou para os que aderiram à sua proposta uma forma inovadora de organização e representação da classe trabalhadora na história do país.

Ao mesmo tempo, manteve-se em aberto a possibilidade de uma futura unificação. A CUT, recém-criada, enviou uma carta ao Congresso de novembro, do bloco da Unidade Sindical, defendendo: a) a unidade na luta em torno do Plano de Lutas aprovado no I Conclat; b) a participação de todas as entidades sindicais nos congressos estaduais e regionais preparatórios para o Congresso Nacional previsto para agosto de 1984 (sinalizando, assim, para uma possível reunificação).

Note-se que o I Conclat, se comparado à 1ª Conclat, embora tenha sido menos representativo do conjunto das entidades sindicais existentes na ocasião, ainda assim contou com um número próximo de entidades participantes e com um número um pouco maior de delegados. Além do mais, reuniu reconhecidamente a parcela mais mobilizada e combativa do movimento sindical brasileiro na ocasião. E tudo isso ainda levando-se em conta que: a) os membros da Unidade Sindical da Pró-CUT realizaram um intenso trabalho de desmobilização das delegações estaduais e até da internacional; e b) os recursos arrecadados até a decisão do adiamento não foram destinados ao Congresso liderado pelo bloco dos combativos (cerca de 500 entidades, dentre as 912 que participaram do Congresso, já haviam pago suas inscrições e o Conclat não contou com esse dinheiro). A atitude do setor combativo fez com que, dos cerca de 8 mil delegados esperados para o Conclat unitário, viessem mais de 5 mil para o Congresso de agosto, que criou a CUT.

2.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário do Congresso:** plano de lutas; plano de ação e criação da CUT;
- **plano de lutas:**
 - a) pelo fim da Lei de Segurança Nacional e do Regime Militar e por eleições diretas para presidente;
 - b) combate à política econômica do Governo, com o rompimento dos acordos com o FMI, não pagamento da dívida externa, defesa das empresas estatais;
 - c) contra a política salarial do governo, com a revogação do decreto 2045, reajuste trimestral, salário mínimo real e unificado nacionalmente etc;
 - d) contra o desemprego, com a criação do salário-desemprego, estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, extinção da hora-extra;
 - e) defesa da Reforma Agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob controle dos trabalhadores;

- f) defesa da liberdade e autonomia sindical, contra as intervenções governamentais nos sindicatos, pelo direito de organização no local de trabalho, direito de sindicalização para servidores públicos, reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores;
- **plano de ação:**
 - a) Greve Geral contra o decreto 2045 e pelas reivindicações do Plano de Lutas (a realizar-se até 25 de outubro);
 - b) criação da CUT para conduzir o Plano de Lutas e a Greve Geral;
 - **organização sindical:**
 - a) criação da CUT;
 - b) aprovação de uma versão provisória dos Estatutos (proposta apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema);
 - c) eleição da Direção Nacional Colegiada (com mandato de 1 ano);
 - d) definição de um plano de estruturação da CUT em todo o país (passando pela realização de congressos e plenárias estaduais e regionais e pela realização de uma Plenária Nacional, em abril de 1984, e do Congresso Nacional, em agosto do mesmo ano);

2.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- as discussões principais versaram sobre a Greve Geral e a Reforma Agrária, mas a maioria das propostas discutidas no plenário foram aprovadas por consenso ou por ampla maioria;
- o item que causou mais polêmica foi, quando da discussão sobre os estatutos, debateu-se a forma da direção da CUT. Configuram-se duas posições: uma, em favor da eleição de uma **diretoria** (sob o argumento de que havia necessidade de uma direção com nomes e cargos definidos, forte, coesa e unitária, muito mais do que um colegiado diluído); a outra, em defesa da eleição de um **colegiado** (sem definições de cargos, porque a CUT não devia se confundir com um cargo ou um nome que o ocupe, mas ser um instrumento, um organismo). Uma vez postas em votação, o resultado ficou empatado por 3 vezes. Uma intervenção de Olívio Dutra levou a uma saída do impasse, com a

eleição de 7 nomes para a Coordenação Nacional, incluindo a definição de um coordenador geral, Jair Meneguelli, e os demais designados como secretários (Paulo Paim, Jacó Bittar, João Paulo Pires, Abdias, Avelino e Novaes). Além dos 7 da Coordenação, foram eleitos mais 8 para compor a Executiva Nacional e representantes por estados para compor a Direção Nacional (em um total de 83).

2.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre a primeira sistematização dos princípios da CUT:

Nos estatutos da CUT, aprovados no I Conclat, foram reunidos vários princípios norteadores do projeto sindical do setor combativo e que vinham sendo construídos nas suas práticas e fóruns de debates (Entoes, Anamos, Enclats etc). Tais princípios foram delineando uma concepção de CUT como:

- um organismo que deve ser “representativo, democrático e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos”;
- uma “central sindical unitária classista, que luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração”;
- que deve se reger “pela mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opinião, em complemento a uma férrea unidade de ação”;
- que tenha como tarefa “avançar na unidade da classe trabalhadora, e não na cooperação entre classes sociais (explorados e exploradores), lutando por sua independência econômica, política e organizativa”;
- que oriente sua atuação “no sentido de fortalecer a luta e a organização de base dos trabalhadores nos seus locais de trabalho”;
- que lute “pela mudança da estrutura sindical brasileira, corporativista, com o objetivo de conquistar a liberdade e a autonomia sindicais. A CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas, organizados a partir de seus locais de trabalho”;

- “o sindicato pelo qual a CUT luta será organizado por ramo de atividade produtiva, será democrático e de massas”;
- “a CUT estará sempre unida aos movimentos populares da cidade e do campo em cima das lutas concretas”;
- “A CUT manterá relações com todas as Centrais Sindicais internacionais, conservando sua autonomia e independência”;
- “A CUT, através de seus representantes eleitos de forma livre e direta, será o órgão máximo que chamará todos os trabalhadores à luta pela concretização destes princípios”.

Sobre a relação da CUT com a estrutura sindical oficial:

- o Plano de Lutas debatido no Congresso foi aprovado para ser encaminhado tanto pelo conjunto das entidades participantes como pelas instâncias da CUT. Mas toda discussão sobre estatutos restringia-se à regulação da estruturação, funcionamento e ação apenas das instâncias da Central, não tendo uma implicação direta sobre as entidades participantes do Congresso. A CUT foi concebida como um organismo constituído à parte da estrutura sindical oficial, mas baseada, através de filiação, nas entidades que compõem essa estrutura (principalmente sindicatos), embora numa perspectiva de transformá-la;
- desde então o processo de construção da CUT convive com duas estruturas: uma própria, composta pelas *instâncias orgânicas* (inicialmente apenas as instâncias horizontais: CUTs Nacional, Estaduais e Regionais); e outra composta de *entidades filiadas* (sindicatos, federações e confederações) e dotadas de autonomia em relação à CUT. Essa dualidade perpassará toda a trajetória da Central até os dias atuais;
- nos primeiros anos de construção da CUT, as Oposições Sindicais exerceram um papel fundamental para a consolidação do seu projeto, visto que esse foi o caminho estratégico usado para conquistar sindicatos e ampliar sua base de apoio e sustentação.

Sobre a composição da Executiva Nacional:

- dentre os 7 membros da Coordenação, 4 eram metalúrgicos (um dos quais como Coordenador, Jair Meneguelli), 2 rurais e 1 petroleiro;
- dentre os 15 da Executiva Nacional, 6 eram metalúrgicos, 4 rurais, 2 bancários, 1 petroleiro, 1 eletricitário e 1 professor (da rede pública);
- os 15 membros estavam assim distribuídos pelos estados da federação: 4 de SP, 2 RJ, 2 RS, 2 BA e 1 de PE, MG, PA, ES e GO;
- apenas 1 mulher, no total de 15 membros;
- dentre os 15 membros, 9 eram presidentes de sindicatos, 2 secretários de sindicatos, 2 vice-presidentes de sindicatos, 1 diretora de associação de funcionário público e 1 membro de uma Oposição Sindical (de base rural);

Não confunda:

- 1ª Conclat (*Conferência* Nacional das Classes Trabalhadoras): encontro unitário realizado em agosto de 1981;
- 1º Conclat (*Congresso* Nacional das Casses Trabalhadoras): realizado pelo bloco combativo, onde a CUT foi criada (os congressos da CUT depois passaram a ser chamados de Concuts);
- Conclat (*Coordenação* Nacional da Classe Trabalhadora): nome da entidade nacional (que não foi definida como uma central sindical, mas como uma *coordenação*) criada pelo bloco da Unidade Sindical, em novembro de 1983, em resposta à criação da CUT, pelo bloco dos combativos.

3. PLENÁRIA NACIONAL

3.1 – SINÓPSE...

Evento: Plenária Nacional da CUT (número 0)

Data: 18 de maio de 1984

Lugar: São Paulo – SP

Participantes: delegados de 18 estados mais o DF

3.2 - CONTEXTO...

Os delegados ao I Conclat, ao voltarem para seus estados, iniciaram o processo de constituição das CUTs Estaduais e Regionais. Até a Plenária Nacional haviam sido criadas 20 CUTs Regionais, em 8 estados, e 5 CUTs Estaduais. Mais 7 Congressos Regionais e 8 Estaduais estavam marcados. Ao mesmo tempo, a questão da unidade se mantinha em aberto. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, organizou-se um Enclat Unitário. O outro bloco, por seu lado, tinha realizado, em novembro de 1983, o seu Congresso, fundando a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e marcando uma Plenária Nacional para junho de 1984.

A CUT, apesar do avanço na sua implantação em todo o país, após alguns adiamentos não havia conseguido realizar a Greve Geral deliberada no Conclat,. No início de 1984 ganhou uma centralidade e uma dimensão inesperadas, na sociedade como um todo, a Campanha pelas Diretas Já, que teve como uma data referência a votação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, marcada para o dia 25 de abril. As CUT Estaduais fundadas e as Intersindicais tiveram participação nos comitês supra-partidários responsáveis pela condução da Campanha. Com a derrota da Emenda no Congresso Nacional e o refluxo da campanha, a CUT se vê com a responsabilidade de apresentar uma perspectiva de continuidade da luta pelas eleições livres e diretas.

3.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** balanço da implantação da CUT nos Estados; Diretas Já e Greve Geral; Plenária Nacional Unificada;
- **plano de lutas:** a CUT reafirma sua posição de exigir o boicote dos parlamentares ao Colégio Eleitoral (órgão responsável pela eleição do presidente da República);
- **plano de ação:** definição do dia 25 de maio como o Dia Nacional de Luta e a Greve Geral como forma de retomar a luta pelas Diretas Já (procurando envolver a Conclat e o Comitê Supra-partidário em sua realização, mas não se submetendo às suas adesões);
- **organização sindical:** a CUT mantém a proposta de uma Plenária Nacional Unitária, que deveria ter como pauta o boicote ao Colégio Eleitoral e a Greve Geral. Tal Plenária deveria ser preparada através de Plenárias Estaduais.

3.4 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre a questão da unidade sindical e a possibilidade da reunificação:

- a CUT procurava combinar uma certa abertura para um possível processo de reunificação do sindicalismo brasileiro, mas não abria mão do processo de implantação da CUT e do Plano de Lutas aprovado no Conclat;
- enquanto isso, nos estados, a situação era diversa. Havia casos em que a CUT Estadual tinha sido criada e a diferenciação com a Conclat estava bem delineada, mas havia outros em que se mantinha uma situação indefinida, e até casos com tentativas concretas de reunificação.
- por outro lado, se a Campanha das Diretas Já tinha aproximado as diversas forças sociais de oposição ao Regime Militar, o posicionamento desses segmentos em relação a uma candidatura oposicionista via Colégio Eleitoral tornara-se um novo divisor de águas. Pelo boicote ao Colégio Eleitoral, praticamente só a CUT e o PT.
- o tema da unidade sindical não estava só relacionado às possibilidades de rearticulação dos dois blocos, mas também à questão da **“unicidade sindical”**. Este princípio, desde sempre presente na estrutura oficial,

determina que haja uma única entidade sindical por cada categoria e base territorial (através da imposição legal do monopólio da representação). Os posicionamentos diferenciados de cada um dos blocos quanto a tal princípio resultava de entendimentos diferentes sobre a construção da **unidade dos trabalhadores**. Enquanto que para o setor combativo a unidade deveria resultar da luta e a *unicidade* era vista como uma imposição que deveria ser rechaçada, para o bloco da Unidade Sindical a *unicidade* deveria ser preservada porque era uma garantia de unidade dos trabalhadores.

4. I CONCURTO

4.1 – SINÓPSE...

Evento: I Congresso Nacional da CUT – Concut

Data: 26 a 28 de agosto de 1984

Lugar: São Bernardo do Campo – SP

Número de Participantes: 5222 (65,9% delegados de base e 34,1% delegados de diretoria)

Entidades presentes: 937 (144 sindicatos da indústria, 308 sindicatos rurais, 246 sindicatos de serviços, 31 associações pré-sindicais, 68 associações de funcionários públicos, 140 associações profissionais)

Delegação internacional: 16 delegados.

4.2 - CONTEXTO...

A crise econômica continuava se aprofundando, com a inflação chegando ao patamar de 230% ao ano e a dívida externa ultrapassando a casa dos 100 bilhões de dólares. Essa situação atingia toda a América Latina. Nesta região e sobretudo em outras regiões *periféricas* do mundo, configurava-se um quadro de ebulição política: cresce a luta pela redemocratização na Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Paraguai; desencadeiam-se processos revolucionários em El Salvador e na Guatemala, depois da vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua; na África do Sul, avança a luta contra o Apartheid; na Polônia, o Sindicato Solidariedade adquiria uma projeção mundial.

No caso do Brasil, o Regime Militar, cada vez mais desgastado nas suas bases de sustentação política, procura garantir sua continuidade através da candidatura de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral.

Entretanto, as forças de oposição aglutinadas na Aliança Democrática, em torno do PMDB e do PFL (formado por dissidentes do PDS, ex-Arena), com o apoio dos agrupamentos da esquerda reformista (PCB, PC do B e MR-8), articulam uma candidatura alternativa no Colégio Eleitoral (com Tancredo Neves para presidente

e José Sarney para vice), após frustrante desfecho da massiva e espetacular campanha das Diretas Já.

Os segmentos articulados em torno do PT (com uma representação pequena no Congresso) e da CUT (no seu primeiro ano de implantação), diante desse quadro, mantêm-se empenhados na luta pelas Diretas e pregam o boicote ao Colégio Eleitoral, sofrendo com isso as conseqüências do isolamento político.

Esse momento esteve marcado também pela retomada das lutas sindicais em vários setores e regiões do país: os metalúrgicos do ABC, com sua “operação tartaruga”, os professores e funcionários universitários que realizaram uma greve nacional por 2 meses, as greves estaduais de professores de 1º e 2º graus, greves de metalúrgicos, petroleiros, bancários, motoristas em todo o país.

A CUT chega ao seu primeiro Congresso, com 16 CUTs Estaduais e 26 CUTs Regionais criadas, disposta a consolidar-se como um sujeito político autônomo e a levar adiante a luta contra a política econômica do Governo e pela construção de uma via alternativa à “transição democrática”, conduzida pela oposição liberal.

4.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário do Congresso:** avaliação do primeiro ano de implantação da CUT; situação política e econômica do país; planos de lutas e de ação; consolidação da CUT;
- **balanço político:** na avaliação do primeiro ano de construção da CUT, destacaram-se (com diferentes enfoques): a) a constatação do acerto da criação da CUT; b) o reconhecimento de dificuldades na implantação da CUT nos Estados e Regiões; c) o reconhecimento da dificuldade de condução pela CUT do Plano de Lutas e da Greve Geral; d) o reconhecimento da pouca participação da CUT na Campanha das Diretas Já;
- **plano de lutas:**
 - a) continuidade da luta pelas Diretas Já e pelo boicote ao Colégio Eleitoral;
 - b) definição por uma pauta de reivindicações imediatas, referenciada no Plano de Lutas aprovado no Congresso de 83 e articulada com a luta pelas Diretas Já, com os seguintes pontos: a) reajuste trimestral e reposição das

perdas salariais; b) salário desemprego; c) reforma agrária radical e sob o controle dos trabalhadores; d) revogação dos decretos-lei 2.065 (que havia substituído o 2.045) e o 2100 (dirigido às estatais); e) redução da jornada para 40 horas semanais; f) ruptura com o FMI e revogação da Lei de Segurança Nacional, entre outras;

- **plano de ação:**

- a) organização de uma campanha nacional de luta em torno da pauta de reivindicações imediatas e da luta pelas Diretas Já;
- b) definição da Greve Geral como principal instrumento de luta pela plataforma definida, com foco na bandeira das Diretas Já;
- c) apresentar tal plataforma à Conclat, mas não submeter seu encaminhamento a ela;

- **organização sindical:**

- a) confirmação da construção da CUT, com aprovação de um estatuto em caráter “definitivo”;
- b) definição dos princípios que devem nortear a discussão e elaboração de um projeto de uma nova estrutura sindical: i) democracia (garantindo a mais ampla liberdade de expressão das correntes internas de opinião); sindicato classista e de luta (garantindo a unidade da classe trabalhadora em torno de seus objetivos imediatos e históricos); ação sindical (combate a toda forma de exploração, utilizando-se de todas as formas de luta oportunas); liberdade e autonomia sindical (em relação aos patrões, ao governo, aos partidos políticos e religiões); organização sindical (os sindicatos serão organizados por ramo de atividade produtiva; os trabalhadores criarão suas formas de organização desde os locais de trabalho até a Central Sindical, seu órgão máximo); eleições sindicais (garantia de democracia nas eleições); sustentação financeira (abolição das formas impostas); sindicalização (buscar ampliar sindicalização); da unidade e da central (unidade sindical pela base);

- c) definição de um processo interno de discussão de um ante-projeto de nova estrutura sindical e de um Código Mínimo do Trabalho, até a Plenária de 1985;
- d) criação da Secretaria Rural, para compor a Executiva Nacional da CUT e as Executivas Estaduais e Regionais;

4.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- No balanço político sobre o primeiro ano da CUT, o tema que mais gerou divergências foi o debate sobre a Greve Geral. Uns tendiam a apontar como uma vacilação da CUT os sucessivos adiamentos da Greve Geral, enquanto outros procuravam ver os adiamentos como reflexos da falta de condições reais de encaminhá-la. Alguns tendiam a apontar, como um fator de desmobilização da Greve Geral, o enfoque (econômico) dado à luta contra o decreto 2.045. Desse ponto de vista, teria faltado uma maior politização por parte da condução da mobilização para a Greve Geral pela CUT, relacionando-a a bandeiras como Diretas Já, contra o FMI etc.

4.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre balanço da CUT:

- a resposta dos militantes sindicais e trabalhadores à decisão de criar a CUT foi além das expectativas das lideranças do bloco combativo. No prazo de um ano, foram realizados 2 congressos com mais de 5 mil delegados cada um;
- a maioria das entidades sindicais participantes do I Concut ainda não havia se filiado à CUT. O mesmo vinha acontecendo nos Estados e Regiões. Criava-se, com isso, um contraste entre o volume de entidades envolvidas nos eventos e até nas instâncias da Central e o número de filiações;
- apesar das dificuldades de implantação, o balanço do primeiro ano de existência da CUT foi muito positivo, sobretudo por ela ter conseguido se constituir como uma referência para as lutas e para a articulação das direções combativas e oposições sindicais. Tal avaliação contribuiu decisivamente para

que a construção da CUT fosse confirmada no Congresso. A partir de então os sinais endereçados à Conclat, visando iniciativas de reunificação dos dois blocos, saíram da pauta a nível nacional. Ainda assim, em alguns estados os setores identificados com a CUT procuravam preservar as estruturas intersindicais unitárias;

Sobre a relação da CUT com a estrutura sindical oficial:

- a CUT se volta não só para construir uma estrutura própria (autônoma e regida pelos princípios da democracia e combatividade), mas também para ir construindo uma proposta de estrutura sindical alternativa, para orientar sua atuação nas entidades da estrutura oficial;
- é assim que sistematiza, no I Congresso, os “princípios” para uma nova estrutura sindical e para um novo Código Mínimo do Trabalho;

Sobre a composição da Executiva Nacional eleita:

- dentre os 10 principais membros da Executiva, 5 eram metalúrgicos (incluindo o presidente, Jair Meneguelli); 2 rurais (incluindo o vice-presidente, Avelino Ganzer), 2 bancários, 1 petroleiro e 1 professora universitária. Os 5 restantes incluíam: mais 2 rurais, 1 do setor vestuário, 1 gráfico e 1 professor da rede pública estadual;
- dentre os 18 membros da Executiva Nacional (incluindo os 3 suplentes), 4 eram de SP, 2 do RJ, 2 do RS, 2 de MG, 2 do PA, 2 de GO e 1 da BA, PB, CE e SC.
- dentre esses 18, apenas uma mulher;
- dentre os 15 membros efetivos, 8 eram presidentes de sindicatos (1 dos quais cassado), 1 secretário de sindicato, 2 vice-presidentes de sindicatos (um dos quais cassado), 2 diretores de associações de funcionário público, 1 trabalhadora de base (professora universitária e militante) e 1 membro de uma Oposição Sindical (de base rural);
- dentre os 10 membros principais, 8 foram reeleitos.

5. I PLENÁRIA NACIONAL

5.1 – SINÓPSE...

Evento: I Plenária Nacional da CUT

Data: 13 a 15 de dezembro de 1985

Lugar: São Bernardo do Campo – SP

Número de Participantes: 247 dirigentes sindicais (delegados da direções estaduais, regionais e da Direção Nacional)

5.2 - CONTEXTO...

Logo após o I Concut, a Direção Nacional da CUT começa a preparar o lançamento da Campanha Nacional de Luta e define as seguintes bandeiras como prioritárias: a) redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução dos salários; b) reajuste trimestral; c) salário desemprego; e d) reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores. A condução da Campanha se articula com a Marcha à Brasília por Diretas Já, programada para outubro de 1984, com a participação de outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

Mas a via da eleição presidencial pelo Colégio Eleitoral se impõe, prevalecendo o projeto da “transição por cima”. O episódio da morte de Tancredo Neves, logo após sua eleição, foi explorado pela mídia e pelas “novas” elites políticas do país (articuladas em torno da Aliança Democrática) no sentido de consolidar o projeto da Nova República como um novo “consenso nacional” e isolar as forças que estavam construindo uma alternativa à esquerda (entre as quais se destacavam a CUT e o PT). Note-se que a alternativa “democrática” (na verdade, liberal) estava se consolidando tendo à sua frente José Sarney, ex-presidente da Arena, partido que havia dado sustentação política à Ditadura Militar.

A CUT, no entanto, continuava tentando contribuir para a construção de um projeto político baseado na afirmação das organizações dos trabalhadores numa perspectiva independente: a) assume a bandeira de uma Constituinte livre e

soberana, a ser eleita exclusivamente para esse fim; b) denuncia o projeto imposto pelo Governo, que previa a elaboração da nova Constituição pelo Congresso Nacional, transformado em Congresso Constituinte, e sem a remoção imediata das leis de exceção e dos órgãos de repressão da Ditadura Militar; c) recusa-se a participar das propostas de **pacto social**, que o Governo vinha apresentando e em torno da qual vinha conquistando a adesão da Conclat.

Vários segmentos dos trabalhadores estavam mobilizados e garantindo algumas conquistas. Os metalúrgicos do ABC, com a greve “vaca brava”, haviam conquistado reduções de suas jornadas de trabalho. Várias categorias haviam conquistado reajustes trimestrais. Em setembro, os bancários de todo o país haviam realizado uma greve nacional inédita na categoria e marcada por muita tensão com o Governo e os banqueiros. O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, chegou a fazer um pronunciamento em cadeia nacional, às vésperas do movimento, ameaçando suas lideranças e a CUT ao estilo do Regime Militar. A CUT tinha conseguido, pela primeira vez, articular uma Campanha Salarial Unificada em São Paulo, com greve simultânea de várias categorias (envolvendo sindicatos não só cutistas). A questão agrária ganhava destaque na agenda política nacional com o acirramento dos conflitos agrários e a violência dos latifundiários (com mais de 200 assassinatos de lideranças só em 1985), com a criação do MST e com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pelo Governo.

5.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** campanhas para 86; projeto de nova estrutura sindical; preparação para o II Concut;
- **plano de lutas:**
 - a) avaliando como positiva a experiência de 1985, a CUT resolve manter uma Campanha Nacional de Luta centrada em reivindicações prioritárias. Além das 4 do ano anterior (redução da jornada, trimestralidade, reforma agrária e salário-desemprego), acrescenta: salário mínimo real e congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade;

- b) estabelece como pontos de uma pauta mais geral, a ser articulada à Campanha Nacional de Luta: i) luta por uma Constituinte livre, soberana e convocada para fins exclusivos; ii) retomada da luta pela Diretas-Já; iii) luta pela ratificação da Convenção 87 da OIT; e iv) pelo não pagamento da Dívida Externa;
- ***plano de ação:***
 - a) Campanha Nacional de Luta: a pauta de reivindicações deve ser entregue ao Governo, seguindo-se um cronograma nacional de mobilização e divulgação da Campanha, tendo como referência o Centenário do 1º de Maio;
 - b) Constituinte livre e soberana: i) articulação de formas de pressão para garantir a participação popular na elaboração da nova Constituição; ii) articulação e apoio a candidatos ao Congresso Constituinte, que defendam as propostas da CUT; iii) participação na elaboração de propostas sobre os pontos de maior interesse na Constituição;
 - c) Reforma Agrária e violência no campo: i) implementar um conjunto de ações no sentido de retomar a Campanha Nacional pela Reforma Agrária e divulgá-la junto aos trabalhadores e entidades sindicais do setor urbano; ii) articular nos estados, através das Secretarias Rurais da CUT, comissões permanentes de luta pela Reforma Agrária; iii) desencadear uma campanha nacional contra a violência no campo (incluindo a realização, no primeiro semestre de 1986, de um Tribunal para julgar os crimes no campo, com a presença de entidades e juristas nacionais e internacionais).
 - ***organização sindical:***
 - a) definição do cronograma e condições de preparação do II Concut;
 - b) definição de um conjunto de teses indicativas sobre a formulação de uma proposta de nova estrutura sindical, para ser apreciada no II Concut.
Principais pontos:
 - i) referência fundamental na Convenção 87 da OIT, sobre a liberdade e autonomia sindical;

- ii) direito de organização autônoma assegurado pela Constituição e em lei ordinária (estabilidade para representantes, liberdade de organização no local de trabalho, autonomia e liberdade sindical etc);
- iii) definição dos princípios norteadores da nova estrutura (liberdade e autonomia sindical, democracia, sindicato classista e de luta, organização por ramo de atividade, eleições livres e democráticas);
- iv) definição das instâncias (comissão sindical de base; delegacia sindical rural; sindicato de base por ramo de atividade econômica; departamentos por ramo de atividade econômica, submetidos à Direção da CUT, e criados ou resultantes das conquistas de federações ou confederações; instâncias da CUT);
- v) abolição do imposto sindical e definição autônoma de novas formas de sustentação financeira;
- vi) enquadramento sindical feito por ramo de atividade econômica, auxiliado pela Direção Nacional da CUT, podendo o sindicato ser de base municipal, intermunicipal, estadual, interestadual e nacional, tendo-se como meta a desmunicipalização do sindicato;
- vii) indicação dos seguintes ramos: agropecuário; industrial; comércio e serviços; inativos; serviços públicos; autônomos urbanos; profissionais liberais;
- viii) implantação da nova estrutura sindical: pressão sobre o Senado para ratificar a Convenção 87 da OIT; pressão sobre a Constituinte para reconhecer a Convenção e estabelecer garantias legais ao livre exercício da ação sindical; divulgar amplamente esta proposta junto aos sindicatos; avançar na criação de comissões sindicais de base e de delegacias sindicais rurais na prática, através de negociações coletivas e de garantias legais; avançar na prática na organização de sindicatos de base por ramo de atividade econômica; lutar pela abolição do imposto sindical, desativar o assistencialismo e criar

- novas formas de arrecadação; elaborar um novo estatuto indicativo para ser adotado pelas entidades;
- c) necessidade de alteração dos estatutos, no II Concut, visando adequá-lo a essa proposta;

5.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- o tema da Reforma Agrária e violência no campo, pela gravidade da situação da luta dos trabalhadores rurais, absorveu a maior parte do tempo do debate;
- questões relacionadas com a concepção de organização no local de trabalho e com a definição estatutária dos critérios de composição dos delegados para os congressos da CUT manifestaram-se como áreas de divergências em potencial;

5.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre balanço da CUT:

- a CUT continua se consolidando como uma referência para os trabalhadores e para a sociedade brasileira. Isso porque: começa a se implantar em todo o território nacional; se articula a partir das entidades sindicais mais atuantes (seja dos setores privado, público ou rural); começa a organizar campanhas nacionais com implicações econômicas e imediatas, assim como políticas; a Conclat não consegue disputar essa referência;
- apesar de ter nascido com uma referência mais industrial, a CUT começa a ter um envolvimento cada vez maior com a questão agrária, construindo uma imagem não só de uma Central combativa e com uma base de organização nacional, mas também como expressão da unidade das lutas da cidade e do campo (isso, apesar da Contag estar vinculada à Conclat);

6. II CONCURTO

6.1 – SINÓPSE...

Evento: II Congresso Nacional da CUT – Concut

Data: 01 a 03 de agosto de 1986

Lugar: Rio de Janeiro – RJ

Número de Participantes: 5564 (70,4% delegados de base e 29,6% delegados de diretoria)

Entidades presentes: 1016 (182 sindicatos da indústria, 366 sindicatos rurais, 276 sindicatos de serviços, 114 associações de funcionários públicos, 78 associações profissionais)

Delegação internacional: sem registro (embora conste que tenha sido uma das maiores delegações estrangeiras em Congressos da CUT, inclusive com representação dos países do Leste Europeu).

6.2 - CONTEXTO...

Continua o quadro de agravamento da violência no campo. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), existiam, em 1985, 636 conflitos pela terra, envolvendo mais de 400 mil pessoas. Em 1986, até maio, mais de 110 trabalhadores rurais haviam sido assassinados em conflitos agrários, incluindo Nativo da Natividade e padre Josimo. Surge a União Ruralista Democrática (UDR), uma organização paramilitar de fazendeiros voltada para impedir com a violência as lutas dos trabalhadores rurais.

As lutas sindicais urbanas estavam em ascensão. Em 1985 tinham ocorrido cerca de 900 greves no país, envolvendo aproximadamente 7 milhões de grevistas. Várias conquistas estavam sendo registradas em diversos setores, relacionadas com a reposição de perdas, reajuste trimestral, redução da jornada de trabalho. Some-se a isso o avanço organizativo da CUT, com a conquista de novos sindicatos e a constituição de novas oposições sindicais. A CUT avalia muito positivamente o papel das Campanhas Nacionais de Luta de 84 e 85, ao exercer

um efeito de unificação das reivindicações e das campanhas salariais. Os partidos de oposição, especialmente PT e PDT, apresentam crescimento significativos nas eleições municipais de 1985.

Mas o Governo da Nova República lança o Plano Cruzado, estabelecendo o congelamento geral de preços e salários, envolvendo a opinião pública (principalmente com a criação da figura do “fiscal do Sarney”: apelo à população para que fiscalizassem os preços) e quebrando esse processo de ascenso das mobilizações. Com o Plano Cruzado, o Governo visa garantir condições mais favoráveis para as eleições do Congresso Constituinte, a realizar-se em novembro, e, assim, consumir a transição conservadora. A CUT se coloca contra o Plano, por entender que não atacava as questões estruturais da crise (as dívidas externa e pública) e por entender que impunha perdas salariais aos trabalhadores. Sua expectativa era a de que no segundo semestre o Plano Cruzado iria se desgastar, criando um clima mais favorável para a retomada das lutas.

6.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário do Congresso:** conjuntura econômica e política do país; projeto de nova estrutura sindical; mudanças estatutárias;
- **plano de lutas:** definição por uma nova Campanha Nacional de Luta, intitulada “Terra, salário, emprego e liberdade”, com os seguintes pontos principais:
 - i) recuperação das perdas salariais (impostas pelo Plano Cruzado);
 - ii) redução da jornada para 40 horas semanais e salário-desemprego;
 - iii) direito irrestrito de greve e liberdade e autonomia sindical;
 - iv) reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
 - v) não pagamento da dívida externa;
 - vi) participação popular na Constituinte;
- **plano de ação:**
 - a) apoio incondicional a todas as lutas contra os patrões e o governo, independentemente de quem as dirijam;
 - b) preparação da Greve Geral;

- c) definição de um Dia Nacional de Luta em torno das reivindicações da Campanha Nacional de Lutas, entre outubro e novembro;
 - d) levantamento nacional de todos os dirigentes sindicais, membros de comissões de fábrica e de Cipas, que foram demitidos e afastados de seus locais de trabalho e dos assassinatos de lideranças sindicais no campo, a ser entregue em audiência pública ao Ministério do Trabalho e ser divulgado amplamente;
 - e) definição do dia 25 de julho como Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária;
 - f) apoio à eleição de deputados identificados com as propostas da CUT para a Constituinte e realização de campanhas em defesa das propostas defendidas pela Central;
 - g) contribuir para a realização de um encontro latino-americano e caribenho sobre o tema da dívida externa;
- **organização sindical:**
 - a) projeto de uma nova estrutura sindical:
 - aprovação de um projeto de nova estrutura sindical, baseado no princípio da autonomia e liberdade sindical, visando implantá-la na prática. Reafirma-se a proposta discutida na I Plenária Nacional;
 - indicação de garantias sindicais que devem ser previstas na Constituição e na legislação ordinária, pelas quais a CUT deve lutar. Sobretudo relacionadas com a garantia da liberdade e autonomia sindical, com a estabilidade no emprego para sindicalistas e membros de organizações dos trabalhadores no local de trabalho e com a obrigatoriedade do desconto em folha das contribuições definidas pelos sindicatos etc;
 - b) mudanças estatutárias:
 - definição de forma mais precisa dos critérios de participação nos congressos nacionais, estaduais e regionais;

- criação dos **departamentos profissionais** por ramo de atividade econômica (de modo a afirmar a CUT como entidade de representação sindical, e não só de articulação);
- criação da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, subordinada à Secretaria de Política Sindical, a nível nacional e estadual;

6.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- a principal polêmica que se estabeleceu no Congresso, na verdade teve início no Congresso Estadual de São Paulo, e estava relacionada a uma proposta, apresentada pelos setores majoritários, de mudança dos estatutos sobre a proporcionalidade nas executivas da CUT. Pela proposta, as executivas só seriam integradas pelos componentes das chapas majoritárias (em cada nível de direção). Embora tal tensão tivesse sido estendida ao Concut, essa proposta não foi apresentada, permanecendo o que regia os estatutos anteriores;
- outra polêmica versou sobre a concepção de organização de base, a ser adotada pelo projeto sindical da CUT. Esse debate já havia se apresentado no 1º Conclat. De um lado, se colocaram os que defendiam a organização de base fundamentalmente na forma da *comissão sindical de base*, ou seja como parte da estrutura sindical cutista. De outro, se colocaram os que defendiam que a organização de base deveria ser autônoma em relação aos sindicatos. Ao final, procurou-se contemplar as duas formas de organização, concebendo a comissão sindical de base como parte da nova estrutura sindical, mas também atribuindo importância à criação de *comissões de fábrica e de empresa*, autônomas em relação aos sindicatos, com uma tarefa para além do trabalho sindical, “buscando-se constituir como uma verdadeira escola de poder operário”, onde a relação com os sindicatos deveria ser de natureza política;
- nesse Congresso já haviam se configurado 2 principais campos, envolvendo várias “tendências”. De um lado, e compondo o setor majoritário desde a criação da CUT, se aglutinaram os militantes identificados com os Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, dos Bancários de São

Paulo, dos Petroleiros de Campinas, entre outros, adotando o nome de “Articulação Sindical”. De outro, se articularam diversos grupos ligados a organizações de esquerda marxistas (na maioria trotskistas) e outros grupos (alguns dos quais ligados a setores da Igreja), que se referenciavam sobretudo na Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo (OSM-SP, que depois passou a ser chamada de MOSMSP). A maior tendência de oposição foi denominada de “CUT pela Base” (que reunia o MOSMSP, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, a Democracia Socialistas, entre outros segmentos). As diferentes visões perpassaram todo o Congresso e tiveram como desfecho a constituição de 3 chapas para a eleição da Direção Nacional. Na ocasião, criou-se um impasse sobre o número de vagas que cabia para cada chapa, o que só foi resolvido em reunião da Executiva Nacional, após o Congresso.

6.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre balanço da CUT:

- a CUT estava se tornando uma referência de massas graças ao seu desempenho nas Campanhas Nacionais de Luta de 84 e 85 e ao fortalecimento de sua capacidade organizativa (chega ao Congresso estruturada em praticamente todos os Estados e com 284 sindicatos filiados);
- enquanto isso, a Conclat realiza seu segundo Congresso e cria a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), como uma reação ao crescimento da CUT. Ao mesmo tempo, surgia naquele momento o “sindicalismo de resultados” ou “sindicalismo de negócios” (integrado aos valores do capitalismo), em torno das lideranças de Rogério Magri (presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo) e Luís Antônio Medeiros (após sua eleição como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 87), inspirando-se na tradição sindical norte-americana. Daí surgirá anos depois a Força Sindical.

Sobre a relação da CUT com a estrutura sindical oficial:

- o II Concut conclui um processo, iniciado nos congressos anteriores, de elaboração de um projeto alternativo de estrutura sindical, baseado no princípio da autonomia sindical, para ser implantado a partir de suas próprias forças: “não aprovamos uma nova estrutura sindical para ser colocada em apresentação no Congresso Nacional em Brasília, nem para ser apreciada pela Constituinte e nem para ser negociada com a velha estrutura sindical. Aprovamos uma estrutura sindical para implantá-la”;
- tal decisão baseava-se na estratégia de realizar um processo de conversão dos sindicatos oficiais, uma vez conquistados pelo campo cutista, ao projeto de nova estrutura: “Esta estrutura deverá ser implantada o mais imediatamente possível, de acordo com cada realidade, pelos sindicatos já filiados à CUT e deveremos, ao mesmo tempo trabalhar nas bases dos sindicatos com direções pelegas ou atrasadas para ganhar esses sindicatos para a CUT ou, quando menos, fazê-los avançar pela pressão das bases e abandonar os velhos métodos e estrutura fascista” (Resoluções do II Concut, p. 47);
- ao mesmo tempo, a CUT deveria lutar por garantias legais para o exercício pleno da liberdade e autonomia sindical, principalmente através da ratificação das Convenções 87 e 151 da OIT e da aprovação de um projeto de lei específico;

Sobre a CUT e o socialismo:

- desde o 1º Conclat, nos seus primeiros estatutos, a CUT se define como uma central *classista* e voltada para a luta pelos *objetivos imediatos e históricos* dos trabalhadores, assim como referenciada na luta por uma *sociedade sem explorados nem exploradores*, mas só por ocasião do II Concut é que associa tal referência de forma explícita ao objetivo de contribuir para a construção de uma ***sociedade socialista***;
- entretanto, coloca a ressalva de que “o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora”. Ou seja, “a CUT, enquanto central sindical, é parte integrante

deste processo histórico, ainda que com um papel político qualitativamente diferenciado”. Nesse sentido, a CUT “não deve ser confundida com um partido político e manterá sempre sua autonomia em relação ao poder de Estado e aos próprios partidos”;

- a Central aponta para o socialismo quando, através das lutas sindicais, articula as lutas econômicas com os objetivos políticos, organizando e elevando o nível de consciência de classe, criando situações de confronto de projetos de classe: “às reivindicações atuais de salários e emprego, ligamos as propostas de mudança mais geral, como a negação ao pagamento da dívida externa e a reforma agrária radical, pois elas são a dimensão das transformações que nossas reivindicações exigem” (Resoluções do II Concut, p. 08);

Sobre a composição da Executiva Nacional:

- dentre os 10 principais membros da Executiva, 4 eram metalúrgicos (incluindo o presidente reeleito, Jair Meneguelli); 2 rurais (incluindo o vice-presidente, Avelino Ganzer), 1 bancário, 1 petroleiro, 1 enfermeiro e 1 professor secundarista. Os 5 restantes incluíam: mais 1 rural, 1 bancário, 1 do setor plástico, 1 previdenciário e 1 professora universitária;
- dentre os 20 membros da Executiva Nacional (incluindo os 5 suplentes), 5 eram de SP, 3 do RJ, 3 do RS, 2 do PA, 2 de GO e 1 de MG, BA, PE, AC e SC;
- no total de 20 membros, apenas 2 mulheres (nenhuma das quais entre os 10 principais membros);
- dentre os 20 membros, 8 eram presidentes de sindicatos (1 dos quais cassado), 1 vice-presidente de sindicato, 2 tesoureiros de sindicato e associação, 4 diretores de sindicatos e associações, 2 delegados sindicais de STRs e 3 militantes sem cargos;
- dentre os 10 membros principais, 6 foram reeleitos para o mesmo posto e 2 foram reeleitos para cargos diferentes, tendo vindo da suplência;
- dentre os 20 membros, a Articulação Sindical ficou com 12 (sendo que com 9 dos 10 cargos mais importantes); a CUT pela Base, com 3; a Democracia e

Luta, com 2; Unir a Cidade e o Campo, com 2; e a Força Socialista, com 1.

7. II PLENÁRIA NACIONAL

7.1 – SINÓPSE...

Evento: II Plenária Nacional da CUT

Data: de 5 a 7 de junho de 1987

Lugar: São Bernardo do Campo – SP

Número de Participantes: 227 delegados de 22 Estados

7.2 - CONTEXTO...

Após as eleições de novembro de 1986 e dos resultados favoráveis para o PMDB, o Plano Cruzado, principal cabo eleitoral do Governo, fracassa flagrantemente e a inflação volta, somando-se aos graves problemas econômicos e sociais que se mantinham intactos com o Plano.

A CUT, o PT e o PDT, desde o início, posicionaram-se contra o Plano Cruzado, por não enfrentar aquilo que consideravam os aspectos estruturais da crise brasileira (sobretudo a questão da dívida externa) e, ainda mais, porque havia o entendimento de que o Plano havia imposto perdas salariais significativas para os trabalhadores. Com o desgaste do Plano e a revelação do seu caráter eleitoreiro, após as eleições de novembro, criou-se um clima favorável à contestação popular. Em março de 1987 os bancários realizam uma nova greve nacional, a maior já realizada. No dia 12 de dezembro, a CUT organiza a maior Greve Geral até então realizada na história recente do país. E tenta repetir a dose no dia 20 de agosto de 1987, convocando junto com a CGT nova Greve Geral, mas sem o mesmo sucesso, pois o Governo já havia lançado um outro plano de estabilização econômica, o Plano Bresser, que contribuiu para confundir e desmobilizar os trabalhadores.

Enquanto isso, continua o processo Constituinte e o debate sobre o novo desenho institucional do país.

7.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** conjuntura nacional; jornada nacional de lutas; questões organizativas; eleições dos metalúrgicos de São Paulo;
- **plano de lutas:** realização de uma Jornada Nacional de Lutas contra a recessão e pelos direitos dos trabalhadores, em torno dos seguintes pontos: i) defesa do salário e do emprego; ii) não pagamento da Dívida Externa; iii) reforma agrária sob controle dos trabalhadores; iv) pelos direitos dos trabalhadores na Constituição; e v) Diretas Já;
- **plano de ação:**
 - a) articular a Jornada Nacional de Lutas com a preparação da Greve Geral;
 - b) procurar envolver a CGT na Jornada de Lutas (buscando unidade de ação);
 - c) intensificar coleta de assinaturas de apoio às propostas populares de Emendas à Constituição e realizar atos de entrega das Emendas à Constituinte;
- **organização sindical:**
 - a) em razão dos impasses criados com a interpretação dos critérios de proporcionalidade no episódio da eleição da Direção Nacional, durante o II Concut (impasse que foi estendido à primeira reunião da Executiva Nacional, logo depois), a Plenária aprova um regimento interno provisório, com vigência até o III Concut, versando sobre o processos eleitorais e o princípio da proporcionalidade aplicado às eleições das direções nacional, estaduais e regionais;
 - b) ratificação da decisão da Direção Nacional, que havia instituído a contribuição de 5% do orçamento das entidades filiadas;

7.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- a Plenária foi permeada pelas divergências sobre o posicionamento da Central nas eleições dos metalúrgicos de São Paulo. A decisão foi a de realizar uma convenção cutista com o objetivo de definir a chapa que deveria concorrer em nome da CUT;

7.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre balanço da CUT:

- a projeção das lideranças de Magri e Medeiros e do “sindicalismo de resultados” começa a configurar um projeto sindical concorrente, o que foi reforçado com a derrota da chapa cutista nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (em 87);
- mas a CUT continua se consolidando no cenário nacional e internacional: teve um papel relevante na organização da Conferência Latino-Americana e Caribenha contra a Dívida Externa; projetou-se no centro do cenário do país, com as Greves Gerais de dezembro de 1986 e de agosto de 1987; destacou-se na retomada da luta pela Reforma Agrária e contra a violência no campo; aumentou sua presença no setor público; participou da mobilização popular em torno do processo Constituinte; continuava conquistando sindicatos em todo o país e começava a organizar os departamentos profissionais por ramo de atividade (inicialmente: bancários, metalúrgicos, petroleiros, químicos e educação; e depois: vestuário, urbanitários, construção civil e transportes);
- entretanto, a CUT não havia conseguido ainda unificar nacionalmente as pautas de reivindicações e as lutas em torno de suas campanhas nacionais, sobretudo em função da pulverização imposta pelas datas-base (um alimento para o corporativismo).

8. III CONCURTO

8.1 – SINÓPSE...

Evento: III Congresso Nacional da CUT – Concut

Data: 7 a 11 de setembro de 1988

Lugar: Belo Horizonte – MG

Número de Participantes: 6247 delegados (3178 delegados de base e 3065 delegados de diretoria)

Entidades presentes: 1143 (233 sindicatos da indústria, 374 sindicatos rurais, 289 sindicatos e outras entidades de serviços, 48 sindicatos do setor financeiro, 28 entidades do setor de transporte e 185 associações de funcionários públicos)

8.2 - CONTEXTO...

Nos países centrais intensifica-se o processo de inovação tecnológica, com a automação e a introdução de novas técnicas de gestão da produção e do trabalho. Ao lado dessas mudanças, cresce a influência mundial das políticas de caráter neoliberal, sobretudo a partir dos governos Reagan, nos EUA, e Thatcher, na Inglaterra. Cresce o desemprego, os direitos sociais históricos dos trabalhadores sofrem amplo ataque e as taxas de sindicalização caem de forma generalizada.

A questão da dívida externa continua no centro da crise econômica brasileira e latino-americana, inviabilizando qualquer retomada do desenvolvimento e levando ao agravamento das condições de vida e trabalho da maioria de suas populações. No Brasil, após o fracasso do Plano Cruzado e da vitória eleitoral da Aliança Democrática nas eleições de 1986, o Governo Sarney abandona os planos heterodoxos dos “economistas do PMDB”, que pregavam um desenvolvimento capitalista com justiça social, a partir de uma economia fortemente regulamentada pelo Estado, e passa a adotar uma orientação de caráter *neoliberal*. Volta-se para o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira, privatização das empresas estatais, controle dos gastos públicos, com penalização das políticas sociais etc.

Mas permanece um quadro de hiperinflação, desemprego e de queda nos salários. E o Governo retoma o acordo com o FMI. Enquanto que o projeto de transição conservadora segue se afirmando, apesar de alguns avanços sociais e políticos verificados na nova Constituição (próxima de ser finalizada quando da realização do III Concut). Não bastassem a eleição via Colégio Eleitoral, a posse, com a morte de Tancredo, de um vice que havia sido um dos principais articuladores políticos da Ditadura Militar, a convocação de um Congresso com poderes Constituintes e o uso populista do Plano Cruzado para eleger uma expressiva bancada da Aliança Democrática, o Governo manobrou o Congresso para ampliar de 4 para 5 anos o mandato de Sarney. Esse contexto torna as eleições municipais de novembro de 1988 um momento político relevante, como preliminar das eleições presidenciais de 1989.

No campo sindical, a mídia e o Governo continuam tentando praticar o “sindicalismo de resultados” e, assim, promover a idéia de **pacto social**, que sempre contava com a oposição da CUT: “a CUT se manifesta firmemente contra qualquer tentativa de acordo ou pacto que tenha por objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar nas suas conquistas” (Resoluções do III Concut, p. 15).

Algumas lutas importantes aconteceram nesse período, como a greve dos Correios em São Paulo e a primeira greve nacional de 48 horas dos trabalhadores das estatais (realizada em maio de 88).

8.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário do Congresso:** conjuntura atual e as tarefas da CUT; concepção e prática sindical; diretrizes de ação; plano de lutas;
- **principais diretrizes de ação:**
 - a) solidariedade internacional à luta dos trabalhadores de todo o mundo; defesa da Revolução Sandinista e dos processos revolucionários de El Salvador e Guatemala; luta contra as ditaduras militares do continente; repúdio ao regime do Apartheid; apoio ao Sindicato Solidariedade da Polônia e à OLP;

- b) autonomia diante das centrais sindicais internacionais (Federação Sindical Mundial - FSM, Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres - CIOSL e Confederação Mundial do Trabalho - CMT) e de suas representações na América Latina (CPUSTAL, ORIT e CLAT, respectivamente);
 - c) reforço da campanha contra o pagamento da dívida externa no Brasil e na América Latina;
 - d) luta pelo controle dos trabalhadores sobre a automação e as novas tecnologias e pela redução da jornada de trabalho;
 - e) defesa da liberdade de organização nos locais de trabalho;
 - f) luta pelo fim do imposto sindical;
 - g) contra a privatização das estatais;
 - h) apoio à formação imediata dos sindicatos dos trabalhadores do serviço público;
 - i) apoio à luta pela reforma urbana, ao lado do movimento popular;
 - j) defesa da criação do Sistema Único de Saúde e da previdência social sob gestão dos trabalhadores;
 - k) pelo fim da discriminação da mulher e contra o racismo e a discriminação do trabalhador negro;
 - l) pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e contra a violência no campo;
- ***planos de lutas e de ação:***
 - a) retomada da Campanha Nacional de Lutas adotada no II Concut, combinando-a com uma campanha pelo contrato coletivo nacionalmente articulado;
 - b) articulação das lutas em curso, visando a unificação das datas-base em 1º de Maio;
 - c) organização de uma *jornada nacional de lutas* em torno dos seguintes pontos: i) contra a política econômica do governo Sarney e contra o pagamento da dívida externa; ii) contra a carestia e a inflação, com reposição imediata das perdas, reajuste mensal dos salários e garantia no

- emprego; iii) pelo fim da violência no campo e pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
- d) a partir da plataforma de lutas aprovada no Concut e das emendas populares apoiadas pelo movimento sindical e popular ao processo Constituinte, a CUT conclama entidades sindicais, populares e partidos políticos para a defesa das reivindicações rejeitadas pelo Congresso Constituinte;
- **organização sindical:** as principais mudanças estatutárias adotadas no Congresso foram:
 - a) o número de delegados por entidade sindical passa a ser proporcional ao número de *trabalhadores sindicalizados*, e não mais ao número de *trabalhadores da base*;
 - b) para as oposições passa a valer, como base para definição do número de delegados, o número de votos obtidos no último escrutínio (ou, no caso de não ter participado de eleição, com uma delegação igual ao do menor sindicato);
 - c) a eleição de delegados aos congressos estaduais e regionais continuam sendo feitas nas entidades sindicais filiadas, mas sem distinção mais entre diretoria e base (que, até então, existia, sendo obrigatória a proporção de 2/3 para a base e 1/3 para a diretoria; vale notar que sob a condição de “delegados de base” eram escolhidos tanto trabalhadores sem maiores engajamentos na militância, assim como membros ativos de Oposições Sindicais);
 - d) para o Congresso Nacional, a eleição de delegados passa a ser feita nos congressos estaduais (na proporção de 1 para cada 2 mil trabalhadores sindicalizados), e não mais nas entidades filiadas;
 - e) o Congresso Nacional passa a ser realizado de 3 em 3 anos, e não mais de 2 em 2;
 - f) definição da contribuição das entidades filiadas em 5% de suas receitas brutas anuais (as entidades pagavam até então 5% das mensalidades a título de “taxa de luta ou de solidariedade”);

- g) criação da Secretaria de Políticas Sociais, para tratar das lutas relacionadas com educação, saúde, habitação, direitos humanos, meio ambiente;
- h) substituição da Secretaria Rural pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais;

8.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- o Congresso foi permeado, desde a sua preparação e Congressos Estaduais, pela polarização entre a corrente majoritária (Articulação Sindical) e as demais correntes (CUT pela Base, Democracia e Luta, Força Socialista, entre outras);
- os pontos mais polêmicos versaram sobre a discussão a respeito da concepção e prática sindical da CUT e sobre mudanças estatutárias;
- **sobre concepção e prática sindical:**
 - a) para o setor majoritário, era preciso afirmar o projeto da CUT tanto em contraposição ao *sindicalismo reformista*, representado pela CGT, como em contraposição às *posições vanguardistas*, por serem incapazes de desenvolver um *sindicalismo de massa* (em uma clara alusão aos setores minoritários); do mesmo modo era preciso dar maior organicidade à construção da CUT, imprimindo-lhe um caráter de *central sindical*, e não de *movimento*; nesse sentido, era necessário promover algumas mudanças estatutárias;
 - b) para os setores minoritários, a questão era se a CUT deveria ser uma Central de sindicatos ou um Central de trabalhadores. E as mudanças propostas pela Articulação Sindical, segundo entendiam, restringiam a CUT à condição de Central de sindicatos e esvaziavam o caráter *revolucionário* do seu projeto, tornando-o próximo dos modelos sindicais *sociais democratas*, vigentes em vários países europeus. Além do mais, as mudanças estatutárias levariam a uma *burocratização* da CUT. Por isso se posicionavam contra as propostas apresentadas pela ArtSind;
- **sobre as mudanças estatutárias:** enquanto a ArtSind avaliava indispensáveis tais mudanças, para que a CUT se consolidasse efetivamente como uma *Central Sindical*, as forças minoritárias se posicionavam contra. Suas críticas

relacionavam-se fundamentalmente à redução do peso dos delegados de base e das oposições sindicais nos congressos da CUT e à redução no número total de participantes no Congresso Nacional;

8.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre balanço da CUT:

- a CUT realiza o maior encontro sindical de que se tem notícia no Brasil, em um momento em que: a) conquista a maioria dos principais sindicatos e associações de servidores públicos em todo o país (chega ao III Congresso com 450 entidades filiadas); b) se torna a mais importante organização popular do país; c) a CGT não emplaca, mas começa a surgir, com decisivo apoio empresarial, governamental e da mídia, um novo projeto sindical de caráter conservador, o “sindicalismo de resultados”; d) delineiam-se mais claramente os campos de forças internos à CUT;
- era inegável, naquele momento, o importante papel de referência de massas alcançado pela CUT, sem no entanto ter conseguido superar dificuldades organizativas. Nesse contexto, o setor majoritário avalia que era preciso estabelecer mudanças que levassem a Central a transformar-se, de referência de massa, em uma organização capaz de conduzir a contratação coletiva nacionalmente articulada.

Sobre a relação da CUT com a estrutura oficial:

- se o ***I Conclat*** sistematiza os princípios norteadores da central sindical recém-criada, o ***I Concut*** estabelece os princípios que devem orientar a construção de uma estrutura sindical alternativa, o ***II Concut*** aprova uma proposta de organização de uma estrutura sindical alternativa, o ***III Concut*** procura delimitar (sob polarização interna) a concepção e prática sindical a ser adotada pela Central. Orienta-se para a construção de uma estrutura alternativa a partir da construção da CUT como uma organização própria, desde a base até a sua direção nacional, e faz os ajustes estatutários necessários;

- o faz da seguinte maneira:
 - a) recupera a origem histórica da CUT, como resultado da ruptura com o populismo sindical, o reformismo, o peleguismo e todas as formas de conciliação de classe;
 - b) aponta a necessidade de delimitar a concepção sindical da Central, para que possa ser consolidada;
 - c) destaca seu caráter classista, ao voltar-se para a articulação das lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora, o socialismo;
 - d) reafirma sua natureza democrática, pluralista, unitária, representativa, organizada a partir da base, autônoma, livre e independente;
 - e) mas ressalva um aspecto visando delimitar a concepção sindical cutista (neste caso, motivando-se pela demarcação de diferenças internas): “fracassaram todas as tentativas de quebrar a estrutura oficial somente com a vontade de um pequeno grupo de militantes. E, em alguns sindicatos, enfrentamos grandes obstáculos com a permanência de diretorias pelegas, pela ausência de uma política ampla e de massas. Praticar um **sindicalismo de massas** é uma condição fundamental para continuar o avanço da CUT” (Resoluções do III Concut, p. 24). Por isso, seria preciso superar as posições *vanguardistas* nos sindicatos;
 - f) detalha a estrutura e funções dos departamentos, assemelhando-os a federações e atribuindo-lhes destacado papel na negociação coletiva, e redefine os critérios de participação nos congressos da CUT, restringindo-os aos sindicalizados (ao invés de uma CUT *movimento* ou *partido político*, uma CUT *central sindical*, centrada na negociação e na contratação coletiva, tidas como funções próprias da organização sindical);
 - g) e procura articular o papel das *campanhas nacionais de luta* com a luta pelo *contrato coletivo nacionalmente articulado* (o que também constitui uma novidade nas resoluções de congressos da CUT).

Sobre o balanço da Constituinte:

- desde o início do Governo da Nova República, a CUT vinha denunciando o tipo

de transição que estava sendo conduzida pela Aliança Democrática, através da convocação de um Congresso com poderes Constituintes, com a manutenção das leis de exceção do Regime Militar (o chamado “entulho autoritário”);

- durante todo o processo a CUT procurou combinar, de um lado, a manutenção das bandeiras da Constituinte Livre e Soberana e das Eleições Diretas Já e, de outro, a mobilização no sentido de garantir a defesa dos direitos dos trabalhadores na nova Constituição;
- no final do processo, no III Concut, a Central chegou à seguinte conclusão: “a avaliação dos resultados da Constituinte deixa claro que muitas reivindicações não foram alcançadas. Vários direitos não estão inscritos. As diretas-já foram derrotadas e Sarney garantiu seus 5 anos. A estrutura sindical, embora registre algumas modificações, não assegura a ampla liberdade de organização que a classe trabalhadora brasileira exige (ao manter a unicidade e o imposto sindical). Sobretudo, a nova Carta se ergue contra a reforma agrária – marcando inclusive um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra redigido pelos militares – e define as Forças Armadas como fiadoras e guardiãs da Constituição. Coloca, portanto, a sociedade brasileira sob a tutela militar, num permanente convite ao golpe, cuja realização está, de antemão, juridicamente legitimada. Mas é impossível não reconhecer que houve conquistas no novo texto constitucional. Estas foram o resultado do inteligente e firme trabalho desenvolvido pelos parlamentares identificados com a causa da classe trabalhadora, respaldados pelo amplo processo de mobilização (destacando-se os cartazes de denúncia dos ‘traidores do povo’) que a CUT e demais entidades populares levaram a cabo, embora nem sempre com a homogeneidade, clareza e empenho necessários. Foi a partir dos abaixo-assinados pelas emendas populares, da pressão exercida através das passeatas, dos protestos, das greves e das caravanas ao Congresso Constituinte, que alguns direitos sociais dos trabalhadores foram aprovados na nova Constituição. O mais importante de todos é o direito de greve, antiga reivindicação da classe trabalhadora brasileira. Outros são a redução da jornada de trabalho, salário-férias de um terço, extensão para cinco anos do

prazo para prescrição de ações trabalhistas, licença-paternidade, aumento da licença-maternidade, máximo de seis horas para turnos ininterruptos, verbas vinculadas para o seguro-desemprego, aposentadoria com salário integral, direitos trabalhistas iguais para trabalhadores rurais e urbanos. Também houve avanços políticos: voto aos maiores de 16 anos, maior liberdade de organização partidária, reforço dos poderes do legislativo, redução do poder arbitrário do Executivo, mandado de injunção, iniciativas legislativas populares. Em que pesem estas conquistas, o III Concut entende que devemos denunciar o caráter global profundamente antipopular da nova Constituição e não reconhecer no projeto global nenhuma legitimidade para cercear a democracia, as reivindicações e as lutas do povo. A luta continua!" (Resoluções do III Concut, pgs 10 e 11)

- em particular no caso da bandeira da liberdade e autonomia sindical, era preciso, após a reafirmação da unicidade sindical na Constituinte, continuar lutando por ela, como condição essencial para viabilizar o projeto da CUT;

A CUT e os rurais:

- como se pode observar pelos quadros de participantes nos congressos cutistas e por suas resoluções, os trabalhadores rurais tiveram desde o início uma participação ativa na construção da CUT;
- entretanto, o caráter urbano da Central sempre prevaleceu. Tanto foi assim, que para contemplar uma presença significativa do setor rural, mas marcada pela predominância urbana, é que se criou a Secretaria Rural, vinculada às direções nacional e estaduais;
- só com o III Concut é que esse segmento conquistou um status de *ramo*, como os demais setores, com a substituição da Secretaria Rural pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR). Isso, muita embora, até esse Congresso, a participação dos delegados do setor rural tenha se mantido como uma das mais expressivas, com a representação de STRs oscilando do Congresso de Fundação ao III Concut entre 33% a 36% do total;
- a criação do DNTR não significou, no entanto, que a assimetria na relação

urbano-rural tivesse sido superada;

Sobre o perfil dos congressistas:

- a partir de pesquisa realizada sob a coordenação do sociólogo Leôncio M. Rodrigues junto aos congressistas, foi possível traçar-se um perfil dos delegados;
- a grande maioria deles encontrava-se na faixa etária dos 22 a 40 anos; apenas 24% de mulheres; metade com colegial incompleto até superior completo; metade participava pela primeira vez de um congresso da CUT; mais de 90% declararam preferência partidária pelo PT;

Sobre a composição da Executiva Nacional:

- dentre os 11 principais membros da Executiva, 3 eram metalúrgicos (incluindo o presidente, Jair Meneguelli); 1 rural (incluindo o vice-presidente, Avelino Ganzer), 1 bancário, 2 professores secundaristas (da rede pública), 1 engenheiro, 1 enfermeiro, 1 eletricitário, 1 previdenciário. Os 9 restantes incluíam: mais 1 rural, 3 bancários, 2 metalúrgicos, 1 do setor telefônico, 1 gráfico e 1 engenheiro;
- dentre os 20 membros da Executiva Nacional (incluindo os 5 suplentes), 6 eram de SP, 2 do RJ, 1 do RS, 1 de MG, 2 do PA, 2 de GO, 1 da BA, PR, SC e 3 de entidades nacionais.
- do total, apenas uma mulher;
- dentre os 20 membros, 8 eram presidentes de sindicatos e federações, 1 vice-presidente de sindicato, 10 diretores de sindicatos, federações e associações e 1 membro de oposição sindical;
- dentre os 11 membros principais, 3 foram reeleitos para o mesmo posto (incluindo presidente e vice-presidente) e 4 foram reeleitos, mas mudando de cargo;
- dentre os 20 membros, a Articulação Sindical ficou com 10 (sendo que com 8 dos 11 cargos mais importantes); a CUT pela Base, com 5; a Democracia e

Luta, com 2; Unir a Cidade e o Campo, com 1; Construir a CUT Classista e pela Base, com 1; e a Força Socialista, com 1.

9. III PLENÁRIA NACIONAL

9.1 – SINÓPSE...

Evento: III Plenária Nacional da CUT

Data: de 04 a 06 de agosto de 1989

Lugar: São Bernardo do Campo – SP

9.2 - CONTEXTO...

A transição conservadora não havia conseguido impedir que o sindicalismo CUT tivesse tido durante os anos 80 uma trajetória ascendente, apesar de suas debilidades organizativas, do aprofundamento das divergências internas, da projeção adquirida pelo “sindicalismo de resultados” (favorecido por empresários, governo e mídia) e das frustrações políticas com a derrota da emenda Dante de Oliveira, a eleição de Tancredo-Sarney via Colégio Eleitoral, o Congresso Constituinte, a reafirmação da estrutura sindical tutelada pelo Estado e da estrutura fundiária na nova Constituição etc.

No que se refere à *questão agrária*, o tema da Reforma Agrária tinha sido pautado na sociedade e no processo constituinte não só através das campanhas, ocupações e manifestações realizadas pelas organizações que se colocavam em sua defesa. Também havia sido evidenciada através das manifestações de resistência a qualquer avanço nesse campo. Isso, seja patrocinando a violência contra trabalhadores e lideranças, como em dezembro de 1988 com o assassinato de Chico Mendes. Seja realizando manifestações para pressionar o Congresso Constituinte, como a passeata da UDR, realizada em agosto de 1987.

O Governo atua combinando iniciativas que vão da repressão pura e simples (como no caso da greve dos trabalhadores da CSN, que resultou em 3 assassinatos) às tentativas de cooptação dos setores de oposição através da proposta de *pacto social* e dos planos de estabilização, com apelos populistas. Depois dos Planos Cruzado e Bresser e da política do Feijão com Arroz, do ministro Mailson da Nóbrega, o Governo lança o Plano Verão. Todos eles, por

caminhos diferentes, procuravam remeter aos trabalhadores os custos da crise. A resposta dos trabalhadores foi a Greve Geral, organizada pela CUT e CGT, em março de 1989. Calcula-se que mais de 35 milhões de trabalhadores tenham participado dela. Seguiu-se uma conjuntura marcada por greves de categorias, com uma certa radicalização, com ocupações de fábricas no ABC, por exemplo.

A aproximação das eleições presidenciais de 1989 foi criando um clima de envolvimento e expectativa, por parte dos movimentos populares e do sindicalismo CUT, em relação à candidatura da Frente Brasil Popular, encabeçada por Lula. Diante desse quadro, a CUT reafirma sua posição anti-pacto social e aposta no espaço e oportunidade política propiciados pela conjuntura eleitoral: “Está colocada na ordem-do-dia a necessidade de articularmos a resistência cotidiana, expressa em nossas lutas salariais, e a exigência de uma mudança radical na política econômica do país no sentido de atender às necessidades da amplíssima maioria da população”. Tratava-se da chance “de efetivamente fundir as frentes econômica e política num só movimento” (Resoluções da III Plenária, p. 345) e disputar uma jogada decisiva com as forças da transição conservadora.

9.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** análise de conjuntura; plano de ação
- **plano de lutas:**
 - a) contra a inflação e a especulação (para evitar a hiper-inflação);
 - b) defesa do salário (reajuste mensal e integral dos salários e reposição das perdas salariais) e do emprego (estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho e contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado);
 - c) reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
 - d) em defesa das políticas sociais (pela desprivatização do Estado e valorização do serviço público);
 - e) não pagamento da dívida externa;
 - f) em defesa da vida e da democracia;
- **plano de ação:**

- a) preparação da Greve Geral (inclusive com a possibilidade de que venha a ser por tempo indeterminado);
- b) convocação de um Dia Nacional de Luta para o dia 24 de agosto de 1989;
- c) unificação das campanhas salariais;

9.4 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre a CUT e as eleições presidenciais:

- a CUT viu no processo eleitoral de 1989 e particularmente no projeto da Frente Brasil Popular a oportunidade de coroar todo o processo de acúmulo político resultante da retomada e desenvolvimento das lutas dos trabalhadores a partir do final da década de 70: “a CUT, fundada e construída lutando pela transformação da sociedade e contra a ditadura militar, tem aí um importante papel a desempenhar” (Resoluções da III Plenária, p. 345);
- por outro lado, precisava preservar sua condição de central sindical autônoma e independente: “a Plenária Nacional da CUT reafirma o princípio estatutário de central sindical classista, autônoma e independente de governos, credos religiosos e partidos políticos e reforça seu compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos de toda a classe trabalhadora”. Por isso, “a CUT, enquanto entidade não apoiará candidatura ou candidaturas, mas não se manterá neutra em um momento decisivo para o futuro do país” (Resoluções da III Plenária, p. 345).
- dessa maneira, enquanto entidade, mobilizou suas bases para participar do debate eleitoral e articulou um plano de lutas procurando explicitar os compromissos dos projetos em disputa. Ao mesmo tempo, seus dirigentes unanimemente, enquanto militantes, se engajaram plenamente na campanha da Frente Brasil Popular;
- no segundo turno, entretanto, a situação ganha outros contornos. A disputa fica polarizada entre uma candidatura de esquerda, de Lula, que consegue reunir todas as forças progressistas da sociedade, e uma candidatura de direita, de Collor, cujo projeto de governo radicalizava a orientação neoliberal que já vinha

sendo implementada pelo Governo Sarney. Diante de tais circunstâncias, a CUT opta por apoiar explicitamente a candidatura da Frente Brasil Popular.

10. IV PLENÁRIA NACIONAL

10.1 – SINÓPSE...

Evento: IV Plenária Nacional da CUT

Data: de 17 a 19 de agosto de 1990

Lugar: Belo Horizonte – MG

Número de participantes: 166 delegados (13 da Executiva Nacional, 36 da Direção Nacional, 66 das direções estaduais, 13 das direções regionais, 27 representantes de 10 dos 11 departamentos nacionais existentes, 9 observadores nacionais e 2 internacionais)

10.2 - CONTEXTO...

A derrota eleitoral do projeto representado pela Frente Brasil Popular, não só significou mais um lance da transição conservadora, que resultou na substituição do Regime Militar pelo Governo da Nova República, mas também a possibilidade da radicalização de uma opção que já vinha sendo esboçada antes: a adoção explícita das orientações neoliberais pelo recém-eleito Governo Collor, agora com a legitimidade de ter sido o primeiro presidente eleito depois do Golpe de 64.

À derrota eleitoral do projeto alternativo somavam-se os efeitos psicológicos e políticos da crise do “Socialismo Real”, que não só estavam levando a um literal desmoronamento dos regimes socialistas soviético e da Europa do Leste, como estava alimentando a ascensão do projeto neoliberal no mundo inteiro. Mesmo os setores da esquerda mundial e brasileira que se colocavam de modo crítico em relação às experiências do “Socialismo Real” não conseguiam ficar imunes à “crise do socialismo”.

No Brasil, os anos 90 têm início com o Plano Collor, primeiro lance da ofensiva neoliberal do novo governo. O Plano teve um caráter marcadamente recessivo, implicou em um novo confisco salarial e produziu uma onda de demissões. O Governo, na seqüência, promove uma abrupta abertura da economia brasileira à concorrência internacional, inicia um programa agressivo de privatização das

empresas estatais, começa uma reforma do Estado, com demissões de servidores e sucateamento dos serviços públicos.

A conduta do Governo se caracteriza pela truculência, sobretudo frente aos setores que, como a CUT, se colocavam numa perspectiva de oposição às suas políticas. Ao mesmo tempo, procura favorecer os setores do movimento sindical que defendiam “a economia de mercado”. O primeiro sinal nessa direção é dado com a nomeação de Rogério Magri, um dos principais expoentes do “sindicalismo de resultados”, para o Ministério do Trabalho.

A CUT tenta articular uma Greve Geral para junho, mas diante das dificuldades, com o apelo do Governo e da mídia junto à população, em torno da meta da “inflação zero”, mudou o seu caráter para “greve nacional das categorias em luta”. Internamente, se estabeleceu uma controvérsia se a decisão de mudar o caráter da greve havia sido correta. Parte da Direção Nacional defendia a manutenção do caráter de Greve Geral.

Em razão da gravidade do quadro sócio-econômico é que a Executiva Nacional resolveu convocar a IV Plenária Nacional.

10.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** análise de conjuntura; plano de ação; balanço organizativo da CUT; finanças;
- **plano de lutas:**
 - a) reposição das perdas salariais;
 - b) política salarial com reajuste mensal da inflação integral para todos os trabalhadores;
 - c) estabilidade no emprego e seguro-desemprego;
 - d) jornada máxima de 40 horas semanais;
 - e) não-privatização das estatais e saneamento sob controle dos trabalhadores;
 - f) melhoria dos serviços públicos e valorização dos servidores, com a readmissão dos demitidos;
 - g) reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;

- h) contrato coletivo de trabalho;
- i) garantia do livre exercício sindical a partir do local de trabalho;
- j) não pagamento da dívida externa;
- **plano de ação:**
 - a) realização de uma Campanha Salarial Nacional Unificada;
 - b) Dia Nacional de Lutas, em 14 de setembro;
 - c) preparação para a Greve Geral;
- **organização sindical:**
 - a) medidas de ajustes financeiros e administrativos a partir das mudanças adotadas no III Concut: i) registro da CUT em cartório e Receita Federal; ii) adoção de um regimento administrativo, adequado aos estatutos; iii) campanha nacional visando a auto-sustentação financeira da CUT e dos sindicatos; iv) campanha contra o imposto sindical; v) campanha de sindicalização; vi) ação junto aos sindicatos para que aprovem a mensalidade de 1% do salário dos associados; vii) adoção de um sistema de cobrança bancária e débito automático; viii) garantia do pagamento da contribuição dos sindicatos à CUT em 5% de seus orçamentos;
 - b) resoluções sobre organização da CUT, com base nas definições do III Concut: i) os departamentos devem estar submetidos às instâncias horizontais correspondentes; ii) é objetivo estratégico da CUT implantar sua estrutura vertical através dos departamentos, mas pode ser tático disputar a direção de federações da estrutura oficial; iii) os processos de criação de novos sindicatos no campo da CUT devem passar pelos critérios definidos para a organização sindical cutista (organização por ramo etc); iv) implantação das Comissões Sindicais de Empresa nos sindicatos e oposições do campo da CUT;

10.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- após a explicitação das divergências no III Concut, entre a Articulação Sindical, com o projeto de CUT que havia sido aprovado naquele Congresso, e as demais correntes internas, que o criticavam, os debates nas instâncias

tornaram-se cada vez mais polarizados. As divergências internas foram se tornando cada vez mais centrais nos debates e resoluções;

- na IV Plenária, um dos momentos de maior polarização ocorreu em torno de um texto apresentado pela CUT pela Base (em nome do Departamento Nacional dos Trabalhadores dos Vestuários), que acusava a ArtSind de, em nome da Executiva Nacional, ter conduzido negociações sigilosas com o governo e os patrões.

10.5 - CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre a relação da CUT com a estrutura sindical:

- a CUT nasce em um ato de afronta à estrutura sindical oficial, que não permitia a existência de intersindicais. Sobretudo, resulta de um movimento de renovação do sindicalismo brasileiro, que se confronta com os pilares da estrutura: tutela estatal, corporativismo, fragmentação, assistencialismo. Mas baseia toda sua construção, desde o início, nos sindicatos oficiais (na sua conquista, filiação e transformação);
- entre o I e o II Concut formula uma proposta de nova estrutura sindical, definindo novos princípios, instâncias e funcionamento. E estabelece uma estratégia de implantação, que deve passar fundamentalmente pela luta, pela construção na prática, não através de aprovação do novo projeto no parlamento;
- a partir sobretudo do III Concut inicia um movimento visando construir uma nova estrutura sindical no próprio processo de construção da CUT, através de seu fortalecimento como entidade de representação dos trabalhadores organizados e de negociação e contratação coletiva. Para isso vai tomando várias medidas: i) criação dos departamentos por ramo de atividade econômica (desenhados no II Concut, mas com detalhamento de suas funções e critérios de organização no III Concut); ii) delimitação de sua concepção e prática sindical; iii) adoção do critério de participação nos congressos e instâncias com base na proporção de sindicalizados; iv) definição de um projeto de

organização sindical cutista, desde as organizações de base até a direção nacional da Central; v) formulação de uma proposta de Contrato Coletivo Nacionalmente Articulado; vi) elevação da contribuição financeira das entidades filiadas, de 1% para 5% de seus orçamentos; vii) registro da Central em cartório e na Receita Federal; viii) aprovação de um Regimento Administrativo etc;

- tais medidas, no entanto, não eliminam o paralelismo presente desde o início entre a vida orgânica da Central e a dinâmica cotidiana das entidades filiadas. Novas tentativas se seguirão;

Sobre a CUT e a proposta de um Contrato Coletivo Nacionalmente Articulado:

- a proposta de adoção no país do instrumento da contratação coletiva, com base na conquista da liberdade e autonomia sindical, esteve presente na formação do bloco combativo, mesmo antes da fundação da CUT;
- mas ganha um novo enfoque, com as mudanças operadas a partir do III Concut, através da proposta de um Contrato Coletivo Nacionalmente Articulado;
- a idéia de construir a CUT como uma *central sindical* tem a ver não só com uma dimensão organizativa (passando a ter um caráter mais permanente, com funções bem delimitadas, articulada desde a base até as instâncias nacionais da Central, com um padrão de financiamento auto-sustentado), mas também com a delimitação do seu papel enquanto representante dos trabalhadores organizados e instrumento de negociação e contratação coletiva (tidas como funções próprias da organização sindical);
- a Central parte de uma crítica ao caráter legislado e corporativo da negociação coletiva e ao caráter individual da contratação, mas não propõe o fim da proteção legal: “deve-se exigir, conforme os princípios de liberdade e autonomia, que as organizações sindicais possam garantir conquistas em documento que se sobreponham positivamente ao contrato individual e tenham força de lei para as partes envolvidas” (Resoluções da IV Plenária Nacional, p.

09);

- a proposta não indica um modelo definido, sugere que deva ser construído na prática pelo conjunto do movimento sindical cutista. Mas reconhece que o debate não havia ainda chegado às bases da Central;
- nesse sentido, a Plenária decide: a) ampliar a discussão junto às bases; b) envolver no debate outros setores da sociedade civil; c) aumentar a pressão sobre o Congresso Nacional pra que remova os elementos corporativos e autoritários da legislação trabalhista e sindical; d) esforço de ampliação das pautas de negociação (para além das reivindicações salariais); e) implementação de campanhas intercategorias; f) constituição de um setor de negociação coletiva na CUT Nacional; g) constituição de uma Coordenação Jurídica Nacional (decisão do 2º Encontro Jurídico da CUT), entre outras.

11. IV CONCURTO

11.1 – SINÓPSE...

Evento: IV Congresso Nacional da CUT – Concut

Data: 4 a 8 de setembro de 1991

Lugar: São Paulo – SP

Número de Participantes: 1.554 delegados (81,63% de homens e 18,37% de mulheres)

Entidades presentes: os 1.554 representavam 1.679 entidades filiadas

Delegação internacional: 43 entidades (centrais mundiais, organizações regionais, centrais e federações nacionais, federações profissionais internacionais, institutos sindicais e OIT)

11.2 - CONTEXTO...

O quadro mundial é de avanço das políticas neoliberais, que passam a atingir não só os países centrais e os da periferia capitalista, mas agora também os países do Leste Europeu, com o desmoronamento da União Soviética e do “socialismo real”. Na América do Sul começa um processo de integração regional, o **Mercosul**, envolvendo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que segundo a interpretação da CUT: “é pautado pelo receituário neoliberal e exige respostas do movimento sindical que ultrapassem a esfera de atuação nacional” (Resoluções do IV Concut, pg 07).

No Brasil, a situação é de agravamento da inflação, de crescimento do desemprego e de ataque aos direitos sociais. Para enfrentar a crise o governo propõe uma revisão imediata da Constituição de 88 (através do que ficou conhecido como “emenda”), com o objetivo de reformular exatamente aqueles aspectos que haviam representado avanços sociais.

A política de reforma agrária do governo é ainda mais tímida do que a do Governo Sarney. Diante de tal situação, o Congresso do MST, realizado em 1990, define como sua principal bandeira “ocupar, resistir e produzir”.

No campo das lutas salariais, a Campanha Salarial Nacional Unificada não havia surtido o efeito esperado: “Prevaleceu a cultura corporativa e a tradição da CLT, que impõem a negociação por categoria tendo como referência apenas a data-base”. Os servidores públicos, profundamente atingidos pelo Plano Collor, se concentraram na luta pela reposição de perdas e na resistência às demissões, mas não conseguiram sair da defensiva: “não conseguimos um diálogo com a sociedade em que essas reivindicações aparecessem integradas à defesa do patrimônio e à melhoria dos serviços públicos. O que seria de fundamental importância no período em que se desenvolve uma campanha articulada contra o ‘gigantismo’ e a ‘ineficiência’ do Estado visando a privatização” (Resoluções do IV Concut, p. 04).

O Governo ataca em várias direções e a CUT tenta reagir, esboça resistências, mas as dificuldades são grandes. Aliado aos ataques do Governo, configura-se cada vez mais claramente um projeto sindical que desafia a condição da CUT como referência dos trabalhadores. Desde meados da década anterior o “sindicalismo de resultados”, contando com uma extraordinária e constante presença na mídia, particularmente na Rede Globo, vinha construindo uma referência alternativa. Em 1991, foi criada a Força Sindical.

A CUT havia conquistado uma presença no cenário nacional e acumulado uma dimensão organizativa (apesar de suas dificuldades históricas na sua relação com a estrutura sindical oficial), que não eram desprezíveis. Entretanto, respingada pela crise mundial de paradigmas, bombardeada pelas investidas neoliberais do Governo Collor, acossada pela concorrência da Força Sindical e submetida a um clima de crescentes divergências internas, a CUT entra na década de 90 fragilizada.

Os acontecimentos que precedem a realização do IV Concut só contribuem para acirrar ainda mais essas divergências. Em junho de 1990, com o Plano Collor em crise, o governo chama a CUT para uma conversa. A Central se faz presente exigindo a readmissão dos trabalhadores do serviço público, entre outras reivindicações, e o governo recua. Em setembro, Collor volta à proposta de negociação, agora com o nome de “entendimento nacional”, envolvendo além do

próprio governo, empresários e centrais sindicais. A CUT comparece. Desencadeia-se, então, um acirrado debate interno sobre a conveniência ou não de participar das negociações.

Em seguida a CUT articula o Fórum Nacional contra a Recessão, enquanto o governo lança o Plano Collor 2, em janeiro de 1991, centrado no ajuste fiscal e monetário. Em março, é convocado um protesto nacional e, em abril, realiza-se a “jornada de abril”, que culmina com uma Greve Geral, nos dias 22 e 23 de maio. A imprensa, em uníssono, a apresenta como fracassada. A CUT a avalia como um marco numa conjuntura desfavorável como aquela.

11.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário do Congresso:** balanço político e organizativo da CUT; estratégia da CUT; conjuntura internacional e nacional; plano de ação; estatutos;
- **planos de lutas e de ação:**
 - a) aprofundar as relações com as centrais sindicais de todo o mundo; priorizar o intercâmbio e a cooperação com as demais centrais sindicais latino-americanas; promover o intercâmbio dos trabalhadores de transnacionais presentes no Brasil, a partir do local de trabalho; intensificar o debate sobre o movimento sindical internacional com o objetivo de definir a relação política e orgânica da CUT junto aos fóruns e organismos do movimento sindical internacional;
 - b) combater intransigentemente o projeto neoliberal do governo; organizar uma ampla mobilização de massa contra a recessão (ampliando o Fórum Anti-Recessão); combater o desmonte e a privatização do Estado;
 - c) implantar o contrato coletivo nacionalmente articulado, garantindo um patamar mínimo para todos os trabalhadores e preservando as particularidades de cada categoria e região do país;
 - d) luta pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, construindo a unidade na diversidade das lutas; combate à violência no campo; lutar pelo cumprimento das convenções coletivas dos assalariados rurais;

- e) pela democratização dos meios de comunicação (problema que ganhou evidência com o papel desempenhado principalmente pela Rede Globo nas eleições presidenciais); contra a reforma constitucional proposta pelo “emendão”; contra o “Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área da Educação”;
 - f) luta por creche para todos e contra a discriminação do trabalho das mulheres e aprovação da defesa pela CUT da legalização do aborto;
 - g) apoio à organização dos trabalhadores do setor informal dos inativos;
 - h) contra as privatizações das empresas estatais;
 - i) contra o veto presidencial à política salarial aprovada pelo Congresso Nacional;
 - j) convocar uma conferência sindical articulada com o movimento social brasileiro sobre desenvolvimento e meio ambiente, antes da realização da ECO/92;
- **organização sindical**
 - a) participação dos sindicatos de trabalhadores rurais filiados à CUT no congresso da Contag, para defender o plano de lutas aprovado no 1º Congresso do DNTR, articular uma chapa cutista para as eleições de sua direção e defender a filiação da Contag à CUT;
 - b) criação da Secretaria de Organização nos níveis nacional e estadual, com a responsabilidade de elaborar e coordenar políticas organizativas e a implantação da CUT nos ramos de atividade econômica;

11.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- no IV Concut, cada proposta foi disputada de modo acirrado entre as correntes que constituem a CUT. O clima, que vinha se intensificando desde o III Concut, chegara a um tensionamento generalizado. Contribuíram para isso episódios como os das eleições dos Bancários de São Paulo e do Rio de Janeiro, envolvendo disputas de chapas cutistas, e os próprios impasses criados em torno de eleições de delegados em vários estados. A redução do número de delegados também contribuía com tal acirramento, dado que os delegados

chegavam ao congresso com um perfil ideológico mais definido. Além do mais, os delegados estavam divididos ao meio, a plenária estava polarizada entre duas metades. Nesse ambiente, todos os temas foram polêmicos: sobre o balanço político da Central, sobre a análise da conjuntura e sobre as alterações estatutárias;

- os setores minoritários acusavam o setor majoritário de estar produzindo uma revisão nas propostas históricas da CUT, ao levarem a Central ao “entendimento nacional”; ao perderem a referência no socialismo (protestando, por exemplo, pelo fato da Internacional Socialista não ter sido tocada no Congresso pela primeira vez, sendo substituída pelo Hino Nacional); ao adotarem uma política *positiva-afirmativa*, de *negociação*, ao invés de uma política de *enfrentamento*. Processo esse, que estaria combinado com a *burocratização* e *verticalização* da Central, como resultado das mudanças estatutárias realizadas no III Concut;
- o setor majoritário, por sua vez, reafirmava as definições da CUT enquanto uma *central sindical*, capaz de representar, dirigir e negociar em nome dos trabalhadores. Além do mais, as mudanças que estavam ocorrendo no mundo e no país colocavam para a CUT, segundo entendia, a necessidade de atualizar seu projeto. Era preciso sair de uma postura apenas *defensiva-reativa-reivindicativa* e passar a atuar com uma postura *propositiva*. E acusava os setores minoritários de *sectarismo* e *vanguardismo*;
- as polarizações ocorreram sobretudo em torno de **3 pontos principais**:
 - a) o primeiro deles ocorreu quando se fez o balanço político e organizativo da CUT. Nesse momento, os setores minoritários acusavam a ArtSind de estar substituindo a *mobilização* pela *negociação* e estar levando a CUT ao *pacto social*, ao impor sua participação no “entendimento nacional. A ArtSind, por sua vez, justificava sua posição através dos seguintes argumentos: a) o III Concut havia afirmado a Central como uma entidade sindical de representação da classe e, conseqüentemente, de negociação em seu nome; b) antes de comparecer às negociações, a Direção havia consultado as instâncias de base; c) o objetivo de comparecer às negociações

tripartites era o de usar isso como uma *tática* para disputar com o governo e os empresários, forçando a discussão sobre os 13 pontos da pauta definida na Plenária de agosto; e d) a participação da CUT havia impedido que o “entendimento se consumasse”;

- b) o segundo ocorreu quando se discutiu a filiação internacional da CUT. A proposta, trazida pela ArtSind, era a de que a Executiva Nacional promovesse um amplo debate interno sobre a filiação internacional da Central, até a próxima Plenária, em abril de 1992, quando deveria ser definida por qual das centrais mundiais a CUT deveria optar (a católica, CMT; a comunista, FSM; ou a que historicamente havia sido disputada entre as centrais social-democratas européias e o sindicalismo de negócios americano, a CIOSL). A intenção era a de filiar à CIOSL (que, com a crise do “socialismo real” e a insignificância da CMT, estava se tornando praticamente a única), sob os seguintes argumentos: “a CUT não pode estar alheia às transformações que se operam no mundo inteiro e aos novos temas e questões que elas colocam para o movimento sindical. A CUT deve ter influência e voz ativa no cenário mundial neste momento. Já não são suficientes o intercâmbio e a solidariedade ocasionais, nem a participação como observadora e convidada fraternal nos eventos promovidos pelos trabalhadores de outros países. A CUT tem que disputar um lugar na redefinição dos rumos do movimento sindical internacional” (Resoluções do IV Concut, p. 08). As forças minoritárias se opunham por entenderem que isso significaria um alinhamento à perspectiva sindical social-democrata e por entenderem que a melhor opção para a CUT era manter-se independente e atuar no sentido de criar novos espaços internacionais junto com outras centrais de perfil próximo;
- c) e o terceiro, o mais tensionado, ocorreu quando se debateu as mudanças nos estatutos da Central. Os setores minoritários propunham a adoção pela CUT da proporcionalidade qualificada. Já prevalecia o princípio da proporcionalidade na distribuição dos cargos nas instâncias de direção (o número de cargos de cada chapa correspondendo à proporção de votos

obtidos por cada uma, mas a chapa majoritária tendo o direito de escolher todos os cargos que lhe caiba de uma vez só). A *proporcionalidade qualificada* previa que cada chapa escolhesse alternadamente os cargos disponíveis, conforme o peso de cada uma. O argumento era o de que isso permitiria uma distribuição mais democrática dos cargos entre as forças presentes na Central. A Articulação Sindical se opunha sob o argumento de que isso inviabilizaria a governabilidade da Central, considerando que a composição das instâncias de direção deveria refletir as posições aprovadas nos congressos, única condição para que suas decisões fossem encaminhadas. O plenário estava bem dividido. embora em todas as votações anteriores as posições da ArtSind tinham sido vitoriosas por pequenas diferenças. Mas neste caso, a primeira contagem dos votos deu um rigoroso empate. Na segunda contagem, o resultado foi de um voto a favor da proporcionalidade qualificada, havendo entretanto mais 5 votos em separados, que não tinham ainda sido apurados. O impasse se estabeleceu sobre se tais votos deveriam ou não ser apurados, pois haviam interpretações diferentes sobre as condições em que esse tipo de voto deveria ser contabilizado. A tensão chegou no ponto máximo e o impasse não se resolveu no Congresso. Na primeira reunião da Executiva Nacional, em setembro, 31 dos seus 32 membros efetivos assinaram um documento intitulado “*Bases para um compromisso*”, estabelecendo uma trégua diante da gravidade dos problemas sociais e econômicos pelos quais passava o país: “apesar dos problemas e das dificuldades reveladas, reafirmamos a legitimidade do IV Concut e o cumprimento das suas resoluções o ponto de partida para uma efetiva unidade na prática da CUT” (Resoluções do IV Concut, p. 21).

- d) duas chapas concorreram para Direção Nacional: uma, encabeçada por Jair Meneguelli, teve 52,16% dos votos; a outra, encabeçada por Durval de Carvalho, teve 47,84%.

11.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre balanço da CUT:

- a CUT realiza o menor congresso de sua história, em termos numéricos. “Segundo a Coordenação Geral do Concut, a redução do número de delegados foi um desafio. Do ponto de vista organizativo, procurou-se compensar a realização de um Congresso não massivo com a melhor qualidade possível de transporte, alojamento, alimentação e infra-estrutura de local, criando condições adequadas para um bom trabalho dos delegados” (Resoluções do IV Concut, p. 02);
- chega ao seu IV Congresso com mais de 1200 entidades filiadas, representando formalmente algo em torno de 13 milhões de trabalhadores, mas contando com uma taxa média de sindicalização de 28% (bem acima da média nacional, de cerca de 17%). Nesse momento encontra-se estruturada em todos os estados da federação. No caso do campo, a CUT já contava com mais de 400 sindicatos filiados, 17 departamentos estaduais rurais criados e com 9 federações estaduais sob sua influência;
- mas a CUT, após quase 10 anos de existência, admite que não havia conseguido por em prática suas resoluções no que se refere à reestruturação das entidades filiadas: “poucos avanços ocorreram no sentido de unificar as bases de sindicatos para tornar mais ampla a sua representação sindical. E os departamentos profissionais fundados (Bancários, Metalúrgicos, Petroleiros, Vestuários, Químicos, Rurais, Educação, Saúde, Transportes, Urbanitários e Comerciais), com poucas exceções, reproduzem categorias tradicionais a partir das mais mobilizadas e de representação mais abrangente”. E mais: “ainda não foi substituída integralmente a velha estrutura por aquela que queremos, bem como não conseguimos implantar a contento a prática sindical aprovada nos três últimos congressos da CUT. Os princípios, diretrizes, formas de organização contidas no Estatuto da Central são pouco observados pelos sindicatos filiados, mesmo com a criação e organização de diversas entidades de base, comissões de base, Cipas, associações, de funcionários etc. Esta política não tem sido implementada em larga escala, como deveria ser”

Sobre a CUT e o Mercosul:

- a ação sindical no Cone Sul, que teve historicamente uma orientação nacional, começa a ganhar uma dimensão internacional sobretudo a partir do início dos anos 80, com os movimentos de redemocratização que puseram fim aos regimes militares em cada país. Um novo impulso nessa direção ocorreu com os processos de reorientação político-econômica que vêm sofrendo (adoção de modelos de internacionalização de seus mercados internos e de planos de estabilização econômica) e com a criação do Mercosul, em 1991. Configuram-se, ao mesmo tempo, uma base de problemas idênticos (privatizações de empresas públicas, desemprego, flexibilização das relações de trabalho etc) e espaços de ação comuns (espaços institucionais do Mercosul e espaços de articulação sindical);
- mas a CUT entende que a política dos governos dos países do Mercosul se orienta, sob os preceitos do neoliberalismo, para a constituição pura e simplesmente de uma “zona de livre comércio”, e não de um “bloco econômico” de economias complementares e que visasse uma reinserção da região, em outras bases, na economia mundial;
- diante de tal situação, a Central define assim sua orientação: “a prevalecer os critérios que até agora pautaram o processo de integração regional, a tendência é de ampliação do desemprego setorial e de supressão dos direitos sociais e sindicais. A CUT deve realizar esforços no sentido de influir, juntamente com o movimento sindical dos países da região, no curso desse processo de integração, aprofundando as discussões entre os setores profissionais diretamente afetados (como metalúrgico, agroindústria e transporte)” (Resoluções do IV Concut, p. 07).
- para isso, se propõe a participar (sob protesto de alguns segmentos minoritários) “de fóruns sindicais a nível regional e exigir participação nos organismos de decisão e gestão do processo” (Resoluções do IV Concut, p. 17);

- a ação articulada dos sindicatos do Cone Sul, vem se dando sob a orientação da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS, que foi criada em 1987, nos processos de redemocratização da região, mas só vindo a ganhar um novo impulso com a criação do Mercosul. As prioridades da agenda sindical tem-se localizado na defesa do emprego e dos direitos sociais e trabalhistas, assim como na disputa com empresários e governos em torno do próprio modelo de integração;

Sobre o novo desafio representado pela Foça Sindical:

- o projeto da Conclat, que depois virou CGT, reunia 2 segmentos principais: os “pelegos” e os “reformistas”. Os primeiros, caracterizados pela postura burocrática, servil em relação ao Estado, imobilista, assistencialista e autoritário, eram constituídos sobretudo pelos antigos interventores e os cúmplices do Regime Militar. Os “reformistas”, constituídos sobretudo pelos militantes do PCB, PC do B e MR-8, tinham participado da resistência à Ditadura, mas apoiavam uma transição democrática comandada pela oposição liberal (expressa sobretudo pelo MDB e, depois, PMDB), caracterizavam-se pela moderação da crítica política e por uma valorização maior da estrutura sindical oficial, inclusive do princípio da unicidade sindical. Assim, durante a transição da Nova República, a Conclat-CGT se colocou como um apêndice da Aliança Democrática, procurando dar sustentação ao seu projeto de *pacto social*. Com o aprofundamento da crise social e econômica, o crescimento da CUT e a migração, para CUT, dos militantes do PC do B (através da Corrente Sindical Classista – CSC, em 1990) e de parte do PCB (através da corrente Unidade Sindical), o projeto da CGT (que em 1989 havia se fragmentado em duas: a CGT/Confederação e a CGT/Central) esvaziou-se ainda mais;
- um outro projeto igualmente conservador, no entanto, começa a se esboçar em meados dos anos 80, o do “sindicalismo de resultados”, alimentado por vários fatores: a) com o fracasso do projeto pelego-reformista, criou-se um vácuo à direita; b) a ascensão de Luís Antônio Medeiros no Sindicato dos Metalúrgicos de São, que começa a inaugurar um novo estilo, inspirado na tradição sindical

americana do “sindicalismo de negócios”; c) o avanço dos valores neoliberais em termos mundiais e no Brasil, aliado à crise do socialismo; d) a determinação da mídia em apresentar Medeiros e Magri como os interlocutores do campo sindical; e) os favorecimentos por parte dos governos: Sarney, ao apoiar, em 88, a criação de Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e a ascensão de Medeiros como seu presidente; Collor, ao nomear Magri como seu Ministro do Trabalho. Em março de 1991, foi criada a Força Sindical;

- o estilo da Força Sindical desafia a CUT de maneira diferente do antigo peleguismo: ao contrário do estilo imobilista e servil, simula combatividade ao atuar junto às bases, procurando mobilizá-las e, se for necessário, até com greves, e ao teatralizar enfrentamentos pontuais a políticas do governo. Mas o faz, normalmente, para logo em seguida negociar em termos rebaixados. Desse modo, procura produzir 3 resultados: i) contribuir para rebaixar ainda mais as reivindicações dos trabalhadores; ii) se projetar como o setor do sindicalismo que, ao contrário da CUT, leva a “resultados concretos”; e iii) atuar no sentido da despolitização dos trabalhadores, ao dissociar completamente a luta sindical do debate político mais geral (ajudando a estigmatizar a CUT como “ideológica” - embora, ao mesmo tempo, suas lideranças lancem-se candidatos por diversos partidos, principalmente do espectro da direita). A CUT, acostumada a lidar com os tradicionais pelegos, encontra dificuldades de lidar com o que chamou de *neopelguismo*;

Sobre a CUT e a participação sindical das mulheres:

- a CUT, desde o II Congresso, vinha discutindo as condições especiais de exploração a que as mulheres trabalhadores estão submetidas. Foi quando criou a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT). O III Concut ampliou tais resoluções e definiu o dia 12 de outubro como o Dia Nacional de Luta por Creche. Mas só no IV Concut, além dessas questões, incorporou a discussão sobre participação sindical das mulheres.
- as principais orientações daí resultantes foram: realização de campanhas de

sindicalização voltadas especificamente para as mulheres trabalhadoras; inclusão da questão da mulher em todas as atividades de formação; organização de creches em todos os eventos sindicais; criação de comissões sobre a mulher trabalhadora em todas as instâncias da CUT e nas entidades filiadas; buscar aprofundar a discussão sobre as quotas de participação das mulheres nas instâncias de direção e representação da CUT, a ser definida na próxima Plenária Nacional (esse foi realmente o ponto central da discussão);

- nas próprias instâncias da CUT tem sido flagrante a discrepância na participação entre homens e mulheres. No III Concut, por exemplo, apenas 25% dos delegados eram mulheres, percentual que caiu no IV Concut para 18%. Na Direção Executiva Nacional eleita no III Concut havia 5% de mulheres e no IV Concut, 6,2%;

Sobre a composição da Executiva Nacional:

- dentre os 12 principais membros da Executiva, 4 eram metalúrgicos (incluindo o presidente, Jair Meneguelli); 1 rural (incluindo o vice-presidente, Avelino Ganzer), 1 bancário, 2 professores secundaristas (da rede pública), 1 engenheiro, 1 enfermeiro, 1 eletricitário, 1 médico. Os 19 restantes incluíam: mais 1 rural, 1 bancário, 4 metalúrgicos, 1 petroquímico, 1 do setor telefônico, 1 do setor de couro, 1 servidor de universidade federal, 3 previdenciários, 1 metroviário, 1 servidor público federal, 1 do setor de processamento de dados, 1 urbanitário, 1 jornalista e 1 comerciante;
- dentre os 31 membros da Executiva Nacional (incluindo os 6 suplentes), 9 eram de SP, 4 do RJ, 3 do RS, 2 de MG, 1 do PA, 1 de GO, 2 da BA, 1 da PB, 1 de PE e 7 de entidades nacionais.
- do total, apenas 2 mulheres;
- dentre os 20 membros, 8 eram presidentes de sindicatos e federações, 1 vice-presidente de sindicato, 10 diretores de sindicatos, federações e associações e 1 membro de oposição sindical;
- dentre os 12 membros principais, 6 foram reeleitos para o mesmo posto (incluindo presidente, vice-presidente, secretário geral, tesoureiro, secretário

de relações internacionais e secretário de formação) e 3 foram reeleitos, mas mudando de cargo;

- dentre os 12 membros, a Articulação Sindical ficou com 9; a CSC, com 1; a CUT pela Base, com 1; e o PSTU, com 1.

12. V PLENÁRIA NACIONAL

12.1 – SINÓPSE...

Evento: V Plenária Nacional da CUT

Data: de 15 a 18 de julho de 1992

Lugar: São Paulo - SP

Número de participantes: 297 delegados (representando 1.837 entidades filiadas e, formalmente, mais de 17 milhões trabalhadores ou quase 30% da PEA)

12.2 - CONTEXTO...

O contexto internacional continua pressionando para um ajustamento cada vez maior do país às orientações do *Consenso de Washington*. A globalização dos sistemas financeiros e produtivos e o crescimento do peso das transnacionais na dinâmica produtiva do planeta limitam cada vez mais a autonomia dos Estados nacionais.

No caso do Cone Sul, a articulação de um mercado sub-regional, através do Mercosul, visa constituir uma base de inserção global em termos um pouco mais favorável para os países membros. Mas o projeto é conduzido por governos de orientação neoliberal e as possibilidades se restringem. Aliado a isso, o governo norte-americano lança uma proposta de integração econômica de todo o continente (visando constituir um Acordo de Livre Comércio das Américas - ALCA), desconhecendo o Mercosul.

No Brasil, a crise social e econômica vai se tornando cada vez mais uma crise política de dimensões inesperadas. As denúncias de corrupção envolvendo o alto escalão do governo, incluindo o próprio presidente, criam um clima de indignação generalizado no país. A população começa a se mobilizar, instala-se uma CPI e se começa a falar em *impeachment* de Collor. Ao mesmo tempo, o governo negocia um novo acordo com o FMI e as políticas neoliberais continuam avançando, com as privatizações e as ofensivas do governo quanto à Previdência, aos direitos instituídos na Constituição de 88, à estabilidade dos servidores públicos, à

organização sindical (o governo sinaliza com mudanças na legislação sobre organização sindical e negociação coletiva).

12.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** conjuntura nacional; filiação internacional; organização vertical da CUT; participação das mulheres na CUT; mudanças estatutárias;
- **plano de lutas:**
 - a) realização de uma Jornada Nacional de Luta, exigindo: salário, emprego, reforma agrária, fim da recessão e da fome e defesa dos direitos dos trabalhadores; sob as palavras de ordem: *basta de corrupção! CPI pra valer! Impeachment já! Pelo fim do governo Collor!*
 - b) confirmação da participação da CUT nas Câmaras Setoriais;
- **organização sindical:**
 - a) filiação da CUT à CIOSL;
 - b) substituição dos departamentos por federações/confederações;
 - c) debate sobre a questão das cotas sobre a participação das mulheres nas instâncias da Central, a ser definida na próxima Plenária, com 3 posições: i) cota de 30% em todas as instâncias; ii) não estabelecimento de cotas mínimas; iii) cota mínima com porcentagem a ser definida por cada instância;
 - d) criação de uma Comissão de Ética (formada por dirigentes da CUT), para produzir uma proposta de Código de Ética para a CUT e de um Conselho de Ética (formada por personalidades públicas);

12.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- após a assinatura do documento “Bases para um compromisso” se estabeleceu uma outra dinâmica interna na relação entre as correntes. Criou-se um clima de maior tolerância e as divergências passaram a ter um tratamento mais respeitoso da parte de cada uma delas. A própria Plenária foi conduzida por uma coordenação plural e o *caderno de teses* foi substituído por um *texto base*. O caderno de resoluções trouxe, pela primeira vez, não só o

que havia sido aprovado, mas também a indicação das questões que tinham suscitado divergentes. A CUT assume o caráter negativo da dinâmica anterior: “o ano de 1991 ficou marcado na CUT pela negatividade do IV Concut. Negatividade pela incapacidade de um tratamento politizado, ético e de bom nível das divergências internas. Muito se fala em ‘democracia operária’ e democracia interna, porém a dificuldade está na coerência prática. O processo de realização da V Plenária Nacional representou um avanço nos métodos de discussão e deliberação na CUT. Um avanço porque a V Plenária Nacional, no seu mérito, foi uma continuidade do IV Concut e conseguimos realizar um processo bem mais qualificado de tratamento dos problemas e divergências” (Resoluções da V Plenária, p. 06);

- mas as divergências não foram eliminadas e se manifestaram em vários momentos da Plenária. As principais foram: a) rejeição da palavra de ordem “fora Collor já, eleições gerais”, defendida pelos setores minoritários, sendo adotada “basta de corrupção! CPI pra valer! Impeachment já! Pelo fim do governo Collor”; b) confirmação da participação da CUT nas Câmaras Setoriais, filiação da CUT à Ciosl e transformação dos departamentos em federações ou confederações (essas 3 propostas defendidas pela ArtSind); e) rejeição de proposta, apresentada pelos setores minoritários, de estabelecimento de regras para a composição de chapas cutistas nas eleições sindicais;

12.5 - CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre a relação da CUT com a estrutura sindical:

- a CUT chega à V Plenária Nacional fazendo uma avaliação crítica sobre sua relação com a estrutura sindical oficial: reconhece que não havia explorado ao máximo sua atuação “por dentro” dos sindicatos oficiais (poucos tinham sido os sindicatos que, após a promulgação da Constituição de 88, “reformularam seus estatutos ou alteraram sua base de representação, rompendo com o enquadramento sindical”); admite a persistência da tendência à

corporativização e burocratização dos sindicatos (“hoje, na maioria dos casos não há mecanismos que garantam o controle da base sobre os sindicatos, as direções não mantêm canais diretos de contato com os trabalhadores desde os locais de trabalho e ocorre um distanciamento dos dirigentes da realidade dos trabalhadores, limitando-se o poder de pressão, mobilização e negociação dos sindicatos”); reconhece que, com a manutenção do “monopólio da representação” (mesmo com a nova Constituição), estava ocorrendo uma “acomodação”, “que na fase atual representa um risco para o sindicalismo cutista”; e avalia que a estrutura horizontal construída pela CUT não estava conseguindo “cumprir satisfatoriamente a tarefa de representação política e organizativa do conjunto dos trabalhadores”, que a estrutura vertical não tinha favorecido efetivamente a organização por ramos e a unificação das lutas no plano nacional e que a CUT não tinha avançado na organização por local de trabalho nem conseguira mudar o sistema de negociação coletiva (a CUT não superara a dinâmica fragmentária das negociações coletiva por data-base). Conclusão: “a transição para o novo sindicalismo está dificultada e o modelo sindical cutista incompleto” (Resoluções da V Plenária Nacional, pp. 22 a 24);

- aliado a esse quadro, o governo Collor ameaça com mudanças na legislação sobre organização sindical, no sentido de favorecer a “livre negociação”, ou seja, a total falta de garantias legais à liberdade e autonomia sindical (ainda mais em um contexto de fragilização da ação sindical, como resultado das imposições das políticas neoliberais);
- diante de tal situação, a V Plenária Nacional decide: a) tomar como prioridade (consensual) a construção das OLTs; b) retomar a iniciativa da construção dos sindicatos cutistas com o perfil próprio de um sindicalismo de massas, classista, autônomo, democrático, pela base; c) apostar na consolidação da organização por ramo de produção, visando superar o fracionamento e a pulverização do sistema de negociações coletivas, a partir das seguintes orientações (polêmicas, e por isso decididas no voto): a organização vertical da CUT deve ser “orgânica”, e não “filiada”; deve passar a ser denominada de “federações/confederações”, e não mais “departamentos”; tais organizações

devem pedir “registro” enquanto entidades sindicais de representação jurídica e coletiva; e devem filiar sindicatos não filiados à CUT, como “medida transitória”; d) redefinir os ramos em 18 setores;

- para concretizar esse conjunto de resoluções, a Plenária decidiu realizar um “plano de transição”, incluindo: a) atuação no plano institucional, pressionando por mudanças legais; b) ações junto aos sindicatos e estruturas verticais visando estabelecer processos de unificação por ramo e por base territorial mais abrangente que o município; c) ações visando a implantação de OLTs; d) ações de unificação das negociações coletivas por ramo; e) promoção de uma ampla discussão interna sobre a concepção da CUT de organização vertical por ramo de atividade econômica;

Sobre a filiação da CUT à CIOSL:

- a CUT, ao longo dos anos 80, se manteve independente em relação às centrais mundiais. Era um momento em que estava se consolidando no país e em que prevalecia no campo internacional a dinâmica da “guerra fria” e existiam 3 centrais mundiais (a FSM, a CMT e a CIOSL);
- mas as mudanças ocorridas internacionalmente e as orientações assumidas pela Central a partir do III Concut levaram o setor majoritário a concluir que era o momento da CUT ter uma atuação internacional mais efetiva, filiando-se à CIOSL. A V Plenária Nacional assim decidiu: “apesar dos avanços verificados nessa fase, o fato de não estarmos ligados organicamente ao movimento sindical internacional impediu que a CUT interviesse e influísse nos fóruns do movimento sindical internacional, num contexto histórico de grandes transformações com conseqüências para os trabalhadores e o movimento sindical. Nossa participação nesses fóruns só aconteceu quando fomos convidados e nossas intervenções se restringiram a discursos de saudações” (Resoluções da V Plenária, p.a 12);
- a escolha da CIOSL tem a ver com as relações de intercâmbio construídas entre a CUT e as centrais européias ao longo dos anos 80, com a desarticulação da FSM em função da crise do “socialismo real”, com a

incapacidade da CMT se apresentar como alternativa de central mundial e com a avaliação de que era na CIOSL que o movimento sindical mundial estava se unificando;

- diante desse quadro, a CUT se vê com um papel especial: “a CUT nasceu fora da lógica da divisão do movimento sindical internacional e sob a base da negação de um sindicalismo atrelado ao governo e ao Estado, portanto na perspectiva da construção de uma concepção sindical livre e autônoma. Por isso, a CUT tem hoje a responsabilidade de contribuir na construção de relações sindicais igualitárias entre o Norte e o Sul” (Resoluções da V Plenária, p. 16);
- mas, segundo as orientações aprovadas, a filiação da CUT à CIOSL não deveria limitar sua atuação nas instâncias da referida central mundial. Ao contrário, o momento deveria ser aproveitado para se apostar na construção de espaços unitários, a exemplo da Confederação Européia de Sindicatos (CES). No âmbito da América Latina, a CUT, apesar de reconhecer a ORIT (órgão regional da CIOSL) como a mais representativa (frente à CPUSTAL, da FSM, e a CLAT, da CMT), deveria apostar na constituição de espaços unitários regionais, como a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), da qual a CUT havia sido fundadora;
- o espaço da CIOSL era visto como o único que poderia propiciar uma ação de tal natureza: “nossa filiação não significa um alinhamento político-ideológico a Qualquer das correntes que disputam a hegemonia do movimento sindical internacional (...) A CUT considera, ainda, que os pressupostos básicos que norteiam a sua filiação devem ser o respeito mútuo e as garantias da autonomia e das práticas interdependentes e co-responsáveis entre as centrais nacionais. A CUT entende que a CIOSL é hoje a única central mundial suficientemente pluralista e representativa capaz de aglutinar as diversas concepções e distintas culturas sindicais existentes no mundo” (Resoluções da V Plenária, p.a 17);

Sobre o Planejamento Estratégico da CUT:

- em outubro de 1991, a Direção Executiva Nacional da CUT, sob a constatação de que era preciso atualizar seus instrumentos de gestão, atribuindo maior organicidade às suas instâncias, e movida pelo propósito de criar um ambiente mais participativo entre as diversas forças internas, resolve desenvolver um processo de Planejamento Estratégico. Para tanto, baseia-se no Método Altadir de Planejamento Participativo (MAPP), que estava sendo estudado e experimentado pelas escolas de formação da CUT, já há alguns anos;
- inicia o processo selecionando 7 problemas prioritários: dificuldade no enfrentamento do projeto neoliberal; insuficiência de organização no local de trabalho; falta de integração e participação nas instâncias e entre as instâncias da Central; inexistência de uma gestão participativa e planejada; desequilíbrio na relação receita x despesa; ausência, na CUT, de estratégia que contemple os pequenos agricultores; inexistência ou precariedade de organização dos trabalhadores da economia informal. Para cada um dos problemas definiu um projeto;

13. VI PLENÁRIA NACIONAL

13.1 – SINÓPSE...

Evento: VI Plenária Nacional da CUT

Data: de 24 a 28 de agosto de 1993

Lugar: São Paulo – SP

Número de participantes: 349 delegados (27 membro da Executiva, 240 delegados eleitos nas plenárias estaduais e 82 eleitos pelos departamentos e confederações)

13.2 - CONTEXTO...

Com o impeachment de Collor, assume o vice, Itamar Franco. Um acontecimento inédito na história do país, marcado por ampla mobilização popular, trouxe novo ânimo para a luta de resistência às conseqüências das políticas neoliberais, sustando-as temporariamente (como o projeto da “Revisão Constitucional”). Inicia-se um processo de negociação, no qual a CUT participa pressionando pela adoção de reajustes salariais em 100% da inflação e por outras reivindicações. Mas, diante da aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de reajustes automáticos dos salários e do veto do presidente, a Central retira-se das negociações e se coloca em oposição à política econômica do governo Itamar.

Seguia a experiência das Câmaras Setoriais, com destaque para o setor automobilístico, que havia realizado o seu segundo acordo, em fevereiro de 1993 (o primeiro tinha sido realizado ainda no governo Collor). Alimentando, com isso, uma controvérsia interna. Mesmo a V Plenária tendo reafirmado a participação da CUT nesses fóruns, o debate continuava acirrado. Os segmentos minoritários eram contrários, por considerarem tal participação a consumação na prática do *pacto social*.

No mês de abril realiza-se o plebiscito sobre sistema de governo, com a vitória do Presidencialismo sobre o Parlamentarismo e a Monarquia. No primeiro semestre do ano tinha ganhado força no país inteiro a Campanha Contra a Fome, a Miséria

e pela Vida, coordenada por Betinho, mobilizando vários segmentos da sociedade, incluindo os sindicatos e a CUT, através da criação de comitês por local de trabalho e de moradia.

13.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** dez anos de CUT; conjuntura nacional; participação da CUT nas Câmaras Setoriais; combate à revisão constitucional; participação das mulheres na CUT; plano de ação; V Concut;
- **plano de lutas:**
 - a) luta pela retomada do desenvolvimento econômico com distribuição de renda;
 - b) participação ativa na Campanha contra a fome, a miséria e pela vida; realização de um dia nacional de luta relacionando temas como “fome”, “miséria”, “reajuste mensal em 100% da inflação”, “salário mínimo”, “reforma agrária”, “revisão constitucional”; incluir nas discussões dos acordos coletivos o apoio à campanha nacional contra a fome;
 - c) confirmação da participação da CUT nas Câmaras Setoriais;
 - d) promover debates internos sobre a participação da Central, não só nas Câmaras Setoriais, mas também nos fóruns institucionais, como FAT, FGTS, entre outros;
 - e) luta pela reforma agrária atrelada a uma política agrícola;
 - f) luta contra o veto presidencial ao reajuste mensal de 100% da inflação (com possibilidade de resultar numa Greve Geral), articulada à luta contra a revisão constitucional (fortalecendo o Movimento Nacional Contra a Revisão);
 - g) pelo fim do boicote econômico à Cuba;
- **organização sindical:**
 - a) ação coordenada pelo DNTR (que deverá manter essa estrutura por enquanto) para buscar a filiação da Contag à CUT;
 - b) preparação do V Concut: a) ao invés de várias teses, será apresentada uma única, subscrita pela Direção Nacional;

- c) aprovação de uma cota mínima de 30% e máxima de 70% de cada sexo nas instâncias da CUT (e recomendação às entidades filiadas), “como medida inicial para construir relações políticas igualitárias”;
- d) campanha nacional pelo direito à organização no local de trabalho;
- e) campanha nacional em defesa de um verdadeiro sistema único de saúde;
- f) incorporar à agenda da CUT o debate sobre a discriminação racial;

13.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- a participação da CUT nas Câmaras Setoriais estava em evidência e foi um dos aspectos mais controversos da Plenária;

13.5 - CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre as Câmaras Setoriais e a CUT:

- as Câmaras Setoriais foram inicialmente projetadas no governo Sarney, em 1988, para estabelecer uma discussão governo-empresários sobre política industrial a partir das diversas cadeias produtivas. Mas logo adquiriram uma outra função: diante das dificuldades para o controle da inflação, as Câmaras foram usadas visando o controle de preços (em negociações restritas a governo e empresários). Nesse contexto, tiveram vida praticamente virtual;
- o governo Collor adota uma diretriz liberalizante e com o mínimo de intervenção do Estado na economia. Mas, diante do fracasso dos Planos Collor 1 e 2, o governo recorre às Câmaras Setoriais para administrar a saída do congelamento de preços. Entretanto, através de um emenda do deputado Aloízio Mercadante, do PT, à Lei nº 8.178 que havia criado as Câmaras, seu caráter passou a ser *tripartite*, ao invés de *bipartite*, como no momento anterior;
- em maio de 1991, com a entrada para a Secretaria Nacional de Economia (ligada ao Ministério da Economia) de Dorothea Werneck, as Câmaras foram orientadas a deixarem de discutir preços e passarem a elaborar políticas industriais, para além das questões imediatas. Vários segmentos empresariais, fustigados pelas políticas liberais do governo, passam a ver nas Câmaras um

espaço defensivo;

- o caso do setor automobilístico foi o que ganhou maior evidência pública, acadêmica e debate interno à CUT. Esse setor, e por consequência a região do ABC, havia sido um dos segmentos mais afetados pelas medidas liberalizantes do governo Collor. A crise da Ford, que ameaçava sair do país, desencadeou um conjunto de ações por parte do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no sentido de alterar tal situação. A ida de uma missão do Sindicato à matriz da Ford nos EUA, encabeçada pelo então presidente, Vicentinho, criou não só uma outra dinâmica de discussão com a empresa, mas também com o Ministério da Economia, agora dirigido por Marcílio Marques Moreira. Na volta acertou-se a participação do Sindicato na Câmara Setorial do Setor Automobilístico, cuja primeira reunião ocorreu em dezembro de 1991;
- em março de 92, realiza-se o primeiro acordo da Câmara Setorial do Setor Automobilístico, envolvendo os seguintes pontos principais: a) redução de 22% nos preços dos automóveis e veículos comerciais (a partir da redução de impostos e margens de lucro da indústria e concessionárias); b) manutenção do nível de emprego e correção mensal dos salários; c) prorrogação da data-base por 2 meses; d) discussão do contrato coletivo de trabalho etc. Como consequência, as vendas cresceram vertiginosamente, os planos de demissão foram suspensos e a produção aumentou significativamente;
- no interior da CUT se estabeleceu uma controvérsia sobre se seria conveniente participar das Câmaras Setoriais. A maioria dos setores minoritários se posicionavam contra inicialmente, por entenderem que isso era uma forma de *colaboração* e não de *confronto* entre capital e trabalho. A ArtSind, por sua vez, com destaque para os metalúrgicos do ABC se colocava totalmente a favor por ver aí uma oportunidade de democratização das relações de trabalho no país. Na Plenária Nacional de julho de 92, sob posições divergentes, a CUT confirmou sua posição favorável (em seguida reforçada no Congresso dos Metalúrgicos do ABC, realizado em setembro de 1993).

- Em fevereiro de 1993, já no governo Itamar Franco, foi assinado o segundo acordo, tendo contado com a participação de mais ministérios e, do lado do movimento sindical, passando a incorporar a Força Sindical, a CGT e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM). O segundo acordo envolveu metas relacionadas com investimentos, produção, ampliação dos prazos dos consórcios, convenção coletiva com vigência de 2 anos, além dos itens anteriores (impostos, preços, nível de emprego). Os efeitos foram no mesmo sentido do anterior (a produção de veículos crescera 43,3% de 92 para 93), incluindo a arrecadação do ICMS. No que se refere aos impostos, em particular ao IPI, se estabeleceu uma controvérsia sobre os benefícios dos acordos. No caso dos níveis de emprego, apesar dos resultados positivos, o desempenho foi considerado tímido (Arbix, 1996).
- As Câmaras Setoriais foram desativadas pelo governo, quando com a entrada de FHC no Ministério da Fazenda, teve início a preparação para o Plano Real.

14. V CONCURTO

14.1 – SINÓPSE...

Evento: V Congresso Nacional da CUT – Concut

Data: 19 a 22 de maio de 1994

Lugar: São Paulo – SP

Número de Participantes: 1918 delegados

Delegação internacional: 21 centrais/confederações nacionais, 10 federações profissionais, mais OIT, CIOSL/ORIT, FSM e CMT/CLAT

14.2 - CONTEXTO...

No final do governo Itamar vive-se no país uma conjuntura indefinida. De um lado, a retomada da iniciativa das forças populares, com o impeachment de Collor, alimenta a candidatura democrático-popular de Lula, que se coloca no primeiro plano da luta sucessória. De outro, se esboça a construção de uma candidatura apoiada por uma ampla coalizão de centro-direita, sustentada por um plano de estabilização baseado (como os casos argentino e mexicano) numa âncora cambial, o Plano Real, e encabeçado por um político com passado progressista, FHC. O Plano Real, que estabeleceu a URV e previu a criação de uma moeda calcada no dólar, objetivou consumir a transição da economia brasileira, de um modelo baseado na “substituição de importações” para outro, de “transnacionalização da economia”.

Desta vez a CUT define-se (através de posição dos delegados, enquanto indivíduos) pelo apoio à candidatura de Lula desde o início da campanha: “o sindicalismo que representamos, que é parte integrante desse projeto, nasceu e se consolidou adotando uma concepção de liberdade e autonomia na relação com o Estado, os governos e os partidos. Por isso, ao mesmo tempo em que, como instituição sindical pluralista, preserva sua autonomia e independência, a CUT conclama os trabalhadores para o apoio e a atuação em defesa de suas concepções e de sua plataforma, que querem ver incorporadas num projeto

democrático e popular”. E ainda: “as bandeiras dos trabalhadores diante da crise brasileira referenciam-se na contestação das dívidas externa e interna, na defesa das empresas públicas, na reforma agrária, no assentamento dos sem-terra, na reposição das perdas salariais provocadas pelo Plano FHC, na democratização do Estado e na ampliação das liberdades políticas”. Mas observa: “a CUT é contrária a qualquer relação tutelar, paternalista ou de atrelamento a qualquer governo. Passadas as eleições, que não encerram as disputas entre projetos, a CUT continuará mobilizando os trabalhadores em defesa de suas reivindicações, lutando pela conquista e ampliação de direitos e pela superação da grave crise em que se encontra o país do ponto de vista da maioria da população” (Resoluções do V Concut, p. 11).

14.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário do Congresso:** situação internacional, situação nacional, balanço, estratégia, plano de lutas e políticas permanentes;
- **principais orientações estratégicas:**
 - a) reafirmação da perspectiva socialista;
 - b) articular os interesses do mundo do trabalho, o *ambientalismo* e o *específico feminino*, na busca de um novo socialismo, *humanista* e *democrático*;
 - c) luta por *reformas estruturais*, entendidas como elo de ligação entre as lutas imediatas e o horizonte socialista: conquista da soberania nacional, reforma agrária, democratização do mundo do trabalho, ampliação da democracia política, controle social sobre a economia, universalização do direito à educação, seguridade social, moradia, emprego, fim do monopólio dos meios de comunicação etc;
 - d) pela construção de uma nova ética;
 - e) combinação da mobilização dos trabalhadores com a ampliação da presença da Central na sociedade, através da ocupação de espaços institucionais (Câmaras Setoriais, Conselho de Desenvolvimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT; Programa Brasileiro de Qualidade

- e Produtividade – PBQP; Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade – CTCOM, entre outros);
- f) combinação do combate à implantação do projeto neoliberal com a formulação de diretrizes alternativas, visando uma nova sociedade;
 - g) negação da ideologia empresarial da parceria (em contraposição a isso, lutar por uma reestruturação que se pautar pela “dimensão social da política industrial, educacional, agrícola e agrária”);
 - h) consolidação das políticas permanentes da CUT nos campos da organização da Central, relações internacionais, formação, gestão e finanças, comunicação e políticas sociais;
- ***plano de lutas:***
 - a) recuperação dos salários e do salário mínimo;
 - b) redução da jornada de trabalho e política de geração de novos empregos;
 - c) reforma agrária e política de crédito aos pequenos agricultores;
 - d) controle de preços; contra o plano de privatizações; contra a terceirização;
 - e) luta pelo contrato coletivo de trabalho e pela liberdade de organização sindical;
 - f) defesa dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores do Mercosul e luta para redirecionar o processo de integração regional com base em princípios, tais como: desenvolvimento social, democracia e autonomia cultural e política; luta pela contratação coletiva regional (Mercosul) em nível de empresas e de segmentos produtivos; pela ampliação do processo de integração econômica ao conjunto da América Latina;
 - g) pela incorporação à agenda sindical de “novos temas”: moradia, saúde, educação, Previdência, trabalho da mulher, trabalho infantil, racismo e discriminação, formação profissional, meio ambiente;
 - h) intensificação da Campanha Contra a Fome e a Miséria, em torno da prioridade da luta por emprego;
 - ***organização sindical:***
 - a) discussão até a próxima Plenária Nacional sobre a proposta de transformar ou não os sindicatos filiados em sindicatos orgânicos;

- b) definição das oposições sindicais em entidades associativas de caráter permanente;
- c) reafirmação dos 18 ramos definidos na VI Plenária, como referência para a estrutura vertical da CUT;
- d) realização de uma conferência nacional sobre a organização sindical no serviço público;
- e) modificação na organização da CUT no âmbito regional: cabe às CUTs Estaduais decidirem sobre suas estratégias de regionalização, redefinindo a situação das CUTs Regionais, onde estiverem implantadas, podendo substituí-las por subsedes (sem poder deliberativo)
- f) indicação de aumento da contribuição dos sindicatos para a CUT (a ser discutido na próxima Plenária);

14.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- nesse Congresso construiu-se um razoável consenso sobre a posição da CUT a respeito das Câmaras Setoriais;
- o clima de maior tolerância entre as correntes internas que se seguiu ao IV Concut, somado à proximidade das eleições presidenciais de 1994, contribuíram decisivamente, entre outros fatores, para que o V Concut transcorresse sob vários sinais de tolerância e espírito de colaboração mútua. Foram exemplos: a) a elaboração de um único texto para apreciação do Congresso, subscrito pela Direção Executiva; b) o foco consensual dos debates no tema da sucessão presidencial; c) a apresentação de uma única chapa para a Direção Nacional;
- entretanto, as divergências sobre a conjuntura, a relação com o Estado, o projeto da CUT, não estavam resolvidas. Um dos debates que reacenderam as diferenças versou sobre a idéia (apresentada pela Articulação Sindical) de transformar os *sindicatos filiados* em *sindicatos orgânicos* (os setores minoritários se manifestam totalmente em contrário);

14.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre a relação da CUT com a estrutura sindical oficial:

- o V Concut aprofunda sua auto-crítica sobre a relação da CUT com a estrutura sindical oficial. Sugere não só dificuldades na implantação das estruturas horizontal e vertical da Central, mas também um processo de “acomodação” à estrutura corporativista: “alicerçada sobre os sindicatos oficiais, a CUT enfrenta agora uma tensão crescente entre a acomodação à estrutura oficial e a consolidação de seu projeto sindical (...) A acomodação está presente, em maior ou menor grau, em todas as concepções sindicais e ramos de atividade”. E mais: “essa acomodação, que pode chegar a uma adesão ao modelo corporativista, tem favorecido a burocratização, a ausência de controle das bases sobre as direções sindicais e, no limite, o abuso de poder e a violência, sinais de degeneração da prática sindical. O sectarismo e a falta de um código de ética cutista vêm transformando muitas eleições sindicais num cenário de disputa ‘ideologizada’, mas despolitizada, do aparelho sindical...” (Resoluções do V Concut, p. 26);
- sob essa avaliação, o setor majoritário (com a oposição dos setores minoritários) propõe o sindicato orgânico (para ser tratado na próxima Plenária Nacional), de modo a se combinar com a decisão da VI Plenária ao transformar os departamentos em federações/confederações orgânicas à Central;
- como resultado da decisão da VI Plenária, até o V Concut haviam sido contabilizadas a criação das seguintes federações confederações orgânicas: Metalúrgicos (CNM), Bancários (CNB), Químicos (CNQ) e Construção Civil (FNCC), que começam a funcionar “como entidades de grau superior, em concorrência direta com suas congêneres da estrutura oficial e estabelecendo ligações com os Secretariados Profissionais Internacionais” (Resoluções do V Concut, p. 28). Impasses e tensões foram criados nos casos dos Urbanitários; Saúde e Seguridade; Educação; e Servidores Públicos Federais. No caso dos trabalhadores rurais foi mantido o DNTR enquanto prossegue a disputa das federações e da Contag. Mas o V Concut reafirma os 18 ramos definidos na VI Plenária;

- o V Concut, por outro lado, também avalia que a estrutura horizontal, para que vá além de uma “federação de CUTs”, requer uma maior organicidade na relação entre as diversas instâncias, incluindo uma revisão de suas funções;

Sobre as Políticas Permanentes:

- a partir do V Concut o temário dos congressos da CUT, além das discussões sobre conjuntura internacional, conjuntura nacional, balanço político e organizativo da CUT e plano de lutas, passa a contemplar a abordagem sobre estratégias e políticas permanentes (que coincidem em geral com as atribuições das Secretarias);
- são elas as Políticas Nacional de Formação; Internacional; de Organização; Gestão e Finanças; de Comunicação; Sociais (neste caso, desdobrando-se em várias: meio ambiente, seguridade social, criança e adolescente, mulher trabalhadora, contra a discriminação social etc);

Sobre a Política Nacional de Formação da CUT:

- no Congresso de Fundação da CUT foi criado o Instituto Nacional de Formação (INF), com o objetivo de desenvolver a formação dos militantes da Central, uma tarefa entendida como “indelegável”;
- mas logo no I Concut o INF foi substituído pela Secretaria Nacional de Formação (SNF). Desde então, várias iniciativas foram tomadas no sentido de articular nacionalmente uma ação, a formação sindical, que vinha sendo realizada, seja pelos sindicatos, seja por entidades de assessoria, bem antes da própria fundação da CUT;
- foi, no entanto, a partir do II Concut que a Política Nacional de Formação (PNF) começou a se estruturar efetivamente, sobretudo a partir da criação de algumas escolas regionais-nacionais de formação, que embora com graus de organicidade diversos em relação à CUT passaram a integrar sua Rede de Formação. Os destaques eram para o Instituto Cajamar, em São Paulo, a Escola 7 de Outubro, em Belo Horizonte, e a Escola Quilombo dos Palmares, em Recife;

- rapidamente a PNF vai adquirindo uma dimensão efetivamente nacional e ganhando uma conformação de uma política nacionalmente articulada. Sua estruturação se dá a partir dos seguintes elementos fundamentais:
 - a) elaboração de eixos-temáticos voltados a abordar os principais desafios enfrentados pela construção da CUT (concepção e prática sindical; negociação coletiva e contrato coletivo de trabalho; planejamento e administração sindical; processo de trabalho e organização no local de trabalho; relações sociais entre homens e mulheres; formação de formadores, entre outros);
 - b) constituição de uma Rede Nacional de Formação, envolvendo, além da SNF e sua equipe de assessores, as “escolas conveniadas” (não orgânicas), as “escolas orgânicas” (que começavam a ser criadas por regiões, a começar pela Escola Sul, Escola Norte e depois outras), e as secretarias e coletivos de formação das estruturas vertical e horizontal, em todos os níveis;
 - c) reapropriação sistemática da metodologia participativa de formação, baseada na experiência de Educação Popular desenvolvida no país e na América Latina desde os anos 50-60;
 - d) a constituição de fóruns próprios dos espaços de formação, voltados para a avaliação, planejamento e gestão dos programas anuais de formação. A nível nacional foi criado o Encontro Nacional de Formação (Enafor) e o Coletivo Nacional de Formação (Conafor), com similares nas macro-regiões, estados e micro-regiões;
 - e) apoio financeiro de centrais sindicais e entidades de cooperação europeias;
- entretanto, ao mesmo tempo em que foi se estruturando e se consolidando, a PNF foi se constituindo em um espaço com uma dinâmica própria e com um certo deslocamento em relação à dinâmica do conjunto da CUT. É quando começa a ser pautada a discussão sobre a “organicidade” da PNF e, pela primeira vez, esse tema é incorporado na pauta de um congresso nacional;

Sobre a composição da Executiva Nacional:

- dentre os 12 principais membros da Executiva, 2 eram metalúrgicos (incluindo

o presidente, Vicentinho); 1 rural (incluindo o vice-presidente, Altemir Tortelli), 1 bancário, 1 economista (empresa estatal), 1 do setor químico, 1 metroviário, 1 eletricitário, 1 do setor calçadista, 1 psicóloga (da saúde pública), 1 médico, 1 professora secundarista (rede pública). Os 13 restantes incluíam: mais 4 bancários, 1 metalúrgico, 2 professores secundaristas da rede pública, 1 técnico em saúde pública, 1 técnico em informática, 1 engenheiro (telecomunicações), 1 técnico em farmácia e bioquímica (universidade federal), 1 previdenciária e 1 servidor público federal;

- dentre os 32 membros da Executiva Nacional (incluindo os 7 suplentes), 14 eram de SP, 3 do RJ, 4 de MG, 2 do DF, 2 do CE, 1 de GO, RS, PR, PE, ES, SC e 1 de entidade nacional.
- do total, 8 mulheres;
- dentre os 12 membros principais, 2 foram reeleitos para o mesmo posto e 3 foram reeleitos, mas mudando de cargo. A renovação se dá entre os representantes de todas as correntes. As mudanças mais evidentes envolveram a presidência e a vice (Jair e Avelino), que por 11 anos estiveram à frente da Executiva Nacional;

15. VII PLENÁRIA NACIONAL

15.1 – SINÓPSE...

Evento: VII Plenária Nacional da CUT (“Zumbi dos Palmares”)

Data: de 30 de agosto a 02 de setembro de 1995

Lugar: São Paulo – SP

Número de participantes: 369 delegados (111 membros da Direção Nacional, 189 membros das CUTs Estaduais e 69 representantes dos Departamentos e Confederações)

15.2 - CONTEXTO...

Fernando Henrique Cardoso, apoiado no Plano Real, vence as eleições de novembro de 1994. É a segunda derrota consecutiva da candidatura democrático-popular, que havia largado na frente, criando muita expectativa de vitória. A estabilização da moeda (ancorada no câmbio e em juros elevados) torna-se o centro da política econômica do novo governo. Conseqüência disso: através de Medida Provisória, o governo proíbe a indexação de salários. O desemprego continua crescendo, tanto em função do processo de reestruturação produtiva como da política do governo de desaquecimento econômico.

Aliada às políticas de aprofundamento das reformas neoliberais e ao arrocho salarial, o governo adota uma postura de intransigência no trato das reivindicações sindicais e populares. O que fica claro logo nos primeiros meses: “no último semestre de 1994, em função do descumprimento de acordos anteriores, os petroleiros realizam um conjunto de mobilizações que acabaram por resultar em um acordo assinado em Juiz de Fora, em 10 de outubro, pelos Ministros do Governo Itamar Franco e pelas lideranças da CUT e da Federação Única dos Petroleiros, FUP. Nos primeiros dois meses do atual governo, diante da disposição de não cumprimento dos acordos anteriormente firmados com os trabalhadores de vários setores de produção e de serviços estatais, petroleiros, eletricitários, trabalhadores do Correio, docentes e funcionários de Universidades federais

começaram a preparar em conjunto uma greve das parcelas de trabalhadores que teriam a mesma data base de negociação. A greve unificada tinha como propósito fazer valer acordos anteriormente assinados. Tratava-se do primeiro grande embate e da primeira possibilidade de abertura de negociações com o governo recém empossado” (Risek, 1998, p. 97). A intransigência do governo e a parcialidade da Justiça do Trabalho derrotaram a “greve nacional unificada” e trouxeram graves conseqüências para as organizações sindicais envolvidas no movimento, em particular para os petroleiros, que sofreram 84 demissões e foram condenados a pagar multas pelos supostos danos causados à população. Era preciso “quebrar” a resistência daqueles que poderiam criar obstáculos às políticas de privatização e de desindexação salarial, pilares da política econômica do governo.

15.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** análise de conjuntura e plano de lutas; organização sindical; Sistema Democrático de Relações de Trabalho; reestruturação produtiva, formação profissional;
- **plano de lutas e de ação:**
 - a) articular a sociedade civil buscando construir uma ampla frente social contra a ofensiva neoliberal e em defesa da cidadania, dos direitos sociais, da soberania nacional e da democracia;
 - b) participar do Grito dos Excluídos, organizado pela CNBB (setembro);
 - c) organizar o Dia Nacional de Mobilização, em 29 de setembro;
 - d) organizar a campanha “Brasil, Cai na Real”, em torno de ampla pauta de reivindicações;
 - e) articulação das campanhas salariais do próximo período com uma pauta mínima rumo ao Contrato Coletivo;
 - f) organizar uma campanha nacional em defesa da educação;
 - g) implementar a campanha “Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical”, sob a coordenação da CNMT;

- h) realizar Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, no dia 10 de novembro, e a Marcha à Brasília, no dia 20, “como comemoração dos 300 anos da imortalidade de Zumbi”;
 - i) realizar campanha pela democratização do Poder Judiciário e pelo fim do poder normativo da Justiça do Trabalho;
- **organização sindical:**
 - a) aumento do percentual da mensalidade cobrada pela CUT às entidades filiadas, de 5% para 9% (incluindo as contribuições pagas à estrutura vertical orgânica e/ou filiada), distribuindo-a da seguinte maneira: 2% para a CUT Nacional, 3,5% para as CUTs Estaduais e 3,5% para entidades da estrutura vertical. A partir de janeiro de 1997 tal mensalidade deve passar a 10% (depois de apreciação pela próxima Plenária);
 - b) decisão de transformar os sindicatos filiados em sindicatos orgânicos à CUT. Para tanto, definiu-se pelos seguintes passos: i) incentivar o uso coletivo de estruturas dos sindicatos filiados; ii) desencadear um processo de fusão de sindicatos, referenciando-se nos ramos; iii) realizar ampla discussão, até a próxima Plenária, visando definir os encaminhamentos para a implementação do sindicato orgânico;
 - c) campanha pela efetiva construção das OLTs (as decisões do IV Concut a esse respeito, “salvo raras exceções, não saíram do papel”);
 - d) luta pela instituição no país de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT), articulado em torno do Contrato Coletivo de Trabalho, que por sua vez se baseia no regime de liberdade sindical e de direitos coletivos. Que, para ser viabilizado, deverá contar com uma transição negociada em bases tripartites, envolvendo temas como: organização sindical, negociação coletiva, direito de greve, legislação esparsa, poder judiciário do trabalho, Ministério do Trabalho;
 - e) formalização da filiação da Contag à CUT;

15.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- as divergências sobre a proposta de *sindicato orgânico* se tornam o centro das disputas internas à CUT nesse período. Mas aqui a polarização não se deu de maneira tão clara como na maioria dos casos anteriores. A Alternativa Sindical Socialista (ASS) tendeu a concordar com a essência da proposta, em função da inclusão da observância do princípio da proporcionalidade em todos os níveis da organização sindical cutista. Ao mesmo tempo, dentro da ArtSind houve manifestações de reserva em relação à proposta;

15.5 - CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre a CUT e a formação profissional:

- desde o início da década o tema da formação profissional vinha ganhando um espaço que jamais teve na agenda sindical cutista. É verdade que alguns sindicatos ou grupos de oposição sindical mantinham escolas de formação profissional desde há muito tempo, mas jamais se tornou um tema central do debate na CUT e mesmo no conjunto do sindicalismo brasileiro (pelo menos depois da implantação do sindicalismo oficial);
- entretanto, um novo cenário começa a se configurar em torno da problemática da formação profissional no país:
 - a) as políticas educacionais incentivadas por organismos internacionais, como o Banco Mundial, sintonizadas com as reformas econômicas e sociais exigidas pelo Consenso de Washington, induziram o governo brasileiro a articular uma reforma do sistema de ensino do país. Tal reforma consuma a separação entre ensino profissionalizante e educação básica; cria ilhas de excelência para o ensino profissionalizante regular; e institui um programa de formação profissional de caráter compensatório para os segmentos marginalizados do mercado de trabalho e do sistema educacional, através do Programa de Formação Profissional da Secretaria de Formação do Ministério do Trabalho – SEFOR/MT (custeado com recursos do FAT);
 - b) por outro lado, a constituição do Codefat, como um conselho de gestão de caráter tripartite, incluindo a participação das centrais sindicais, aliada à

decisão de destinar parte dos recursos do FAT para financiar o programa da Sefor/MT e aliada também à estruturação do programa de modo a ser realizado em regime de parcerias com instituições privadas (sejam de natureza escolar ou não), foram condições que criaram a possibilidade de sindicatos e centrais sindicais pleitearem recursos desse fundo para montarem, eles próprios, programas de formação profissional. O resultado disso foi uma proliferação de experiências de formação profissional, tanto entre sindicatos, federações e confederações, como instâncias horizontais da CUT, em todo o país;

- c) some-se a isso o fato da reestruturação produtiva, ao alterar o perfil profissional de vários segmentos da economia e os conteúdos de suas funções, criar uma tensão entre novas exigências de qualificação profissional (daí resultantes) e os tradicionais currículos e métodos de formação profissional (particularmente do Sistema “S”);
- o debate chega na CUT Nacional particularmente através do GT de Reestruturação Produtiva (em particular da Comissão de Formação Profissional e Emprego), criado por ocasião do Planejamento Estratégico da Direção Nacional, em 1991. Mas até o V Concut, quando pela primeira vez se debateu o assunto em Congresso Nacional, não havia se estabelecido um debate mais sistemático;
 - o texto apresentado pelo GT de Reestruturação produtiva ao V Concut, e aprovado por unanimidade, procura afirmar alguns pressupostos estratégicos: “a formação profissional é, numa concepção cutista, parte de um projeto educativo global e emancipador”, devendo portanto estar integrada ao sistema regular de ensino, na perspectiva da escola pública, gratuita, laica e unitária. Nesses termos, “recusa a concepção de formação profissional como simples adestramento ou treinamento ou como mera garantia de promoção da competitividade dos sistemas produtivos”. Deve ser uma responsabilidade do Estado, mas “com a efetiva participação da sociedade na sua gestão pedagógica e administrativa”. Em seguida decide: a) apoiar o Fórum Nacional de Educação Nacional em Defesa da Escola Pública; b) estimular os sindicatos

a incorporarem em suas pautas de reivindicação a questão da formação profissional; c) lutar pela constituição de Centros Públicos de Formação Profissional, integrados ao sistema nacional de educação; d) “reivindicar que todos os recursos compulsórios ou na forma de incentivos destinados à formação e ou requalificação profissional sejam considerados e administrados como fundos públicos, com a participação dos trabalhadores”; e) constituição de conselhos tripartites para a gestão de agências de formação profissional, como as do Sistema “S”; f) conhecer e avaliar as experiências de formação profissional realizadas pelos sindicatos filiados à CUT, com o objetivo de aproveitar aquelas que possam contribuir para o avanço das propostas pedagógicas, das metodologias e conteúdos de ensino (Resoluções do V Concut, pp. 52-53);

- na VII Plenária o tema volta a ser abordado, agora de modo mais sistemático (também produto da elaboração do referido GT). Tece uma crítica ao novo discurso empresarial e governamental, que reitera e atualiza os pressupostos da Teoria do Capital Humano, dos anos 50, retoma a concepção de formação profissional como parte integrante do sistema de educação pública e gratuita, reafirma as orientações do V Concut e acrescenta: a) pela caracterização e uniformização da atuação da CUT nos fóruns que envolvem ensino/formação profissional (Mercosul, Câmaras Setoriais, PBQP, IBQP, PACTI); b) apoio da CUT à constituição das Comissões Tripartites Estaduais de Emprego; c) pela manutenção das escolas técnicas estaduais e federais, convertendo-as em centros federais de educação tecnológica (Cefets); d) desenvolver um amplo processo interno de discussão sobre o tema da formação profissional e sobre as resoluções da CUT a respeito;

16. VIII PLENÁRIA NACIONAL

16.1 – SINÓPSE...

Evento: VIII Plenária Nacional da CUT (“Canudos”)

Data: de 29 a 30 de agosto de 1996

Lugar: São Paulo - SP

Número de participantes: 371 delegados (72,55% de homens e 27,45% mulheres)

16.2 - CONTEXTO...

O Governo FHC continua sua política econômica centrada na estabilização da inflação, em detrimento das políticas sociais. Seu programa de privatizações vem se mostrando escandaloso. Depois de alterações na Constituição, quebrando os monopólios estatais da Petrobrás e das Telecomunicações, e da privatização das Telecomunicações e do setor energético, o governo procura dar seqüência às reformas da previdência, administrativa e tributária. Na área sindical, prepara uma nova lei de greve para os setores essenciais, que na verdade a restringe e institucionaliza as multas (um precedente aberto no episódio da greve dos petroleiros). No campo, crescem as ocupações organizadas pelo MST, mas a resposta vem na forma de uma extrema violência, como nos massacres de Corumbiara, em Roraima, e de Eldorado de Carajás, no Pará.

Dois anos do governo FHC levaram a uma brutal eliminação de empregos formais e melhor remunerados. Resultado: desemprego e precarização do trabalho. Diante desse quadro, a CUT apresentou à sociedade uma proposta alternativa indicando medidas para sustar as demissões e criar novos postos de trabalho. As principais foram: redução da jornada de trabalho sem redução de salários; articulação de ação junto aos desempregados, através de um serviço social eficiente; ampliação do seguro-desemprego; extinção das verbas parafiscais, que custeiam o Sistema “S”; formação e requalificação profissional; extinção do trabalho escravo e infantil; introdução da política de renda mínima, entre outras.

Frente a tudo isso, a opinião pública começa a dar sinais de insatisfação e cai a popularidade do presidente. No dia 21 de junho, a CUT, a Força Sindical e a CGT realizaram uma Greve Geral, com o envolvimento avaliado de 12 milhões de trabalhadores. Foi o maior protesto popular realizado no governo FHC. Os principais pontos reivindicados foram: emprego, salário, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos dos trabalhadores. O protesto contou com o apoio internacional, em particular, da AFL-CIO, dos EUA, e da CLC, do Canadá.

16.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** conjuntura nacional e internacional; balanço da CUT; plano de ação; estrutura sindical; finanças; reestruturação produtiva; VI Concut;
- **plano de lutas:**
 - a) articulação da sociedade e organizações populares em defesa dos direitos sociais (CMP, UNE, MST, CNBB, OAB, ABI, partidos políticos, centrais sindicais e outros setores), visando a organização de um Dia Nacional de Manifestações em torno da palavra de ordem “Reage, Brasil! Contra as políticas neoliberais de FHC”;
 - b) proposta de realização de uma Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Emprego e da Cidadania;
 - c) organização de uma Campanha Salarial Nacionalmente Articulada, no segundo semestre de 1996, em torno das seguintes bandeiras comuns: salário, emprego, reforma agrária e respeito aos direitos sindicais;
 - d) realização de um Ato Público, em Brasília, no dia 03 de setembro, em favor da Previdência pública;
 - e) participação no Grito dos Excluídos, organizado pela CNBB, em setembro;
 - f) realização de um showmício no dia 13 de outubro “Pela Dignidade e Cidadania” e contra o desemprego causados pelas políticas de FHC”, onde devem ser lançados: i) Projeto de Emenda Popular pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários; ii) Campanha pela Erradicação do Trabalho Infantil; iii) Campanha pelo Direito de Organização Sindical; iv)

Campanha de resistência à demissões, com ocupações dos locais de trabalho (“demitiu, ocupou!”);

g) recusa em substituir a defesa dos salários contra a inflação e a incorporação aos salários dos ganhos de produtividade pela PLR (entendida como parte da estratégia empresarial de “remuneração flexível”);

- **organização sindical:**

a) reafirmação do sindicato orgânico da CUT como alternativa cutista, em uma nova realidade de liberdade e autonomia sindical, ao sindicato oficial. Assim como, confirmação dos passos concretos para a sua construção desde já;

b) confirmação do aumento da contribuição dos sindicatos filiados, de 9% para 10% (3,8% para estrutura vertical, 3,6% para CUTs Estaduais, 2,2% para a CUT Nacional, 0,2% para apoio às CUTs Estaduais com maior dificuldade financeira e 0,2% para criação de um Fundo de Solidariedade);

c) a Direção Nacional deve aprovar um texto referência para o VI Congresso Nacional;

16.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- o ponto mais controverso relacionou-se ao balanço sobre a participação da CUT nas negociações da reforma da Previdência. Para os setores minoritários, havia no caso um problema de método (por entender que Vicentinho, negociando em nome da CUT, havia fechado um acordo sem consultar a Central) e de mérito (por considerar que a proposta acordada era em certos aspectos pior que o relatório do deputado Euler Ribeiro, da base do governo). Além do mais, o envolvimento da CUT com as negociações teria influenciado negativamente na mobilização dos trabalhadores no primeiro semestre, prejudicando a preparação da Greve Geral. Por seu lado, o setor majoritário se defendia argumentando que: a) a mídia havia divulgado a falsa notícia de que existira um acordo, quando não existira; b) a CUT tinha sido surpreendida com a iniciativa do governo no sentido de negociar; c) a participação da CUT teria

contribuído decisivamente para que a Previdência fosse preservada, com seu caráter público;

- mas o tema do *sindicato orgânico* continuou polarizando os grupos em disputa, apesar da explicitação, por parte da Articulação, de que a autonomia do sindicato mesmo orgânico (tido como uma instância da Central) deveria ser preservada, tanto do ponto de vista político, como administrativo. Agora, com a retirada da garantia da aplicação do princípio da proporcionalidade em todos os níveis da organização sindical cutista, a ASS retira seu apoio à proposta.

16.5 - CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre a sede própria da CUT:

- a CUT adquire, no final de outubro de 1995, sua sede própria. Localizado no Brás, o prédio de 7 andares pertenceu à Metalúrgica Matarazzo;
- participam do condomínio: a CUT Nacional, a CUT Estadual São Paulo e as Confederações orgânicas.

17. VI CONCURTO

17.1 – SINÓPSE...

Evento: VI Congresso Nacional da CUT – Concut (“Herbert de Souza, Betinho”)

Data: 13 a 17 de agosto de 1997

Lugar: São Paulo – SP

Número de Participantes: 2.266 delegados (27,57% de mulheres; 26,17% da área da Educação, 10,14% da Administração Pública, 11,64% de Rurais, 9,95% de Metalúrgicos, 8,97% do setor Financeiro, 8,22% do setor Seguridade Social e 24,91% dos demais setores)

Delegação internacional: 71 representantes da Ciosl, Orit, FSM, Centrais Sindicais de 21 países, 7 Secretariados Profissionais, OIT, Ildes

17.2 - CONTEXTO...

O governo continua avançando em seu programa de privatizações e agora sua ofensiva se volta para a Cia. Vale do Rio Doce. A CUT e várias outras organizações populares (OAB, ABI, MST, CONTAG, UNE, partidos políticos de oposição, entre outros segmentos) mobilizaram-se e promoveram uma intensa guerra jurídica. A maior manifestação aconteceu no dia 29 de abril, no Rio de Janeiro, reunindo por volta de 2 mil e quinhentas pessoas. Mas acabou privatizada ainda no primeiro semestre de 1997.

No campo das relações de trabalho, a política do governo é a de avançar na sua flexibilização, mas por partes, e não a partir de uma reforma de conjunto. Várias foram as iniciativas nesse sentido tomadas desde fins de 94, formalizando um quadro de precarização crescente a que vinham sendo submetidas tais relações: a lei das cooperativas profissionais (que vêm sendo amplamente utilizada pelas empresas para descaracterizar o vínculo empregatício de seus funcionários, que passam à condição de “sócios”) e a Medida Provisória da Participação nos Lucros e Resultados das Empresas (PLR), ambas de 1994; a desindexação salarial (com a MP do Plano Real) e a portaria limitando o poder de fiscalização do Ministério do

Trabalho, em 1995; o decreto denunciando a convenção 158 da OIT (que limita o poder dos empresários nas demissões), em 1996; a MP desvinculando o reajuste do salário-mínimo de qualquer índice de reposição da inflação, em 1997, etc.

Para dar continuidade ao projeto de reformas neoliberais, as forças políticas de sustentação do governo FHC aprovam uma emenda constitucional permitindo a reeleição do presidente e, por extensão, de todos os prefeitos e governadores, a qual gerou um escândalo pelas denúncias de compra de votos para favorecer sua aprovação.

Em meio às conseqüências trazidas pelas reformas neoliberais e com um início de desgaste do Plano Real e da popularidade do governo, o movimento sindical, os movimentos populares, partidos de oposição, organizações da sociedade civil procuram articular-se, tanto interna como internacionalmente.

No âmbito regional, no ano anterior, numa reunião da cúpula do Mercosul, a CUT e a CCSCS haviam organizado uma manifestação internacional. Em 1997, ao mesmo tempo em que se realiza a 3ª Reunião de Ministros da Alca, em maio, em Belo Horizonte, ocorrem sucessivamente o Fórum dos Trabalhadores das Américas (reunindo entidades sindicais do Continente ligada à CIOSL/ORIT) e o Fórum Paralelo Nossa América (reunindo além das entidades sindicais, outras organizações sociais, movimentos populares e partidos políticos). Ambos se posicionam contra o caráter puramente comercial das negociações oficiais em torno da Alca e reivindicam que esta passe a adotar como referência, ao invés do livre comércio, a democracia, o desenvolvimento social e a justiça social. Dos dois encontros resultaram dois documentos: “Manifesto dos trabalhadores e trabalhadoras das Américas” e “Construindo a aliança social continental frente ao livre comércio”, respectivamente, e um ato público continental reunindo cerca de 10 mil manifestantes. A CUT e a CCSCS participam ativamente.

No plano interno, em abril de 1997 realiza-se a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, que aprova uma “Carta de Brasília”, condenando o caráter autoritário e a orientação neoliberal do governo. Daí resultará uma articulação permanente das entidades envolvidas denominado Fórum Nacional em Defesa da Terra, Trabalho e Cidadania.

A luta anti-racista também continua marcando uma presença no cenário nacional. Desde as comemorações dos 300 anos da morte de Zumbi, em 1995 (especialmente com a Marcha Contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida, no dia 20 de novembro), esse debate ganhou um novo impulso. Em 97 realiza-se a Jornada Zumbi pela Vida (10 dias de caminhada entre São Paulo e Aparecida) e a comemoração do Dia da Consciência Negra, no dia 20 de novembro.

Mas, a manifestação de protesto que se destacou, fazendo com que o tema da Reforma Agrária voltasse à agenda política nacional (também como resultado do crescimento das ocupações de terra em todo o país), foi a marcha organizada pelo MST, percorrendo por semanas vários Estados até chegar a Brasília, no dia 17 de abril, com um ato de protesto contra o governo FHC, onde juntaram-se entidades sindicais, estudantis e populares. Certamente, até o momento, tinha sido a maior manifestação pública contra as reformas neoliberais de FHC.

No campo da luta sindical, em um cenário de inflação reduzida, desemprego crescente e forte pressão contra reajustes salariais, ganhava evidência as negociações sobre Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Assim como, em alguns segmentos (particularmente no setor automobilístico) tal contexto estava resultando em acordos de flexibilização da jornada de trabalho (“banco de horas”), sem redução de salários.

Outro elemento de mudança no padrão da ação sindical estava relacionado à participação de sindicatos e instâncias das estruturas vertical e horizontal em conselhos públicos, como Conselhos de Saúde, Conselhos de Educação, Conselho de Defesa do FAT (Codefat), Conselho Curador do FGTS, Conselho da Criança e do Adolescente, entre outros. Passando a exigir da Central uma ação cada vez maior no campo das políticas públicas.

17.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário do Congresso:** conjuntura internacional; conjuntura nacional; balanço político; balanço organizativo; estratégia; plano de ação;
- **plano de lutas:**

- a) articular a luta contra a aprovação das reformas Administrativa e da Previdência em curso no Congresso Nacional;
- b) impulsionar a campanha contar o desemprego trabalhando como centro a redução da jornada de trabalho sem a redução de salários;
- c) implementar as resoluções da Conferência da Cidadania, em particular o Encontro Nacional Democrático Popular;
- d) chamar os sindicatos urbanos para apoiarem as lutas pela Reforma Agrária;
- e) organizar manifestações pelo direito à moradia;
- f) defender a democratização dos meios de comunicação estimulando as rádios comunitárias;
- g) criar uma política para desempregados/excluídos, defendendo a anistia para as suas dívidas públicas (água, luz etc);
- h) participar da construção da Marcha Global e do Tribunal Permanente contra o trabalho infantil;
- i) preparação da Greve Geral, a partir da organização da Marcha Nacional contra o Desemprego;

17.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- no processo de preparação do VI Concut (nos Cecuts e debates que se seguiram nas diversas instâncias), dois aspectos polarizaram as discussões: as posições sobre a conjuntura nacional e sobre o “sindicato orgânico”;
- no que se refere à conjuntura nacional, as posições do setor majoritário orientam-se para a defesa da “resistência propositiva e disputa de hegemonia” (que justificaria, por exemplo, iniciativas como a apresentação pela CUT de sua proposta de Reformas Populares, em contraposição às Reformas Neoliberais, assim como propostas de política industrial, política agrícola e agrária, desenvolvimento sustentável, saúde, educação, Previdência etc – procurando aliar a mobilização dos trabalhadores com a ocupação de espaços institucionais). Enquanto que os demais setores se articulam para condenar tal orientação como uma atitude “conciliatória” e para reforçar uma perspectiva de resistência orientada mais explicitamente para o socialismo (criticando, por

exemplo, a participação da CUT nas negociações sobre a Reforma da Previdência e propondo que a CUT abandonasse o Conselho Nacional do Trabalho, órgão tripartite instalado a partir de iniciativa do Ministério do Trabalho);

- no campo do balanço organizativo, a divergência continua centrada no tema do “sindicato orgânico”. De um lado, o setor majoritário procurando criar condições para garantir a sua implementação na prática. De outro, os setores minoritários contestando o seu caráter “centralizador” e “divisionista”. Em ambos os casos, havendo, no entanto, concordância quanto à necessidade de se avançar nas fusões e reorganização dos sindicatos a partir do critério dos ramos. Mas esse debate não chegou a ser tratado no Congresso Nacional porque o tema da Reforma da Estrutura Sindical (junto com a abordagem das Políticas Permanentes da CUT) foi remetido à IX Plenária Nacional;
- o Congresso Nacional foi, no entanto, tomado por um outro tipo de tensão. Após a determinação de Vicentinho concorrer à reeleição, semanas antes do Concut, membros da Articulação Sindical, sobretudo do Sindicato dos Bancários de São Paulo ameaçaram não apoiá-lo, defendendo a indicação do então secretário geral, João Vaccari Neto. O impasse se estendeu por todo o Congresso, com declarações feitas à imprensa de ambas as partes. Só momentos antes da eleição da nova Direção, chegou-se a um acordo, com Vicentinho como presidente e Vaccari como vice. Ao todo concorreram 5 chapas, tendo a Articulação obtido 52% dos votos (pela primeira vez houve proporcionalidade direta na composição da Direção Nacional, sem patamar inicial de percentual de votos, razão pela qual concorreram 5 chapas);

17.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre balanço da CUT:

- entre 1994 e 1997, os sindicatos filiados à CUT passaram de 2009 para 2570 (com crescimento de 27,92%), passando de uma base de 17,5 milhões de trabalhadores representados para 19,5 milhões (com ampliação de 11,36%) e

de uma base de 4,1 milhões de sindicalizados para 6 milhões (com 46,9% de aumento). Nesse mesmo período, o percentual de trabalhadores sindicalizados cresceu de 23,5% para 31%;

- mas todos os segmentos internos concordavam que o sindicalismo cutista estava cada vez mais “acomodado” à estrutura sindical oficial. As divergências se verificavam sobretudo quando se discutia como enfrentar tal problema, com o impasse em particular em torno da idéia do “sindicato orgânico”;
- como resultado do apego ao aparelho sindical, as relações internas à CUT se deterioraram. Foi assim que a ocorrência crescente de casos de disputas entre chapas cutistas, pelo país afora, seguidas de denúncias quanto aos métodos utilizados, chegou a tal ponto que antes do Congresso a Direção Nacional resolve se pronunciar: “a Direção Nacional da CUT manifesta sua discordância e repudia veementemente a utilização de métodos violentos na solução de disputa política que envolvem a prática sindical na base da Central. A utilização de calúnias, difamações, agressões físicas de qualquer forma, deve ser considerada grave violação aos valores cutistas e deve ser negada pelos que estão comprometidos com uma prática sindical baseada em valores éticos e os reconhecem como politicamente necessários” (InformaCUT, n. 266, p. 10);
- o episódio das eleições para a Direção, no VI Concut, vêm se somar a esse quadro, onde pela primeira vez a Articulação Sindical entra dividida em um Congresso Nacional, com as divergências entre as duas partes sendo tratadas amplamente pela imprensa nacional;

Sobre a composição da Executiva Nacional:

- dentre os 25 membros efetivos, 4 eram metalúrgicos (incluindo o presidente, Vicentinho); 4 bancários (incluindo o vice-presidente), 5 professores secundaristas da rede pública, 2 rurais e 1 dos setores químico, saúde pública, elétrico, processamento de dados, mineração, petróleo, calçados, Previdência, Justiça do Trabalho, Metrô e farmácia;
- dentre os 32 membros da Executiva Nacional (incluindo os 7 suplentes), 17 eram de SP, 2 do RS, 2 de MG, 1 do CE, GO, RJ, PE, ES, SC, PA, PI, PB, BA

e 1 de entidade nacional.

- do total, 9 mulheres;
- dentre os 13 membros principais, 4 foram reeleitos para o mesmo posto e 6 foram reeleitos, mas mudando de cargo;
- concorreram 5 chapas para a Direção Nacional. A Articulação Sindical, encabeçada por Vicentinho, obteve 1.080 votos (52%); uma coligação entre a Alternativa Sindical Socialista (ASS), o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) e a Articulação de Esquerda, liderada por Jorge Luiz Martins, obteve 629 votos (30,28%); a Corrente Sindical Classita, com Wagner Gomes, reuniu 282 votos (13,58%); O Trabalho, com Júlio Turra, contou com 86 votos (4,14%); e a Liga Bolchevique Internacionalista, com Hyrlanda Moreira, ficou com 16 votos (0,77%). Houve, ainda, 5 votos em branco e 11 nulos;

18. IX PLENÁRIA NACIONAL

18.1 – SINÓPSE...

Evento: IX Plenária Nacional da CUT (“Santo Dias”)

Data: de 17 a 20 de agosto de 1999

Lugar: São Paulo – SP

Número de participantes: 454 delegados (25,99% de mulheres)

18.2 - CONTEXTO...

O quadro internacional vem deteriorando-se desde o segundo semestre de 1997, com a crise do mercado financeiro dos países emergentes, que ficou conhecida como “crise asiática”, e que, no ano seguinte, atingiu a Rússia e, na passagem de 1998 para 1999, o Brasil, levando à uma forte crise do Real. Situações essas, que resultaram no monitoramento do FMI, cuja condição da “ajuda” significou sempre mais liberalização das economias nacionais, mais privatização e mais redução de despesas com políticas sociais, receituário denominado de “ajuste estrutural”. Mesmo assim, os membros do G-7 continuam resistindo à adoção de medidas de regulamentação dos fluxos financeiros e comerciais.

Do ponto de vista do movimento sindical, o cenário se apresenta desfavorável, como reconhece a própria CUT: “o movimento sindical internacional organizado no campo da Ciosl/Orit e dos secretariados profissionais enfrenta grandes dificuldades para se contrapor à globalização dos capitais. Essas organizações não têm sido ainda capazes de impulsionar campanhas mundiais em favor do emprego e dos direitos sociais. O movimento sindical, por exemplo, poderia ter feito mais na Marcha Mundial Contra o Trabalho Infantil do ano passado. Apesar de importantes movimentos sociais nacionais de resistência ao desmanche do estado de bem-estar ocorridos nos últimos dois anos (greve dos transportes na França, greve da UPS nos Estados Unidos, greve geral na Coreia do Sul, a mobilização dos trabalhadores da Ford no Brasil, entre outras), a Ciosl não tem

sido capaz de se constituir em um pólo de articulação e maior irradiação de resistência ao neoliberalismo” (Resoluções da IX Plenária Nacional, p. 13).

No Cone Sul, a situação não é diferente, embora uma conquista recente tenha sinalizado para possíveis avanços: “a aprovação da Declaração Sócio Laboral do Mercosul revela que é possível intervir minimamente no curso dos processos de integração. Na realidade, a Declaração está distante da proposta de Carta Social defendida pelo movimento sindical, pois a declaração não tem caráter vinculante” (Resoluções da IX Plenária Nacional, p. 12).

No Brasil, a crise do Real resultou em um maior ajustamento do país ao receituário do FMI, trazendo conseqüentemente um agravamento do quadro de desemprego, um aprofundamento da desnacionalização da economia, da desarticulação das cadeias produtivas, da dependência externa. No que se refere às relações de trabalho, o governo continua se pautando pela estratégia de minar os direitos sociais e trabalhistas através de medidas pontuais. No ano de 98 tais iniciativas ganham um ritmo acelerado, com: a lei do serviço voluntário, que institui o trabalho voluntário, sem encargos sociais e trabalhistas; a MP 1.620/98, tentando derrubar a lei 8.534/92 que previa o princípio da ultratividade dos acordos e convenções; a instituição do trabalho por tempo parcial, do banco de horas e da suspensão do contrato de trabalho, através de MPs; a lei do trabalho por tempo determinado. E em novembro o governo apresentou um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 623/98) propondo modificações na legislação sindical e na contratação coletiva, que depois é desmembrada. A CUT assim se posicionou: “Nesse quadro (de medidas visando a flexibilização das relações de trabalho) se inscreve o balão de ensaio da discussão do artigo 7º da Constituição Federal e a partição da Emenda Constitucional 623/98 em três, com o congelamento do debate sobre organização sindical. Como na Argentina, os neoliberais preferem flexibilizar os direitos dos trabalhadores sem mexer na estrutura corporativa” (Resoluções da IX Plenária Nacional, p. 17).

Mas a crise do Real e o aprofundamento do “ajuste estrutural” também trouxe uma queda significativa da popularidade do governo e, pela primeira vez, o desgaste do próprio Plano Real. Em conseqüência inaugura-se um ciclo de mobilizações em

todo o país. São exemplos: a Jornada Nacional de Luta por Emprego e Direitos Sociais, reunindo milhares de pessoas em Brasília, no dia 20 de maio de 98; a luta dos trabalhadores da Ford contra as 2800 demissões na unidade de São Bernardo (nos primeiros meses de 99) e contra o fechamento da unidade do Ipiranga (em junho); o Dia Nacional de Luta Contra a Política Econômica do Governo FHC e em Defesa do Brasil, no dia 26 de março de 99; o “SOS Seca”, ato que parou 283 cidades no dia 16 de setembro; a Marcha dos 100 Mil, no dia 26 de agosto (o maior protesto organizado contra o governo FHC), entre outros.

18.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário da Plenária:** conjuntura internacional; conjuntura nacional; estrutura sindical e relações de trabalho; políticas permanentes; alterações estatutárias; plano de lutas;
- **políticas permanentes:**
 - a) Política Internacional: total repúdio à efetivação da Alca; combate ao *dumping* social, através da defesa da *cláusula social* nos acordos internacionais de comércio e do fortalecimento do papel normativo da OIT; pela adoção da Carta Social no Mercosul; apoio ao Grito Continental dos Excluídos (a ser realizado no dia 12 de outubro) e da Jornada Mundial de Lutas Contra a Rodada do Milênio (a realizar-se em 30 de novembro);
 - b) Política de Formação: consolidar os novos projetos de formação profissional, sem no entanto secundarizar a formação sindical dos dirigentes e militantes;
 - c) Sistema Público de Emprego: atuar ativamente no sentido da constituição de um sistema público de emprego no país, articulando seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, requalificação profissional e microcrédito; afirmar uma concepção de política pública de educação integrada em contraposição à visão neoliberal; por uma concepção de formação profissional para além das exigências da competitividade; pela expansão da educação e da formação profissional como políticas públicas em contraposição à lógica da desregulamentação e da privatização; pela

garantia da educação de jovens e adultos; pela certificação dos conhecimentos dos trabalhadores; por uma intervenção nos espaços institucionais cada vez mais consistente e qualificada; garantir a gestão pública dos recursos da formação profissional; definição de parâmetros para a gestão dos projetos de formação profissional no campo da CUT;

- d) Política de Comunicação: dotar a CUT de uma moderna e eficiente comunicação entre sua direção, suas instâncias de base e destas para com os trabalhadores e a sociedade em geral, através da constituição de uma Rede Nacional de Comunicação;
- e) Políticas Sociais: articulação da ação da CUT no campo das políticas sociais: i) defesa do SUS como um sistema público de saúde para o país; ii) defesa do caráter público e social da Previdência, articulada ao Sistema de Seguridade Social (incluindo ainda Saúde e Assistência Social); iii) pela constituição de Comissões de Saúde e Meio Ambiente a partir dos locais de trabalho; iv) pela constituição de Centros de Referência e Programas de Saúde do Trabalhador, articulados ao SUS; v) fortalecimento do Coletivo Nacional de Saúde e Meio Ambiente; vi) priorização da luta em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida; vii) maior atuação sindical no combate à AIDs, através do fortalecimento da Comissão Nacional de Prevenção à AIDs (em 1992); viii) fortalecimento da luta anti-racista através do fortalecimento da Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial (CNCDR) da CUT e do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), do qual participam todas as Centrais do Brasil, a Orit e a AFL-CIO; xix) luta contra a discriminação do trabalho da mulher e de sua participação na vida sindical, através do fortalecimento da CNMT; xx) luta contra a discriminação aos homossexuais; xxi) por uma ação sindical voltada para a juventude; xxii) pela erradicação do trabalho infantil; xxiii) pela retomada da Campanha Nacional em Defesa da Educação; xxiv) articular a ação na CUT no Conselho Curador do FGTS com os movimentos sociais ligados à temática da habitação; por uma política articulada de comunicação da CUT;

- **plano de lutas:**
 - a) empenho na organização e apoio a uma série de mobilizações previstas para o segundo semestre: Marcha dos 100 Mil sobre Brasília (organizado pelo Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania), no dia 26 de agosto; Grito dos Excluídos, no dia 7 de setembro; Marcha Nacional em Defesa da Educação Pública, no dia 6 de outubro; Dia de Luta pela Despenalização do Aborto na América Latina e Caribe, no dia 28 de setembro; Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20 de novembro; campanhas salariais de bancários, petroleiros, correios, funcionalismo público, metalúrgicos, químicos, vidreiros etc;
 - b) mobilização contra a Guerra Fiscal;
 - c) preparação de uma paralisação nacional para outubro;
- **organização sindical:**
 - a) pela realização de uma ampla campanha em favor da ratificação das seguintes Convenções da OIT: 87 (liberdade sindical), 151 (garantia de negociação coletiva na administração pública), 158 (contra demissão imotivada) e pela regulamentação da 135 (representação no local de trabalho);
 - b) apresentação à sociedade, como alternativa à PEC 623/98, da proposta da CUT de SDRT;
 - c) delegação para a Direção Executiva Nacional articular projetos pontuais que favoreçam o projeto global de SDRT da CUT e para articular um fórum quadripartite (centrais sindicais, governo, empresários e Comissão do Trabalho da Câmara) para acertar as regras da negociação coletiva em um regime de liberdade sindical;
 - d) apoio aos processos de constituição de sindicatos nacionais; constituição de uma comissão para apresentar no VII Concut uma nova organização dos ramos;
 - e) definição de normas básicas para o estatuto dos sindicatos da CUT, a serem incorporados até o VII Concut (3 anos de mandato; simultaneidade nas eleições para representantes de base e direções sindicais; adoção

- unicamente de taxas voluntárias, com um percentual de no mínimo 1% da renda do trabalhador; garantia de eleições democráticas; adoção de organização de base e sua participação nas instâncias de direção etc);
- f) indica para os sindicatos filiados, além das comissões de base dos sindicalizados, a organização de estruturas unitárias por local de trabalho, envolvendo sindicalizados e não sindicalizados;
 - g) revigorar a estrutura horizontal da CUT: reforçando as ações de solidariedade de classe; apoiando as campanhas de todos os sindicatos filiados; constituição de estruturas solidárias; interiorizar as CUT estaduais; participar de campanhas públicas de caráter regional; participar de modo mais qualificado das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e Educação, entre outros; debater o orçamento dos Estados e Municípios e buscar uma atuação conjunta com a sociedade civil local para influenciar em sua elaboração etc;
 - h) adoção, pelas entidades filiadas e instâncias orgânicas, do “orçamento participativo”, de modo a “permitir a democratização na discussão sobre finanças e a melhor utilização dos recursos” (para os próximos congressos estaduais e nacional fica pautada a discussão e aprovação do plano trienal de orçamento e investimento);
 - i) pela ampliação e diversificação da base da CUT no meio rural, a partir da Contag, buscando filiar sindicatos e federações;
 - j) mudanças estatutárias: os membros efetivos e suplentes das direções executivas nacional e estaduais da CUT passam a ser delegados natos dos congressos respectivos; cada sindicato terá direito a pelo menos um delegado ao congresso estadual; as entidades nacionais participam diretamente dos congressos nacionais, entre outras;

18.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- os debates relacionados à conjuntura internacional, conjuntura nacional e balanço político-organizativo da CUT sempre geram divergências de enfoque, pelo menos em dois campos principais. Entretanto, nesse caso houve bastante

consenso em relação à conjuntura nacional (também por influência dos preparativos da Marcha dos 100 Mil);

- quanto às políticas permanentes, tem havido, normalmente, uma base de entendimento bastante consensual. Os textos têm sido aprovados quase sempre em bloco e quase sem emendas;
- na IX Plenária Nacional a principal polêmica esteve relacionada ao processo de transformação da CNM em sindicato nacional do ramo metalúrgico. Processo esse conduzido pelos segmentos ligados à ArtSind (que também é majoritária no setor), sob o argumento de que não há outra maneira de fazer frente aos efeitos devastadores das políticas neoliberais e ao novo padrão de ação das empresas, em especial das transnacionais. Entretanto, tal iniciativa conta com a oposição das demais correntes internas, que vêem nela uma tentativa de centralização do poder sindical do setor nas mãos da Articulação e uma forma de implementação na prática da proposta de *sindicato orgânico*;
- outro aspecto que gerou polêmica foi quando da discussão sobre Sistema Público de Emprego, em particular sobre a criação da Central de Trabalho e Renda (CTR), defendida pela ArtSind e criticada pelas forças majoritárias;

18.5 - CHAMANDO A ATENÇÃO...

Sobre balanço da CUT:

- a CUT chega ao ano 2000 com confederações/federações orgânicas constituídas em 12 ramos, com diferentes graus de estruturação e organização: financeiro (CNB), metalúrgico (CNM), químico (CNQ), seguridade social (CNTSS), transporte (CNTT), urbanitário (FNU), construção civil e madeira (CNTICM), vestuário (CNTV), alimentação (CONTAC), comércio e serviços (CONTRACS), educação (DNTE), telemática (CNTTI). Nos demais ramos há confederações e federações filiadas à CUT (exceção para aposentados e autônomos urbanos);
- no Estado de São Paulo foi criado o Sinergia (em novembro de 97), de base estadual, reunindo os trabalhadores da indústria do gás e energia elétrica (com

uma atuação nas bases de outras Centrais Sindicais, especialmente a CGT).
Estão em processo também discussões sobre a criação de sindicatos nacionais entre metalúrgicos, bancários, químicos e técnicos de universidades;

19. VII CONCURTO

19.1 – SINÓPSE...

Evento: VII Congresso Nacional da CUT – Concut

Data: 15 a 19 de agosto de 2000

Lugar: Serra Negra – SP

Número de Participantes: 2.309 delegados (1.388 sindicatos filiados, 20 entidades nacionais orgânicas e 24 oposições sindicais reconhecidas; 69,77% de homens e 30,23% de mulheres)

Delegação internacional: 70 representantes da Orit, Centrais Sindicais de 25 países, 2 Secretariados Profissionais, OIT, Ildes, (EUA), Alternativas (Canadá), ainda (como observadores), Consulado dos EUA e Universidade de Cornell;

19.2 - CONTEXTO...

O capitalismo mundial vive um momento de forte tendência à concentração, expressa sobretudo através de megafusões, com destaque para o setor de telecomunicações e químico/farmacêutico. Se estabelece uma dinâmica econômico-financeira marcada por uma maior instabilidade, como são exemplos as últimas ondas especulativas que atingiram sucessivamente o México, os Tigres Asiáticos, a Rússia, Brasil e Argentina. As conseqüências sociais da hegemonia mundial das políticas neoliberais se fazem sentir tanto nos países desenvolvidos como, principalmente, nos países da periferia do sistema.

No Cone Sul, a crise do Real e o aumento das pressões dos EUA no sentido de antecipar o calendário de implantação da Alca ameaçam a continuidade do Mercosul e as poucas conquistas sindicais, como a constituição do Fórum Consultivo Econômico e Social, a constituição do Subgrupo 10, o Observatório de Emprego, a Declaração Sócio Laboral e a Comissão Sócio Laboral.

Por outro lado, em várias partes do mundo surgem sinais de reações nacionais e internacionais contra os termos da “nova ordem mundial”. São exemplos: a greve dos trabalhadores franceses, em 1995, contra o plano Juppé, que pretendia

eliminar direitos sociais; a greve geral na Coréia do Sul, em 1997, que impediu uma reforma da legislação trabalhista danosa aos trabalhadores; a greve da empresa UPS nos EUA, em 1997, contra a precarização dos contratos de trabalho; a luta dos trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo contra 2800 demissões, nos primeiros meses de 1999; a Marcha dos 100 Mil por trabalho, emprego e cidadania, em 1999, no Brasil; as greves gerais na Argentina em 1999; a mobilização internacional em Seattle, durante a III Conferência da OMC, em novembro de 1999, resultando no fracasso da “rodada do milênio”; a manifestação internacional em Washington, por ocasião de reunião do FMI, em abril de 2000.

O contexto brasileiro, no final dos anos 90, é de total submissão às determinações do FMI, de mudança profunda do perfil da estrutura econômica do país: desnacionalização, privatização, descentralização industrial, tendência ao desassalariamento, desarticulação do sistema legal de proteção social e trabalhista. Os trabalhadores se vêem diante de uma forte pressão sobre seus direitos sociais e trabalhistas. Os sindicatos se encontram pressionados a negociarem perdas em troca da preservação do emprego. São nessas condições que se realizam acordos flexibilizando salário, jornada de trabalho e o contrato de trabalho, envolvendo inclusive o campo cutista.

Essa situação é agravada com a intensificação da “guerra fiscal” entre Estados e municípios, que sob incentivo das políticas federais visam atrair novos investimentos produtivos e novos empregos através de vultosos subsídios públicos ao setor privado. Os casos mais escandalosos situaram-se no setor automobilístico, favorecendo transnacionais como a Ford, GM, Mercedes-Benz, Honda, Renault, entre outras, e levando a uma ampliação significativa da capacidade instalada e a uma ampla descentralização da produção.

A isso se soma a queda vertiginosa da popularidade do governo. Multiplicam-se escândalos envolvendo o Executivo e o Legislativo: compra de votos para garantir a reeleição de FHC, caso Sivam, caso Ilhas Cayman, caso Chico Lopes, caso Eduardo Jorge, caso da privatização da Telemar, caso TRT-SP e tantos outros.

Mas esse período também está marcado pela ascensão das lutas sindicais e do movimento social. Exemplo disso foi o “festival de greves”, organizado pela CNM/CUT em conjunto com a Força Sindical, durante o segundo semestre de 1999, contra a “guerra fiscal ” e pela adoção do Contrato Coletivo Nacional para o setor automotivo e pela redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salários, atingindo praticamente todas as plantas automobilísticas do país. Estão em destaque também as lutas dos trabalhadores sem-terra (com as controversas ocupações de sedes regionais do Incra), as manifestações de protesto às programações oficiais de comemoração do Brasil 500 Anos, a greve nacional dos caminhoneiros no começo de maio de 2000, com grande repercussão na mídia, entre outros movimentos. Mas o destaque tinha sido a Marcha dos 100 Mil, realizada em agosto de 1999.

Em maio de 2000 Vicentinho se licencia da presidência da CUT para concorrer à prefeitura de São Bernardo do Campo. Em seu lugar assume Kjeld Jakobsen, do Sindicato dos Eletricitários de Campinas, que ocupava a Secretaria de Relações Internacionais da CUT. Intensificam-se as disputas internas em torno das eleições previstas para o VII Concut.

19.3 – PRINCIPAIS RESOLUÇÕES...

- **temário do Congresso:** análise de conjuntura internacional e nacional; balanço político-organizativo da CUT; estratégias para as ações políticas da CUT;
- **principais orientações estratégicas:**
 - a) ajudar a construir um novo cooperativismo popular (“economia solidária”), como alternativa ao falso cooperativismo (“coopergatos”) e à precarização do trabalho; consolidação da experiência da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS); buscar construir ações conjuntas com as entidades que trabalham nesse campo (Fase, Anteag, MST, Contag, Unitrabalho, Pastorais Sociais etc); não estimular a criação de cooperativas de mão-de-obra e denúncia das coopergatos; orientar-se na perspectiva de

constituição de um sistema nacional de crédito cooperativo e solidário; tudo isso, “sem se distanciar dos princípios sindicais de luta”;

- b) no setor rural, a partir da filiação da Contag, a CUT deve buscar ampliar as filiações de sindicatos e federações; avançar na organização sindical de base (por local de trabalho e de moradia); contemplar no plano organizativo as diferenças de dinâmicas de desenvolvimento; incentivar a constituição de estruturas associativas econômicas próprias dos agricultores familiares; aproximar os trabalhadores rurais dos trabalhadores da indústria da alimentação; continuar a luta pela Reforma Agrária; buscar ampliar as experiências de desenvolvimento local, através do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS); buscar o reconhecimento e a filiação das organizações diferenciadas presentes no meio rural à Contag (como a Feraesp, que em São Paulo organiza os assalariados rurais);
- c) a CUT elegeu como uma de suas prioridades para os próximos 3 anos a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- d) atuar no sentido de constituir no país um Sistema Público de Emprego, “capaz de articular um conjunto de iniciativas e programas fornecidos de modo integrado ao trabalhador, fundado em princípios e recortes metodológicos que estimulem a plenitude do desenvolvimento cidadão”; e contando com o envolvimento direto de entidades sindicais na gestão do Sistema;
- e) fortalecer o Fórum Nacional de Luta (FNL) e uma política de alianças com os setores da sociedade brasileira que se opõem às políticas neoliberais;
- f) buscar assumir um papel protagonista no movimento sindical internacional, defendendo uma reforma do movimento sindical mundial, fortalecendo as relações sul-sul, as ações frente às empresas multinacionais e às instituições multilaterais, o trabalho do Observatório Social da CUT;
- g) articular a luta pela ratificação da Convenção 87 da OIT com o incentivo às instâncias da Central para que desenvolvam experiências de organização sindical por ramo;

- ***plano de lutas:***

- a) construir uma Ampla Mobilização Contra o Desemprego, a Demissão Imotivada e pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário; assumir como meta para todos os segmentos a redução da jornada de trabalho em 10%;
 - b) organizar uma campanha nacional unificada para acabar com o Banco de Horas e as horas extras, começando por esclarecer essa posição junto aos sindicatos filiados;
 - c) reforçar a ação da FNL na organização do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa e para atuar no debate eleitoral de 2000 e de 2002;
 - a) apoio à iniciativa do deputado Avenzoar Arruda visando implantar uma CPI do FAT no Congresso Nacional;
 - d) colocar a bandeira de defesa dos Direitos Trabalhistas e a luta por Liberdade e Autonomia Sindical no centro das mobilizações, com a luta pela ratificação/vigência das Convenções da OIT de número 87 (liberdade e autonomia sindical), 151 (garantia de negociação coletiva na administração pública), 111 (não discriminação no mercado de trabalho), 135 (direito de representação no local de trabalho) e 158 (contra a demissão imotivada);
- **organização sindical:**
 - b) pela constituição de uma organização específica dos agricultores familiares, reunindo as organizações de cooperativas, crédito, produção, comercialização e distribuição, na perspectiva de constituição do ramo da Agricultura. Do mesmo modo os assalariados rurais devem buscar criar uma organização específica;
 - c) reestruturar o núcleo de negociação coletiva da Executiva Nacional visando um melhor acompanhamento e participação da CUT nas negociações dos diversos ramos de atividade;
 - d) buscar elevar a sindicalização nas entidades cujo percentual encontra-se muito abaixo da média existente;
 - e) elaborar e debater uma proposta de reformulação das políticas e estruturas da CIOSL e dos SPIs, para ser levada ao “Debate do Milênio” promovido pela CIOSL;

- f) buscar consolidar a estrutura sindical cutista, através das seguintes iniciativas: i) incentivo à constituição de sindicatos nacionais, respeitando-se as particularidades de cada setor; ii) redefinir os ramos constitutivos da estrutura da CUT; iii) avançar na constituição do ramo da Comunicação e Informática, que agregue informática, telecomunicações, jornalistas, radialistas, entre outros setores; iv) organizar um Sindicato Nacional de Aposentados e Pensionistas; v) priorizar a organização por local de trabalho (comissões sindicais de empresa, delegados sindicais, organizações unitárias); vi) revigorar a estrutura horizontal da CUT; vi) estabelecer o VIII Concut como prazo para que os sindicatos filiados incorporem nos seus estatutos as “normas básicas” aprovadas na IX Plenária (condição para participar do próximo Congresso);
- g) discutir e aprovar na X Plenária um roteiro de temas necessários para realizar uma reforma no Estatuto da CUT, a ser submetido ao VIII Concut; determinação das entidades inadimplentes, para voltarem a participar da vida da Central, terem que pagar pelo menos 30% de suas dívidas até o VIII Concut e voltarem a pagar as mensalidades em dias; realizar recadastramento geral das entidades filiadas até 31 de maio de 2001; o prazo de filiação de novos sindicatos para a participação nos Congressos da CUT deve ser efetivado até o mês de setembro do ano anterior;
- h) sobre o setor metalúrgico, frente ao processo em curso de construção do Sindicato Nacional, decide-se: “durante o processo de discussão da implantação do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos, os sindicatos de metalúrgicos que não tiverem aderido ao Sindicato Nacional terão mantida sua filiação à CNM”; “enquanto não houver uma definição estatutária no ramo da CUT alterando a representação metalúrgica nacional, o SNM em questão deverá ser filiado à CNM, sem prejuízo de outras experiências de unificação dos sindicatos”; “caberá à Executiva Nacional da CUT acompanhar esse processo, buscando garantir regras democráticas e transparentes, a unidade da CUT e a unidade e autonomia do ramo”; “não poderá haver construção de representação na base de outro sindicato

filiado”. Dessa maneira volta-se a criar uma possibilidade de convivência entre os adeptos e os opositores da proposta do SNM da CUT;

19.4 – PRINCIPAIS POLÊMICAS...

- no que se refere ao debate sobre conjuntura nacional, apesar de mantidas as divergências nesse campo, foi construído (desde a última Plenária Nacional) um consenso básico em torno da palavra-de-ordem “Fora FHC e basta de FMI!”;
- entretanto, velhas e novas divergências continuam alimentando a segmentação da CUT em pelo menos dois campos. Os aspectos mais em evidência no período que antecede e chega até o VIII Concut, são: o processo de criação do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos, a criação da Central de Trabalho e Renda em Santo André (uma agência que articula intermediação de mão-de-obra, requalificação profissional e o seguro desemprego), as negociações com o MTE (antigo MTb) para o financiamento, com recursos do FAT, do Programa Nacional de Qualificação Profissional da CUT (PNQP), a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), entre outras iniciativas defendidas pela Articulação Sindical e criticadas em parte ou no seu conjunto pelas demais correntes. Estava no ar, também, uma controvérsia sobre o Banco de Horas, onde o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC defendia sua adoção em acordos com as empresas desde que sob determinados critérios, como o da garantia da redução da jornada de trabalho, enquanto que as correntes minoritárias se posicionavam em posição totalmente contrária (neste caso, o Congresso acabou tomando uma posição em contrário à adoção do Banco de Horas nos acordos e convenções patrocinados por sindicatos cutistas); no entanto a resolução foi consensual;
- num outro campo de divergências, a polarização aberta no VI Concut em torno da indicação do candidato da ArtSind para concorrer à presidência da CUT, retornou no VII Concut. Naquela ocasião, as divergências tiveram uma solução momentânea, com a definição do nome de Vicentinho para continuar presidente e de João Vaccari para a vice-presidência. Entretanto, desde então,

abriu-se um debate sobre a próxima indicação, quando da renovação da Direção Nacional no VII Concut. Meses antes do Congresso, configuraram-se 3 candidaturas dentro da Articulação: João Felício (da Apeoesp/SP), João Vaccari (Sindicato dos Bancários de SP) e Mônica Valente (Sindisaúde/SP). Só no próprio Congresso, após uma assembléia dos 1266 delegados ligados à Articulação presentes, é que foi definida indicação de João Felício (que obteve 66% dos votos, contra 26% para João Vaccari e 8% para Mônica);

- a discussão sobre políticas permanentes foi, assim como no VI Concut, adiada e as propostas elaboradas foram remetidas à XX Plenária Nacional;

19.5 – CHAMANDO A ATENÇÃO...

Balanço da CUT:

- a CUT chega ao VII Concut com 3.097 entidades filiadas, representando algo em torno de 21 milhões de trabalhadores e 6,9 milhões de sindicalizados;
- em um rápido balanço da década de 90:
 - a) o número de sindicatos passou de cerca de 5 mil em 1989 (dados do IBGE) para algo próximo de 20 mil (segundo projeção do MTb), no ano 2000;
 - b) em geral registrando-se elevação do patamar de sindicalização, no decorrer da década, em particular no caso dos sindicatos filiados à CUT, embora com oscilações. No setor urbano-privado, em 1991, a CUT representava cerca de 9,2 milhões de trabalhadores e 2,5 milhões de sindicalizados (com nível de sindicalização de 27,2% em média), passando, em 1998, para uma abrangência de 10,5 milhões de trabalhadores, com 34,5% de nível de sindicalização (Silvia Portella, 1999). As novas filiações à CUT se concentram nos setores de comércio e serviços;
 - c) quanto aos percentuais de sindicalizados quites, segundo a própria CUT “sempre esteve muito abaixo do percentual de sindicalização. Em alguns ramos a diferença é gritante, notadamente profissionais liberais, rurais, comerciários e construção civil. Analisando o percentual médio de sindicalizados quites, verificamos que em alguns ramos houve um aumento

significativo, elevando a média nacional da CUT de 21,20% em março de 1999, para 26,21% em março de 2000” (Resoluções do VII Concut, p. 24);

- d) mas a intensificação do processo de reestruturação produtiva, aliada à abrupta abertura comercial, ao processo de privatização das empresas estatais, à reforma do Estado e às medidas de flexibilização das relações de trabalho, resultaram em fortes impactos para a base social sobre a qual a CUT se construiu. Produziu perda de milhões de postos de trabalho e intensa precarização dos contratos de trabalho, atingindo duramente setores estratégicos para a central como metalúrgicos, bancários, empresas estatais, trabalhadores do serviço público, entre outros. Ao longo da década estima-se em mais de 3 milhões de postos de trabalho formais eliminados (Mattoso, 1999)
- e) quanto às negociações coletivas, as principais mudanças foram (segundo informações do Dieese): perda no poder de barganha dos sindicatos (perdas salariais, flexibilização da jornada de trabalho e do contrato de trabalho etc, com ligeira recuperação das perdas salariais no final da década); mudanças no conteúdo das negociações, particularmente com a adoção de formas de flexibilização das regras (PLR, banco de horas etc) e perdas de direitos tradicionais (13º salário, licença maternidade, estabilidade de membros da Cipa etc); mudança no formato das negociações, com a adoção generalizada dos acordos por empresa, provocando uma forte tendência de descentralização;
- f) por outro lado, a implementação da construção de sindicatos por ramos tem enfrentado muitas dificuldades e controvérsia (em particular em torno das propostas de “sindicato orgânico” e “sindicato nacional”), como avalia a própria CUT: “no terreno da organização sindical, infelizmente o balanço das fusões de sindicatos e federações não é positivo, em parte pelos obstáculos da unicidade sindical que permite que grupos de trabalhadores sem representatividade e muitas vezes com apoio de forças externas ao movimento sindical dividam sindicatos (Gravataí, ABC etc), e em parte também pela dificuldade de superarmos nossas diferenças táticas ou

culturais entre as categorias. No entanto, a discussão da unificação das Federações de Jornalistas e Radialistas, o debate sobre o ramo de Comunicação, e a discussão de Sindicato Nacional no Ramo Metalúrgico e no Setor Financeiro, mesmo considerando as dificuldades de implementação dessas propostas, apontam para uma retomada em um novo patamar da unificação das entidades sindicais” (Resoluções do VII Concut, pp. 23-24);

g) configurou-se ao longo das últimas duas décadas: a manutenção dos sindicatos por categoria; organizados segundo o princípio da unicidade sindical; pulverizados pelos diversos setores da economia, chegando a atingir atualmente algo em torno de 20 mil sindicatos; por sua vez vários deles filiados a diversas centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGT, SDS, entre outras praticamente inexistentes, como a USI e a CGT do B); com duplicidade de estruturas verticais em vários ramos (Fittel/Fenatel, Fitert/Fenart, CNB/Contec, CNM/CNTM etc);

h) enquanto nos anos 80 foram realizadas 4 greves gerais (a primeira ocorreu pouco antes da fundação da CUT, em julho de 1983; a segunda, em dezembro de 1986; a terceira, em agosto de 1987; a quarta, em março de 1989), nos anos 90 realizaram-se apenas 2 (a quinta realizou-se em maio de 1991; e a sexta, em junho de 1996);

Sobre a composição da Executiva Nacional:

- dentre os 12 principais membros da Executiva, 3 são professores secundaristas da rede pública (incluindo o presidente, João Felício), 1 psicóloga da saúde pública (incluindo o vice-presidente, Mônica Valente), 3 são metalúrgicos; 1 rural, 1 bancário, 1 do setor químico, 1 do setor farmacêutico e 1 eletricitário;
- dentre os 12 membros da Executiva Nacional, 8 são de SP, 1 de MG, 1 de GO, 1 da BA e 1 do RS;
- do total de 31 membros (incluindo os 7 suplentes), 12 são mulheres (incluindo a vice-presidente);

- dentre os 12 membros principais, 4 foram reeleitos para o mesmo posto e 7 foram reeleitos, mas mudando de cargo (incluindo o presidente);
- concorreram 4 chapas para a Direção Executiva Nacional, com os seguintes encabeçadores: João Felício (da Articulação Sindical, eleito com 56,88% dos votos), Jorge Luiz Martins (da ASS/MTS), Wagner Gomes (CSC) e Júlio Turra (O Trabalho);

20. X PLENÁRIA

20 - CONTEXTO...

Ao longo do ano 2000 a popularidade de FHC recupera-se parcialmente, graças à retomada da atividade econômica desde final de 1999. Na convocação extraordinária do Congresso, o governo consegue aprovar importantes medidas para a continuidade dos “ajustes” da economia segundo as determinações do FMI. Destacaram-se: a criação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Plano Plurianual (PPA).

Mas começa a se estabelecer um desgaste e um conseqüente rearranjo da base política do governo, fundamentalmente em função dos posicionamentos críticos de ACM. Isso vem se verificando em episódios como o debate sobre o combate à pobreza, sobre a determinação do salário-mínimo, sobre denúncias de corrupção no governo e, mais recentemente, sobre a eleição das mesas da Câmara e do Senado.

Aliado a isso, os resultados das eleições municipais foram francamente favoráveis aos partidos de oposição, com destaque para o PT, que manteve e conquistou importantes capitais e grandes cidades em todas as regiões do país. Configura-se, assim, um cenário mais favorável às forças de esquerda, inclusive com vistas às eleições presidenciais de 2002.

O ano de 2001 começou com a realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Reunindo entidades sindicais, ONGs, movimentos populares, movimentos camponeses, organizações indígenas, de negros, de mulheres, partidos políticos, personalidades acadêmicas e políticas, de todos os Continentes, o Fórum se propôs como um espaço de troca de experiências e reflexões sobre estratégias de enfrentamento no plano global das políticas neoliberais e sobre a formulação de políticas alternativas. Reuniu milhares de pessoas e teve um importante impacto na mídia global, estabelecendo um claro contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que se realizava em Davos, no mesmo período, reunindo importantes

empresários e autoridades políticas e acadêmicas identificados com o pensamento neoliberal.

A CUT encontra-se, nesse momento, articulando a Campanha Salarial Unificada, no sentido de dar continuidade e ampliar o nível de mobilização e conquistas alcançado no ano anterior. Se encontra, também, em processo de luta pelo pagamento da correção do FGTS (em função dos expurgos ocorridos nos Planos Verão e Collor). Após se retirar das negociações com o governo e as demais centrais, a CUT tenta manter as mobilizações para alterar a posição do governo.

Essa história continua...

CRONOLOGIA

Construção da CUT	Cenário Nacional
<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Greves dos Metalúrgicos de Osasco (1968) e Contagem (1968) ⇒ Movimento pela Reposição Salarial 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ AI-5 (13/12/68)
<p>1978:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Greve na Scania, que se alastra para toda a base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e para outras cidades e categorias (maio) ⇒ Movimento contra a Carestia 	<p>1978:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Criação do Comitê Brasileiro Pela Anistia ⇒ Copa do Mundo - Argentina
<p>1979:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Greve dos Metalúrgicos do ABC (abril) ⇒ I Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de SP ⇒ Criação da Unidade Sindical (PCB / PC do B / MR-8 / outros) ⇒ III Congresso da CONTAG ⇒ Greve dos Metalúrgicos de SP sob direção do Comando de greve / Assassinato de Santos Dias (novembro) ⇒ Greve de diversos setores do Funcionalismo Público em diversos Estados (SP, RS, RJ, etc) ⇒ Encontro Nacional das Oposições Sindicais - ENOS (dezembro) 	<p>1979:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Congresso de Reconstrução da UNE (maio)
<p>1980:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ I Encontro da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Opositores Sindicais – Anampos (Documento de Molenvade) (fevereiro) ⇒ Greve dos Metalúrgicos do ABC ⇒ Prisão de Lula ⇒ II Encontro da ANAMPOS (Documento de S. Bernardo) (julho) ⇒ Greve do Canavieiros de Pernambuco ⇒ Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – ENTOES (setembro) 	<p>1980:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Olimpíadas - Moscou, URSS ⇒ I Convenção Nacional do PT (julho)
<p>1981:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ III Encontro da ANAMPOS (Documento de Vitória) - Maio ⇒ 1ª Conferencia Nacional das Classes Trabalhadoras - CONCLAT (agosto) ⇒ Greve Nacional dos Docentes (ANDES) ⇒ Dia Nacional de Luta (outubro) 	<p>1981:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Explosão de Bomba no Rio Centro ⇒ Crise da Dívida Externa Recessão ⇒ Greve Nacional de Estudantes (UNE) ⇒ Começo da “Década Perdida”
<p>1982:</p>	<p>1982:</p>

<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Encontro Nacional do Setor Sindical da ANAMPOS (fevereiro) ⇒ Greve Nacional dos Docentes e Funcionários das Universidades Federais ⇒ IV Encontro da ANAMPOS (Documento de Goiânia) JUN ⇒ Greve Funcionários Públicos Federais em SP e outros Estados 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Copa do Mundo - Espanha
<p>1983:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Encontro Nacional do Setor Sindical da ANAMPOS (fevereiro) ⇒ 1ª Greve Geral (julho) ⇒ I Congresso Nacional Da classe trabalhadora – CONCLAT (agosto) ⇒ Criação da CUT ⇒ 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONGLAT) / Criação da CONCLA (Coordenação) (novembro) 	<p>1983:</p>
<p>1984:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ CECLAT/SP (Criação da CUT - SP) (abril) ⇒ Greve dos Canavieiros de Guariba ⇒ Plenária Nacional da CUT (Número Zero) (maio) ⇒ I CONCUR (agosto) 	<p>1984:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Campanha as Diretas Já ⇒ Campanha Nacional Pela Reforma Agrária (ABRA, CONTAG, CPT, CIMI, IBASE) (abril) ⇒ Olimpíadas - Los Angeles, EUA
<p>1985:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Congresso de Fundação do MST ⇒ Greve da Vara Brava: Bandeira 40 horas (Conquistas) ⇒ Greve Nacional Dos Bancários (setembro) ⇒ <u>Fundação da União Sindical Independente (USI)</u> ⇒ I Plenária Nacional da CUT 	<p>1985:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Eleição de Tancredo Neves no colégio Eleitoral (janeiro) ⇒ Morte de Tancredo Neves (abril) ⇒ Surgimento da União Ruralista Democrática(UDR) ⇒ Começa o Governo Sarney ⇒ Legalização dos Partidos Clandestinos (agosto)
<p>1986:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ II CONCLAT : Fundação da CGT (março) ⇒ Surgimento do Sindicalismo de Resultados ⇒ Assassinato do Padre Josimo ⇒ Massacre de Leme ⇒ II CONCUR (agosto) 	<p>1986:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Copa do Mundo - México ⇒ PALANO CRUZADO (Congelamento de Preços) ⇒ 100 Anos do 1º de Maio (maio) ⇒ Conferencia América Latina Sindical contra Dívida Externa (BRASIL) (setembro)
<p>1987:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Greve Nacional do Bancários (março) ⇒ Criação da CCSCS ⇒ II Plenária Nacional da CUT (junho) ⇒ 3ª Greve Geral (agosto) 	<p>1987:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Instalação da Assembléia Nacional Constituinte ⇒ Plano Bresser ⇒ Passeata da UDR contra a Reforma Agrária ⇒ Política do Feijão com Arroz
<p>1988:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ CGT Muda seu Nome para Confederação ⇒ III CONCUR (setembro) ⇒ Greve na CSN (3 trabalhadores são assassinados) -NOV 	<p>1988:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Olimpíadas - Seul, Coreia do Sul ⇒ Prorrogação do Mandato do Sarney ⇒ Promulgada a Nova Constituição do Brasil: “Constituição Cidadã”

⇒ Assassinato de Chico Mendes (dezembro)	
1989: ⇒ Congresso de criação da CSC (janeiro) ⇒ 4ª Greve Geral (março) ⇒ II Congresso da CGT (abril) ⇒ Congresso da CGT (<u>Central</u>) Pró-Joaquinzão (PCB/MR-8) (maio) ⇒ III Plenária Nacional da CUT (agosto) ⇒ I Congresso USI (setembro) ⇒ Congresso CGT (Central) Pró Magri	1989: ⇒ CRISE “ SOCIALISMO REAL” ⇒ Plano Verão ⇒ Campanha Eleitoral “ Lula Lá” (Vitória de Collor) (novembro)
1990: ⇒ Congresso da CSC (<u>Adesão à CUT</u>) (março) ⇒ Greve Nacional das categorias em luta (Contra o plano Collor) (junho) ⇒ IV Plenária Nacional da CUT (agosto)	1990: ⇒ Começa o Governo Collor ⇒ Tem início as reformas econômicas neoliberais - Plano Collor ⇒ Morte de Luiz Carlos Prestes (Fevereiro) ⇒ Copa do Mundo – Itália
1991: ⇒ Congresso de Fundação da Força Sindical ⇒ Dia Nacional de Protesto contra O Plano Collor (MAR) ⇒ 5ª Greve Geral (CUT / CGTs) (maio) ⇒ IV CONCUT (setembro)	1991: ⇒ Criação do Mercosul
1992: ⇒ Protestos Nacionais Contra o Governo Collor (março) ⇒ Dia Nacional de Luta Contra as Privatizações (maio) ⇒ Greve Nacional dos Petroleiros ⇒ Greve Nacional de Portuários ⇒ Jornada do Fórum Nacional de Luta (junho) ⇒ V Plenária Nacional da CUT ⇒ Paralisação Nacional Cívica pelo Impeachment de Collor (setembro)	1992: ⇒ Campanha pelo Impeachment de Collor ⇒ 500 anos do “Descobrimento” da América ⇒ Olimpíadas - Barcelona, Espanha ⇒ ECO - 92 ⇒ Massacre do Carandiru
1993: ⇒ Experiências das Câmaras Setoriais ⇒ VI Plenária Nacional da CUT (agosto)	1993: ⇒ Campanha Contra a Fome, a miséria e Pela Vida ⇒ 1º de Maio - Morte de Ayrton Senna da Silva ⇒ Plebiscito sobre Sistema de Governo (abril) ⇒ Criação da Central de Movimentos Populares (CMP) (outubro)
1994: ⇒ Direção Estadual Substitui <u>Regionais</u> por <u>Subsedes</u> (julho) ⇒ V CONCUT (agosto)	1994: ⇒ Copa do Mundo - Estados Unidos / Brasil Tetra ⇒ Plano Real ⇒ Fim da indexação salarial aprovação da lei das cooperativas ⇒ MP da PLR (dezembro)
1995: ⇒ Greve Nacional dos Petroleiros, Servidores Federais, Correios e outras Categorias (maio)	1995: ⇒ Começa o Primeiro Mandato de FHC ⇒ Mtb limita sua ação fiscalizadora

<ul style="list-style-type: none"> ⇒ VII Plenária Nacional da CUT (agosto) ⇒ <u>CONTAG</u> se filia à CUT 	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Crise do México ⇒ 300 anos da morte de Zumbi (novembro)
<p>1996:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Massacre de Eldorado do Carajás (abril) ⇒ 6ª Greve Geral (CUT / FS / CGT) (julho) ⇒ VIII Plenária Nacional da CUT (agosto) 	<p>1996:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Olimpíadas - Atlanta, EUA ⇒ Governo FHC Denuncia a Convenção 158 da OIT
<p>1997:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ VI CONCURT (agosto) 	<p>1997:</p> <p>MP desvincula reajuste do salários mínimo dos Índices inflacionários (abril)</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Crise Asiática ⇒ MP do trabalho Parcial ⇒ Lei do serviço voluntário ⇒ Morte de Betinho
<p>1998:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Luta dos Trabalhadores da Ford contra 2800 demissões ⇒ Jornada Nacional de Luta por emprego e Direitos Sociais (Fórum Nacional de Luta) 	<p>1998:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Copa do Mundo França ⇒ Lei da contratação por tempo determinado e do banco de horas ⇒ Marcha Global contra o trabalho Infantil (junho) ⇒ Crise da Rússia e ...do Real ⇒ Pacote trabalhista de FHC - MP do trabalho - MP da suspensão do contrato de trabalho
<p>1999:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Manifestações da CUT Contra o desemprego (fevereiro) ⇒ O fórum Nacional de Lutas em defesa do Brasil: <u>Dia de Protesto contra as políticas de FHC e FMI</u> (março) ⇒ O Fórum Nacional de Lutas organiza novo Protesto (maio) ⇒ Festival de Greves dos Metalúrgicos ⇒ Greve do Caminhoneiros ⇒ Greve APEOESP ⇒ IX Plenária Nacional da CUT (agosto) ⇒ Marcha dos 100 MIL (agosto) ⇒ Grito dos Excluídos (setembro) ⇒ Marcha da Educação / Marcha dos SEM-TERRA (outubro) ⇒ Dia Nacional de Paralisação e Protestos (novembro) 	<p>1999:</p>
<p>2000:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ VII CONCURT (agosto) ⇒ Campanha Salarial Unificada CUT / FS 	<p>2000:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Comemoração e Protesto sobre 500 anos de “Descobrimto” do Brasil ⇒ Olimpíadas - Sidney, Austrália ⇒ Vitória das Esquerdas nas Eleições Municipais
<p>2001:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Luta pela Reposição das Perdas do FGTS 	<p>2001:</p> <ul style="list-style-type: none"> ⇒ Fórum Social Mundial

PRINCIPAIS TEXTOS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Resoluções da 1ª Conclt, 1981
- Resoluções do I Conclat, 1983
- Resoluções dos 7 Concut: I (1984), II (1986), III (1988), IV (1991), V (1994), VI (1997) e VII (2000)
- Resoluções das 10 Plenárias Nacionais: 0 (1984), I (1985), II (1987), III (1989), IV (1990), V (1992), VI (1993), VII (1995), VIII (1996) e IX (1999)
- Textos para Debate da VIII Plenária, 1996
- Texto da Direção Nacional para o VI Concut, 1997
- CUT. Retrato da CUT, 1989
- Texto Base e Separata do Texto Base da IX Plenária Nacional, 1999
- Texto Base do VII Concut, 2000
- InformaCUT, ns. 259 (dez/1995), 262 (ago/1996) e 269 (nov/1999)
- CUT. *Fichas de Levantamento de Informações sobre Iniciativas Governamentais, Empresariais e dos Trabalhadores em Formação Profissional*. São Paulo, mimeo, 1996.
- CUT. *A Estratégia da CUT em Relação ao Banco de Horas*. SPS, 1999
- Sader, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.
- Rodrigues, Leôncio M. *CUT: Os Militantes e a Ideologia*. Rio de Janeiro, 1990
- Antunes, Ricardo.. *O Novo Sindicalismo*. São Paulo, Scritta Editorial1991
- Rodrigues, Iram Jácome. *Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT*. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1993.
- Rodrigues, Iram Jácome (org.) *O Novo Sindicalismo Vinte Anos Depois*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, São Paulo, Educ/Unitrabalho.
- Giannotti, V. & Lopes Neto, S. *CUT por Dentro e por Fora*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1991.
- Giannotti, V. & Lopes Neto, S. *Para Onde Vai a CUT?*. São Paulo, Scritta Editora, 1993.

- Boito Jr., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*. São Paulo/Campinas, Hucitec/Unicamp, 1991.
- Boito Jr., Armando (org) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- Arbix, Glauco. *Uma Aposta no Futuro. Os Três Primeiros Anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística e a Emergência do Meso-Corporativismo no Brasil*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1995.
- Vários Autores. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, V. 12, n. 1, jan-mar/1998.
- Rizek, Cibele. “*A Greve dos Petroleiros*”. In. *Revista Praga*, São Paulo, 1998
- DIEESE (1999). “*O Comportamento das Negociações Coletivas de Trabalho nos Anos 90: 1993-1996*”. In. *Pesquisa Dieese*. São Paulo.
- Matoso, Jorge. *O Brasil Desempregado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999
- Krein, J. D. e Oliveira, M. A. “*Mudanças Institucionais e Relações de Trabalho: As Iniciativas do Governo FHC no Período 1995-1998*”. In. *VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho - Anais*. São Paulo, ABET, 1999
- Portella, Silvia. “*Transformações dos Sindicatos Brasileiros e a Mudança da Lei Sindical*”. In. *Estrutura e Organização Sindical*. SNO, 1999